

Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos

Universidade de São Paulo

**LEVANTAMENTOS E LEITURAS DE ESTUDOS DE
CASOS SOBRE A INSERÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS
NA GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL**



Bolsista IC FAPESP

MARIA CLARA CARDOSO

RELATÓRIO FINAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SÃO CARLOS



instituto de
arquitetura
e urbanismo
usp são carlos



2018

Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos
Universidade de São Paulo

**LEVANTAMENTOS E LEITURAS DE ESTUDOS DE CASOS
SOBRE A INSERÇÃO DE RECURSOS DIGITAIS NA GESTÃO
E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

Relatório Final de Iniciação Científica apresentado ao
Programa de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo,
da Universidade de São Paulo e à Agência de
pesquisa Fapesp.

Bolsista: Maria Clara Cardoso

maria3.cardoso@usp.br

Orientadora: Profa. Dra. Anja Pratschke

pratschke@sc.usp.br

São Carlos-SP

Fevereiro de 2018



Site da pesquisa: <http://www.nomads.usp.br/wp/patrimonioidigital/>

Compreender o tempo "é essencialmente dar provas e reversibilidade". Desse modo nas sociedades contemporâneas, "a distinção do presente e do passado implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação" (LE GOFF, 1990, p. 185).

AGRADECIMENTOS

Após um ano de pesquisa para a formulação deste trabalho, muito tenho a agradecer a todos aqueles que estiveram presentes, instruindo e auxiliando durante todo o seu andamento. De maneira especial gostaria de salientar minha gratidão à minha orientadora Anja Pratschke e às doutorandas Jessica Aline Tardivo e Sandra Schmitt Soster por toda a ajuda que forneceram, estando sempre à disposição para colaborar com as discussões, direcionando caminhos e sanando diversas dúvidas a respeito do tema. Igualmente importantes nessa evolução, gostaria de expressar meu carinho por todos os membros do grupo de pesquisa Nomads.usp que me acolheram de maneira tão simpática e cujos conhecimentos e temas de pesquisa muitas vezes abriram caminho para novas reflexões, ao Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (NELAC), pela colaboração nas etapas de campo e empréstimo de equipamentos. E à FAPESP por permitir que esse projeto fosse desenvolvido ao disponibilizar todo o seu apoio, essencial para a concretização da pesquisa.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Principais recursos tecnológicos encontrados nos projetos de Gestão Patrimonial.	30
Gráfico 2. Principais recursos encontrados nas ações de Educação Patrimonial. ...	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Recursos tecnológicos para gestão e divulgação do patrimônio.	28
Quadro 2. Recursos tecnológicos para educação patrimonial.	29
Quadro 3 Recursos tecnológicos utilizados em prol do patrimônio.	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Teste de tempo de percurso fotográfico em São Carlos, 2017.	35
Figura 2. Produção do Mapa Mental. São Carlos, 2017.	36
Figura 3. Teste de software. São Carlos, 2017.	36
Figura 4. Teste Fotocolagem realizado na cidade de São Carlos, 2017.	37
Figura 5. <i>Percurso. Brotas, 2018.</i>	38
Figura 6. Percurso Fotográfico, Oficina Brotas, 2018.	39
Figura 7. Percurso Fotográfico, Oficina Brotas, 2018.	39
Figura 8. Construção do Mapa Mental, Brotas, 2018.	41
Figura 9. Construção do Mapa Mental, Brotas, 2018.	41
Figura 10. Oficina de Fotocolagem Digital, Brotas, 2018.	42
Figura 11. Fotocolagem da aluna Bianca de Oliveira dos Santos.	43
Figura 12. Proposta de capa para o folder de divulgação do projeto Percursos Virtuais	45
Figura 13. Realização do trabalho de campo. São Carlos, 2017.	46
Figura 14. Fotos sendo tirada de um dos pontos escolhidos. São Carlos, 2017.	47

Figura 15. Frente do prédio sede da Fundação Pró-Memória. São Carlos, 2017. ...	47
Figura 16. Interface do aplicativo Paper, Fachada principal da Estação Ferroviária. São Carlos, 2018.....	49
Figura 17. Desenvolvimento do desenho digital. São Carlos, 2018	49
Figura 18. Desenho digital finalizado. São Carlos, 2018	50
Figura 19. Interface do projeto. São Carlos, 2018	51
Figura 20. Interface do projeto. São Carlos, 2018.....	51
Figura 21. Relógio externo estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	108
Figura 22. Bilheteria da estação pró-memória Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	108
Figura 23. Portões de Ferro entrada da estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	109
Figura 24. Botequim (desenho imaginação) pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	109
Figura 25. Bitola estreita (desenho imaginação) pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	110
Figura 26. Sociedade Protetora estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	110
Figura 27. Cabine de Rádio estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	111
Figura 28. Cabine de Sinalização estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	111
Figura 29. Armazém estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	112

Figura 30. Banheiros estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	112
Figura 31. Museu São Carlos estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.....	113
Figura 32. Jardim estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	113
Figura 33. Maria Fumaça, exposta na estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.	114

ÍNDICE

LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	6
RESUMO	10
OBJETIVOS	10
OBJETIVO GERAL	10
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
METODOLOGIA	11
Parte I	13
1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREVISTAS	14
1.1 Participação em reuniões	14
1.2 Participação no Projeto de Extensão Percurso Virtuais	19
1.3 Participação no Workshop Olhares de Brotas	20
1.4 Levantamento Bibliográfico	20

1.5	Divulgação dos resultados em uma plataforma na internet	24
2	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS	24
2.1	Apresentação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SIICUSP)	24
	Parte II	26
	Desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica	26
3	QUADROS DE ANÁLISES DOS ESTUDOS DE CASO	27
4	EXPERIÊNCIAS EM CAMPO	34
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	62
	Anexos	64
	Anexo 1 – FICHAMENTO 05	65
	Anexo 2 – FICHAMENTO 06	72
	Anexo 3 – FICHAMENTO 07	75
	Anexo 4 – FICHAMENTO 08	81
	Anexo 5 – FICHAMENTO 09	85
	Anexo 6 – FICHAMENTO 10	94
	Anexo 7 – FICHAMENTO 11	96
	Anexo 8 – FICHAMENTO 12	100
	Anexo 9 – CERTIFICADOS	104
	Anexo 10 – CONVITE	106
	Anexo 11 – AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM WORKSHOP OLHARES DE BROTAS	107
	Apêndice – SKETCHS REALIZADOS PARA O PROJETO PERCURSOS VIRTUAIS	108

RESUMO

Este relatório refere-se à conclusão da pesquisa de Iniciação Científica que se inseriu na temática do Patrimônio Cultural e das Mídias Digitais, campo de investigação abordado pelo Núcleo de Estudos de Habitares Interativos (Nomads.USP), do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP). Apresentam-se aqui as atividades desenvolvidas no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018, divididas em duas partes: a primeira (1) apresenta as atividades acadêmicas; a segunda (2) apresenta o desenvolvimento teórico, envolvimento em projetos de pesquisa (descreve a participação ativa da pesquisadora nas ações “Percurso Virtuais”, realizada em São Carlos-SP, e “Workshop de Fotocolagem Digital”, desenvolvida na cidade de Brotas-SP) e as conclusões. Os resultados deste trabalho colaboraram com a análise de ações nas áreas de gestão e educação patrimonial e contribuíram para o andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Nomads.usp.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo dessa pesquisa é a construção de um quadro de referências conceituais que abarque processos de gestão e educação patrimonial, para proteção e preservação dos bens patrimoniais por meio de experiências que se utilizem de tecnologias e metodologias inovadoras.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprofundar o quadro de referências teóricas na área de gestão e educação patrimonial;
- Investigar experiências de gestão do patrimônio de cidades e experiências de educação patrimonial;
- Levantar recursos tecnológicos e metodologias que possam ser utilizados com êxito na gestão e preservação do patrimônio brasileiro;
- Mapear centros e projetos de pesquisa nacionais e internacionais que trabalhem com experiências otimizadas do cidadão junto ao patrimônio cultural

no âmbito acadêmico;

- Divulgar os resultados em uma plataforma na internet para ampliar a discussão sobre o tema; e
- Indicar algumas diretrizes para melhorar os processos envolvidos na gestão do patrimônio brasileiro e na educação patrimonial.

METODOLOGIA

Utilizou-se de uma metodologia exploratória de caráter transdisciplinar, por meio dos seguintes procedimentos:

Etapa 1. Revisão bibliográfica: Investigar e aprofundar o quadro teórico sobre a preservação, educação e gestão do patrimônio cultural.

Etapa 2. Coleta de dados em fontes secundárias: Consulta a livros, revistas, sites e outras publicações para levantar estratégias amparadas por tecnologias digitais que busquem promover experiências patrimoniais inovadoras.

Etapa 3. Sistematização de dados: Elaboração de roteiro de leitura de experiências de preservação.

Etapa 4. Redação da iniciação

Etapa 5. Participação no projeto Pró-Memória: Como forma de compreender ainda mais os conceitos e tecnologias descritos nessa pesquisa e como continuação da mesma, busca-se a realização das seguintes atividades:

- ✓ Participação no projeto “Percurso Virtuais”, realizado em parceria entre Nomads.usp e a Fundação Pró-Memória de São Carlos. A inserção da aluna está relacionada aos estudos de caso de plataformas interativas e ao auxílio na implantação do aplicativo de QR Codes, para leitura de prédios históricos na cidade de São Carlos; e
- ✓ Sistematização de atividade para a aplicação de técnicas de gestão do patrimônio e educação patrimonial.

Etapa 6. Experimento de atividade de gestão e educação

Etapa 7. Criação do site da pesquisa e Relatório Final

CRONOGRAMA FINAL

Quadro 1. Cronograma da pesquisa 2º Etapa Julho 2017 a fevereiro de 2018.

ETAPAS / MESES	Jul. - Set. 2017	Out. - Nov. 2017	Dez. 2017 - Fev. 2018
Etapa 1 - Revisão Bibliográfica			
Etapa 2 - Coleta de fontes secundárias			
Etapa 3 - Sistematização de dados			
Etapa 4 - Redação da iniciação			
Etapa 5 - Participação no projeto Pró-Memória			
Etapa 6 - Experimento de atividade de gestão e educação			
Etapa 7 – Criação do site da pesquisa e Relatório Final			

Parte I

Atividades acadêmicas desenvolvidas

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREVISTAS

Durante o período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018 foram realizadas reuniões de trabalho com a orientadora dessa pesquisa e com pesquisadoras de doutorado cujas teses estão diretamente relacionadas com a temática aqui proposta. Além disso, foram realizados fichamentos e resumos de capítulos de livros, artigos e trabalhos científicos, que vêm auxiliando o amadurecimento deste trabalho de iniciação científica. A aluna também participou de seminários de iniciação científica, de projetos de extensão e de workshops, conforme apresentado a seguir.

1.1 Participação em reuniões

Neste item, serão apresentados os quadros das reuniões realizadas para acompanhamento do projeto e avanços na pesquisa. No quadro, estão expostos o motivo de cada reunião, a data e local de realização, os participantes de cada atividade e assuntos discutidos. Todas as reuniões contribuíram para a construção deste relatório.

Reunião 01.

Tipo: Reunião de Orientação da Pesquisa de Iniciação Científica
Data e Local: 03/08/2017 - Laboratório Educacional de Informática - IAU-USP
Participantes: Maria Clara Cardoso e Jessica Aline Tardivo
Assunto geral: A reunião teve como objetivo a discussão do trabalho em campo realizado no dia 2 de agosto de 2017. Foram levantadas possibilidades de realização da colagem fotográfica a partir do material recolhido e as possibilidades e viabilidades de sua aplicação no projeto realizado pela doutoranda Jessica Aline Tardivo. Foi realizada mais uma parte do estudo com a realização de um mapa mental dos pontos marcantes do percurso que eram escritos em post its e colado sobre um mapa da região percorrida.

Reunião 02.

Tipo: Reunião coletiva Nomads.usp
Data e Local: 16/08/2017 - Unidade 001 do Nomads.usp - IAU-USP
Participantes: Mediadores: Prof. Dr. Marcelo Tramontano e Profa. Dra. Anja Pratschke Ouvintes: Pesquisadores do Grupo Nomads.usp
Assunto geral: 1. Pesquisas individuais: breves relatos, incluindo novos ICs 7 pesquisas IC: 4 em BIM/ Design Paramétrico/ 2 em preservação e cultura/ 1 bolsa cultura e extensão 2. Frontier Zones: relatos e perspectivas 3. V!15: divulgação da chamada e comitê editorial – decidido início dia 30.08 com reuniões realizadas as quartas-feiras, compondo o comitê estão os membros Sandra, Jessica, Marcelo, Anja e Maju 4. Experimentos no segundo semestre: Bienal de Arquitetura (Lucinana, Sandra, Maju e Marcelo - 4 pesquisas de doutorado em curso) Frontier Zones na Bienal Pró-Memória (Anja, Sandra, Jessica, Maria Clara, aluno Cultura e Extensão, funcionários do Pró-Memória) 5. FLASH! 07: definição dos participantes que realizaram experimentos para auxiliar a pesquisa e definição da melhor data (10 de outubro) 6. Cine Nomads: definição de datas e horários e sugestões de conteúdo 7. JAM! Seminário: temas possíveis do Nomads – Pesquisas em BIM/ Capacitação no uso da Impressora 3D 8. Relatos de viagens: Porto, Madri, Shanghai, Suzhou e Beijing, Barcelona, Roma e Lueneburg, Moscou e Grenoble 9. Atualização do site do Nomads a) Crew b) Pesquisas: wordpress, atualizar as pesquisas recentes e atuais c) Livreárea: inserir artigos recentes e sub-seção “Teses e Dissertações” 10. Participação em congressos: Encontro Missionero, Leuphana, ECAADE, CICOP, SoundingOutTheSpace, Acadia 2017 11. Publicações em periódicos: textos derivados de monografias, qualificações, novas discussões, Frontier Zones 12. Discussão sobre a possibilidade da formulação do livro Frontier Zone

Reunião 03.

Tipo: Reunião de Orientação do Projeto Percursos Virtuais
Datas e Local: 01/09/2017 - Unidade 001 do Nomads.usp - IAU-USP
Participantes: Maria Clara Cardoso, Sandra Schmitt Soster, Jessica Aline Tardivo e Maria Vitoria do Nascimento Inocêncio
Assunto geral: A presente reunião foi a primeira realizada com as duas bolsistas para a definição da divisão de trabalhos e estabelecimento de datas das reuniões na participação do projeto “Percursos Virtuais: Colaboração em Narrativas Do Patrimônio Cultural de São Carlos, Sp”. A bolsista Maria Clara Cardoso ficou responsável pela realização de sketches que seriam utilizados como parte do layout da interface a ser desenvolvido, assim como recolher e organizar as informações disponíveis. A bolsista Maria Vitoria do Nascimento Inocêncio se responsabilizou por colaborar no desenvolvimento do design da interface e por escrever os códigos para seu funcionamento.

Reunião 04.

Tipo: Reunião de Orientação do Projeto Percursos Virtuais
Datas e Local: 12/09/2017 - Unidade 001 do Nomads.usp - IAU-USP
Participantes: Maria Clara Cardoso, Sandra Schmitt Soster e Jessica Aline Tardivo
Assunto geral: A reunião teve como objetivo esclarecer dúvidas sobre as atividades a serem realizadas e organizar a atividade para o recolhimento de mais informações sobre os pontos de interesse e selecionar, das informações já recolhidas, as mais pertinentes. Também foram apresentados os avanços já realizados com relação ao desenvolvimento da interface.

Reunião 05.

Tipo: Reunião de Orientação da Pesquisa de Iniciação Científica
Data e Local: 18/10/2017 – Sala da Profa. Dra. Anja Pratschke - IAU/USP

Participantes:

Profa. Dra. Anja Pratschke e Maria Clara Cardoso

Assunto geral:

A reunião baseou-se na apresentação das informações até então coletadas pela pesquisa e a apresentação das atividades que estavam sendo realizadas pela bolsista dentro do projeto Percursos Virtuais. Foram declaradas as dificuldades em se encontrar certos tipos de informações e trabalhos acadêmicos na área. A orientadora deu opiniões sobre o desenvolvimento dos trabalhos e sugeriu novas abordagens de pesquisa e possibilidades de melhoria no que estava sendo realizado até então.

Reunião 06.

Tipo: Reunião de Orientação do Projeto Percursos Virtuais

Datas e Local:

31/10/2017 - Unidade 001 do Nomads.usp - IAU-USP

Participantes:

Maria Clara Cardoso, Sandra Schmitt Soster (por internet) e Jessica Aline Tardivo

Assunto geral:

A reunião tinha como objetivo discutir a proposta de interface criada e apresentar as sínteses realizadas nos textos até então produzidos. Com base no que já havia sido desenvolvido novas perguntas foram elaboradas para serem utilizadas para outros pontos de QR code. As doutorandas orientaram a respeito da realização dos demais desenhos virtuais e comentaram pontos a serem incrementados.

Reunião 07.

Tipo: Reunião de Orientação da Pesquisa de Iniciação Científica

Data e Local:

11/12/2017 – Sala da Profa. Dra. Anja Pratschke - IAU/USP

Participantes:

Profa. Dra. Anja Pratschke, Lucas Edson de Chico e Maria Clara Cardoso

Assunto geral:

A reunião teve como objetivo transmitir o progresso realizado ao longo do semestre com as pesquisas. Ambos os bolsistas apresentaram as informações que haviam levantado até o momento e as atividades que ainda seriam realizadas. A professora deu orientações individuais e coletivas e recomendou referências que poderiam ser importantes para ambas as pesquisas.

Reunião 08.

Tipo: Reunião coletiva Nomads.usp
Data e Local: 11/12/2017 - Unidade 001 do Nomads.usp - IAU-USP
Participantes: Mediadores: Prof. Dr. Marcelo Tramontano e Profa. Dra. Anja Pratschke Ouvintes: Pesquisadores do Grupo Nomads.usp
Assunto geral: <ol style="list-style-type: none">1. Informes2. Novas bolsas e solicitações3. Nova mestrandia: Raquel Magalhães Leite4. Breves relatos:<ul style="list-style-type: none">✓ Jessica, Maju, Luciana: Qualificação doutorado;✓ Luciana: pesquisa em ENSAG, Grupo CRESSON, Grenoble [2018];✓ Mariah: qualificação;✓ Juliana: disciplinas e editoração Vírus, Frontier Zone, projeto HUB , preparação plano IC, artigo Juliana e Sandra para próxima Vírus, preparação qualificação [maio 2018];✓ Juliano: disciplinas e editoração Vírus, projeto HUB, PAE, CAADRIA; qualificação em maio✓ 2018✓ Lucas: IC01; IC02, acompanhamento Fernanda;✓ Maria Clara: IC, experimentos, acompanhamento Sandra e Jéssica;✓ Mauricio: Pesquisa Universidade de Porto, IC PUB atualmente, ênfase em computação, Impressora 3D5. FLASH!6. HUB - bolsas, relação com pesquisas7. CentroSP - repositório8. Projeto QR Codes9. V!15 e V!1610. Pró-memória11. AsunciónCHA12. Frontier Zones13. Jam! Ação em março 201814. Ação Brotas: duas últimas finais de semana de março [ação Nomads]15. Congressos

Reunião 09.

Tipo: Reunião de Orientação do Workshop de Fotocolagem Digital
Data e Local: 19/02/2018 – Sala de Vídeo 1 - IAU-USP
Participantes: Jessica Aline Tardivo, Giulia Ravanini, Lucas Edson de Chico e Maria Clara Cardoso
Assunto geral: A reunião teve como objetivo a apresentação dos trabalhos a serem desenvolvidos na oficina de Workshop que será realizada. Os membros estarão envolvidos no projeto colaborando com a orientação dos participantes e na organização das atividades, por isso foram apresentadas as propostas e os objetivos esperados e dúvidas foram esclarecidas.

Reunião 10.

Tipo: Reunião de Orientação da Pesquisa de Iniciação Científica
Data e Local: 19/02/2018 – Sala da Profa. Dra. Anja Pratschke - IAU/USP
Participantes: Profa. Dra. Anja Pratschke, Lucas Edson de Chico e Maria Clara Cardoso
Assunto geral: A reunião teve como objetivo orientar os bolsistas sobre o desenvolvimento do relatório de pesquisa. Foram apresentadas as atividades realizadas e os dados compilados que seriam a estrutura do documento a ser redigido. A professora orientadora instruiu os alunos sobre a melhor forma de estruturação do relatório e fez comentário para possíveis melhorias.

1.2 Participação no Projeto de Extensão Percursos Virtuais

Período: junho de 2017 a fevereiro de 2018.

Descrição: Atividade de Cultura e extensão com uso de tecnologias multimídia, Webdesign, QR code para concepção de interfaces interativas e colaborativas de registro do Patrimônio Cultural de São Carlos, em colaboração com o centro Pró-Memória de São Carlos.

Equipe: Coordenadora. Profa. Dra. Anja Pratschke; Doutorandas. Jessica Aline Tardivo, Sandra Schmitt Soster; Alunos de Iniciação Científica. Maria Clara Cardoso, Maria Vitoria do Nascimento Inocêncio, Maurício José da Silva Filho; Fundação Pró-Memória de São Carlos. Cláudia Regina Danella, Débora de Almeida Nogueira, Fábio

Fontana de Souza, Mariana Lucchino, Rodrigo Santiago Peronti.

1.3 Participação no Workshop Olhares de Brotas

Período: 22,23 e 24 de fevereiro de 2018

Descrição: Oficina de Fotocolagem Digital para leitura e interpretação do patrimônio cultural da cidade de Brotas- SP. (Certificado em anexo 13).

Equipe: Coordenadora. Profa. Dra. Anja Pratschke; Doutoranda. Jessica Aline Tardivo, Alunos de Iniciação Científica. Giulia Ravanini, Lucas Edson de Chico, Maria Clara Cardoso, Maurício José da Silva Filho.

1.4 Levantamento Bibliográfico

Para compreensão de conceitos e ampliação de conhecimento nas áreas que dizem respeito a essa pesquisa, foram realizados os seguintes fichamentos (segue resumo sobre os mesmos que podem ser encontrados por completo nos anexos deste relatório):

Fichamento 05: BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. cap. 5, p. 91-113 (Anexo 1)

Por meio da leitura, a forma como o patrimônio participa ativamente da economia do local no qual se encontra se mostra clara. Sua presença acaba por gerar uma nova forma de interação com o espaço, atraindo turistas e resultando em gastos de preservação e restauração. Dessa forma, para lidar com tais gastos e ganhos uma análise é necessária para que a divisão de responsabilidade sobre os mesmos seja a mais igualitária possível.

Como forma de encorajar a preservação do patrimônio por parte dos proprietários, o incentivo do governo se mostra necessário. Permite que o dono não arque com todo o custo de manutenção, além de trazer benefícios para a vizinhança, que se beneficia das melhorias do bairro. Assim, a partir do momento em que a população passa a reconhecer o bem como um elemento que pode lhe trazer benefícios o interesse de preservar aumenta, tão como o vínculo que se permite formar entre as pessoas e o espaço.

Dessa forma, mostra-se a importância da participação dos economistas no

processo que diz respeito ao patrimônio. Tal profissional, ao compreender o mercado e suas implicações, cria panoramas favoráveis para a preservação e possibilita que ocorra os menores prejuízos financeiros possíveis para todos os envolvidos e até mesmo abrir caminhos para a valorização de espaços e geração de lucro por meio do bem.

Fichamento 06: BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. cap. 6, p. 115-128. (Anexo 2)

A articulação em nível global para a preservação do patrimônio tem se desenvolvido ao longo do tempo, além de ser facilitada pela forma como a conexão entre os espaços tornou-se mais simples. Tal atividade, além dos interesses culturais envolvidos, vem sendo movida pelas possibilidades econômicas que atraem a atenção dos países que possuem patrimônios, principalmente os listados pela Unesco. Dessa forma, novas discussões sobre a retomada de bens aos seus locais de origem têm se mostrado importantes, tanto para a mudança de visão sobre a capacidade ou não de um Estado se responsabilizar por patrimônios mundiais quanto pelas mudanças financeiras que podem ser geradas.

Contudo, como citado pelo autor, os processos econômicos decorrentes podem acarretar fatores negativos para a população que se encontra próxima ao bem. Com as melhorias necessárias para a preservação sendo realizadas na região, o mercado imobiliário pode acabar por apresentar interesses específicos que terminem por alterar valores de imóveis e conseqüentemente prejudicando a população que lá já estava instalada. Logo, a presença de atores que regulem tais processos se mostra de grande importância, o gerenciamento correto desses bens precisa ocorrer para que o mesmo não altere de forma negativa a dinâmica dos espaços ao seu redor.

Fichamento 07: JANSEN II, W. H. Cultural Heritage in the Global Policy Arena: Issues, Institutions, and Resources in the Policy Mix. In: MESSENGER, P. M.; SMITH, G. S. (Org.). **Cultural Heritage Management**. Gainesville, Florida: University Press

Of Florida, 2010. cap. 17, p. 230-242. (Anexo 11)

Como comentado pelo autor, as questões do patrimônio vêm, cada vez mais, sendo discutidas em escala global. Dessa forma, devido à distância e necessidade de organização dos processos de preservação, a tecnologia apresenta um grande potencial para ser explorada na área. Por meio da mesma, mostra-se possível articular uma maior quantidade de parte envolvidas e até mesmo contar com a colaboração da população e desenvolver projetos educativos.

Com isso, a atenção atraída para o assunto poderia ser expandida. Por meio do alcance proporcionado pela internet e seus recursos, um número cada vez maior de pessoas teria conhecimento sobre os bens de importância global. Esse fato colabora tanto na preservação do mesmo, pela conscientização, tanto na questão econômica que a divulgação poderia trazer por meio do incentivo ao turismo.

Fichamento 09: ROJAS, E. The Sustainable Conservation of Urban Heritage: A concern of all social actors. In: LABADI, S.; LOGAN, W. (Org.). **Urban Heritage, Development and Sustainability: International Frameworks, National and Local Governance.** New York: Routledge, 2016. cap. 13, p. 235-255. (Anexo 5)

O autor frisa a importância de um trabalho em conjunto das partes interessadas, na maioria dos casos a população e o governo, para a manutenção do bem. O diálogo deve ser estabelecido visando sempre à conciliação dos interesses, pois a determinação de um objetivo que beneficie a todos permite um melhor trabalho colaborativo. A união dos moradores com instituições e com o próprio governo permite que sejam realizadas melhores ações de preservação e de aproveitamento do bem, sendo possível até sua adaptação a usos contemporâneos.

Fichamento 10: HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: O que faz conosco e com as nossas cidades. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah e KUHL, Beatriz. Org(s). Patrimônio Cultural Memória e intervenções urbanas. São Paulo: Núcleo de Apoio e pesquisa de São Paulo, 2017. p. 47-60. (Anexo 6)

A autora traz uma reflexão sobre a importância da memória coletiva e dos mapas mentais específicos de cada indivíduo. A maneira como eles se alteram e até desaparecem está muito relacionado a forma como os elementos que os marcam são ou não divulgados. A utilização de tais bens como pontos de atração turística influenciam diretamente a sua preservação e a importância dada a ele.

Nessa análise, as mídias podem ser entendidas como parte importante desse processo de fixação da memória e de incentivo dos mapas mentais. Fica evidenciado que esse tipo de influência pode ter grande peso na maneira como a própria população se identifica com o patrimônio e até como a cidade acaba por administrá-lo.

Fichamento 11: SMITH. Laurajane. **Uses of Heritage.** London and New York: Routledge, 2006. (Anexo 7)

A partir da leitura nota-se uma visão diferenciada da autora com relação aos patrimônios que marcam a identidade de um lugar. Suas reflexões abrem espaços para questionamentos da memória e permitem analisar a maneira como o turismo também assume um papel de destaque.

Com o maior crescimento dos usos tecnológicos pode-se indagar, por meio dos comentários de Smith a respeito dos bens que são assumidos como identidade de um espaço, se as novas formas de comunicação também não assumem responsabilidade. A partir do momento em que um administrador dos recursos elege um determinado elemento patrimonial para ser mostrado em nível mundial, com o uso da internet, o mesmo também está administrando um processo associativo daquilo que está sendo exibido ao espaço correspondente.

Logo, entende-se que para não ocorrer equívocos sobre a verdadeira representação cultural de um povo, se mostra essencial uma consulta com a população. Por meio de reais memórias daqueles que tiveram contato direto com a formação cultural se mostra possível compreender os bens que apresentam relevância para a sociedade e, a partir disso, permitir e incentivar que as pessoas se

identifiquem com o patrimônio.

Fichamento 12: SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory:** Past and present in contemporary culture. London: Verso, 2012. Original 1996. (Anexo 8)

Por meio da reflexão trazida pelo autor, cabe a essa pesquisa analisar qual o papel da tecnologia nesse processo contemporâneo de teatro da memória. O uso dos meios de comunicação e tecnologias interativas podem acabar por facilitar o processo associativo das pessoas aos bens que são determinados por aqueles que são responsáveis por alimentar essas bases com informações. Dessa forma, vale o questionamento sobre a manipulação do uso da tecnologia em prol de interesses particulares e não exclusivamente para o bem do patrimônio.

1.5 Divulgação dos resultados em uma plataforma na internet

Para ampla divulgação do discurso teórico e dos resultados obtidos por essa iniciação criou-se um ambiente virtual da pesquisa. Hospedado junto ao servidor do grupo de pesquisa Nomads.usp, no site é possível ter acesso aos relatórios produzidos, referências consultadas, objetivos da investigação e contato da autora. Disponível no link: <http://www.nomads.usp.br/wp/patrimonioidigital/>.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NÃO PREVISTAS

2.1 Apresentação no Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (SIICUSP)

Como parte do processo de divulgação e compartilhamento de conhecimento científico, foram apresentadas nos dias 12 e 13 de setembro de 2017 as pesquisas em andamento e concluídas das iniciações científicas realizadas no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos e em algumas universidades com trabalhos de temas semelhantes (Certificado em anexo).

Foi criado por cada pesquisador um pôster, que ficou exposto durante a penúltima semana letiva durante a Mostra dos Trabalhos de Graduação do IAU USP (M.I.A.U.) e slides para auxiliar na apresentação oral de 10 minutos máximos de duração. No

simpósio estariam apresentando os quatro bolsistas integrantes do grupo Nomads.usp, sendo eles Amanda de Almeida Sobieski, Lucas Edson de Chico, Maria Clara Cardoso e Mauricio José da Silva Filho, que se reuniram anteriormente para ensaiar as apresentações contando com o auxílio e dicas de outros membros do grupo.

A presente pesquisa foi apresentada no dia 13 de setembro para a banca composta pelos professores Luciano Bernardino da Costa e Simone Helena Tanoue Vizioli, ambos docentes do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, cujas linhas de pesquisa se alinham ao tema de linguagens. Os comentários finais feitos pela banca foram de grande importância para a percepção de caminhos que poderiam contribuir com a pesquisa, referências foram citadas e reflexões iniciadas e aplicadas no processo de continuação do trabalho. Além da fala da banca a apresentação dos alunos Lucas Garcia Calixto com a pesquisa “Preservação e requalificação urbana na Cratera de Colônia em São Paulo” e João Goncalves Neto com o trabalho intitulado “Patrimônio Cultural: estudo sobre a percepção dos usuários da EMEF Sud Mennucci (Porto Ferreira/ SP) enquanto patrimônio cultural” mostraram possibilidades de diferentes abordagens patrimoniais e novos métodos e olhares relacionados ao tema.

Parte II

Desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica

3 QUADROS DE ANÁLISES DOS ESTUDOS DE CASO

Após o estudo das ações para educação e gestão, apresentadas no primeiro relatório, tornou-se necessário avaliar as contribuições que os recursos tecnológicos e a metodologia utilizada em cada deram para a área de conhecimento aqui abordada e para as atividades de políticas públicas em gestão e educação no Brasil. De tal modo foram criadas duas tabelas, a primeira para os projetos de gestão e a segunda para os projetos de educação, na sequência em que foram apresentados na revisão bibliográfica do relatório anterior. A seguinte ordem foi adotada: (1) Descrição dos recursos da área abordada. (2) Tecnologias dos recursos da área abordada. (3) Atores dos recursos da área abordada. (4) Contribuições dos recursos da área abordada.

Quadro 2. Recursos tecnológicos para gestão e divulgação do patrimônio

DESCRIÇÃO			TECNOLOGIAS	ATORES		CONTRIBUIÇÕES		
NOME E AUTORES	BREVE DESCRIÇÃO	CONTEÚDO	TECNOLOGIAS E FUNCIONALIDADES	VISUALIZAÇÃO	CRIAÇÃO DE CONTEÚDO	PESQUISA	BRASIL	ÁREA DE CONHECIMENTO
<p>Arquicultura</p> <p>CESAD-FAU-USP, EMPLASA e UPPH/ CONDEPHAAT</p> <p>2011 -2014 São Paulo / Brasil</p>	<p>Site georreferenciado, que reúne informações sobre os bens tombados pelo Condephaat. Os processos de tombamento do órgão foram digitalizados e disponibilizados para consulta pública.</p>	<p>140 bens tombados pelo Condephaat (estadual de SP).</p>	<p>Georreferenciamento, digitalização de documentos, busca, filtros.</p>	<p>Público em geral, sem cadastro.</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto, com cadastro.</p>	<p>Utilidade do georreferenciamento do conteúdo.</p> <p>Possibilidade de parcerias para digitalização e disponibilização dos processos de tombamento.</p>	<p>Forma de organizar em uma única plataforma os dados a respeito dos bens patrimoniais existentes, facilitando seu entendimento geral. Dá suporte aos processos de implementação e evolução de políticas públicas de preservação.</p>	<p>Digitalização e disponibilização dos processos de tombamento. Ao colocar os bens no mapa, mostra os vazios e instiga a reflexão sobre a suposta não-existência de bens nestes locais.</p>
<p>Andalucía Transversal</p> <p>Escola Técnica Superior de Arquitectura, da Universidade de Sevilla; <i>Consejería de Fomento y Vivienda</i>, do governo andaluz; <i>Fondo Europeo de Desarrollo Regional</i>, da União Europeia.</p> <p>2013-2015 Sevilha / Espanha</p>	<p>Laboratório de investigação que criou um sistema online para integrar informações históricas sobre o espaço urbano de Andaluzia. Site georreferencia o patrimônio e busca dar suporte à formulação, implementação e evolução de políticas públicas.</p>	<p>Informações sobre os espaços públicos de Andaluzia.</p>	<p>Georreferenciamento, digitalização de documentos, busca, filtros.</p>	<p>Público em geral, sem cadastro.</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto, com cadastro.</p>	<p>Utilidade do georreferenciamento do conteúdo.</p>	<p>Forma de organizar em uma única plataforma os dados a respeito dos bens patrimoniais existentes, facilitando seu entendimento geral. Dá suporte aos processos de implementação e evolução de políticas públicas de preservação.</p>	<p>Consulta à população sobre questões urbanas. Ao colocar os bens no mapa, mostra os vazios e instiga a reflexão sobre a suposta não-existência de bens nestes locais.</p>
<p>InfoPatrimônio</p> <p>Caio Cardoso Lucena e José Antonio Chinelato Zagato.</p> <p>2014 – Atual São Paulo / Brasil</p>	<p>Site georreferenciado, que reúne informações sobre os bens tombados pelo Conpresp (São Paulo-SP), Condephaat (São Paulo), Fundarpe (Pernambuco), Iphan (Brasil) e Unesco (mundial). Tem o objetivo final de reunir informação sobre todos os bens tombados no Brasil nos quatro níveis (mundial, nacional, estadual e municipal).</p>	<p>Bens tombados pelo Conpresp (municipal de São Paulo-SP), Condephaat (estadual de SP), Fundarpe (estadual de PE), Iphan (nacional) e Unesco (mundial).</p>	<p>WordPress, georreferenciamento, representações em 3D, comentários, busca, filtros.</p>	<p>Público em geral, sem cadastro.</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto, com cadastro.</p>	<p>Utilidade do georreferenciamento do conteúdo.</p> <p>Viabilidade de uma plataforma que reúna todos os bens tombados no Brasil em todos os níveis.</p>	<p>Forma de organizar em uma única plataforma os dados a respeito dos bens patrimoniais existentes, facilitando seu entendimento geral. Dá suporte aos processos de implementação e evolução de políticas públicas de preservação. Permite compreender melhor as relações estabelecidas entre o entorno e o bem, direcionando prioridades de intervenção.</p>	<p>Organização de informações sobre os bens tombados de um país, incluindo georreferenciamento. Ao colocar os bens no mapa, mostra os vazios e instiga a reflexão sobre a suposta não-existência de bens nestes locais.</p>
<p>Emociona CR</p> <p>Tuinbit e Associação Ciudad Real Imaginaria. Desenvolvido por empresa privada, com financiamento do governo, com apoio de OSCIP, alimentado pela população mundial.</p> <p>2016 Ciudad real / Espanha</p>	<p>Aplicativo para celular (Android) para georreferenciamento de bens culturais, alimentado pelos cidadãos. Os pins podem ser visualizados por outras pessoas que façam uso do recurso digital.</p>	<p>Bens materiais considerados importantes pela população.</p>	<p>Android, georreferenciamento, comentários, busca, filtros, adição de itens e conteúdo (fotografia e vídeo).</p>	<p>Público em geral, com instalação do aplicativo.</p>	<p>Público em geral.</p>	<p>Utilidade do georreferenciamento do conteúdo.</p> <p>Utilidade do QR Code.</p> <p>Viabilidade da participação da população no levantamento do que considera importante.</p>	<p>Dá suporte aos processos de implementação e evolução de políticas públicas de preservação.</p> <p>Maneira diferenciada de incluir a população nos processos de identificação e preservação do patrimônio.</p>	<p>Utilização de aplicativo para celular para consulta à população sobre seus interesses. Ao colocar os bens no mapa, mostra os vazios e instiga a reflexão sobre a suposta não-existência de bens nestes locais.</p>

Fonte. Arquivo da Pesquisa.

3.1 Contribuições dos recursos da área de gestão e divulgação do patrimônio

Observando o quadro 2 é possível verificar que os recursos tecnológicos contribuem atualmente, na área de gestão do patrimônio, no processo de georreferenciamento e acesso rápido à informação sobre os bens patrimoniais, ações culturais e atividades diversas em torno do patrimônio. As tecnologias de informação também potencializam o compartilhamento e troca de dados, o qual ainda é pouco utilizado por instituições privadas ou governamentais. Conquanto, a facilidade de acesso a softwares e aplicativos de comunicação podem facilitar ações futuras com maior participação da população nos processos decisórios sobre o patrimônio.

Em suma verificou-se aqui que:

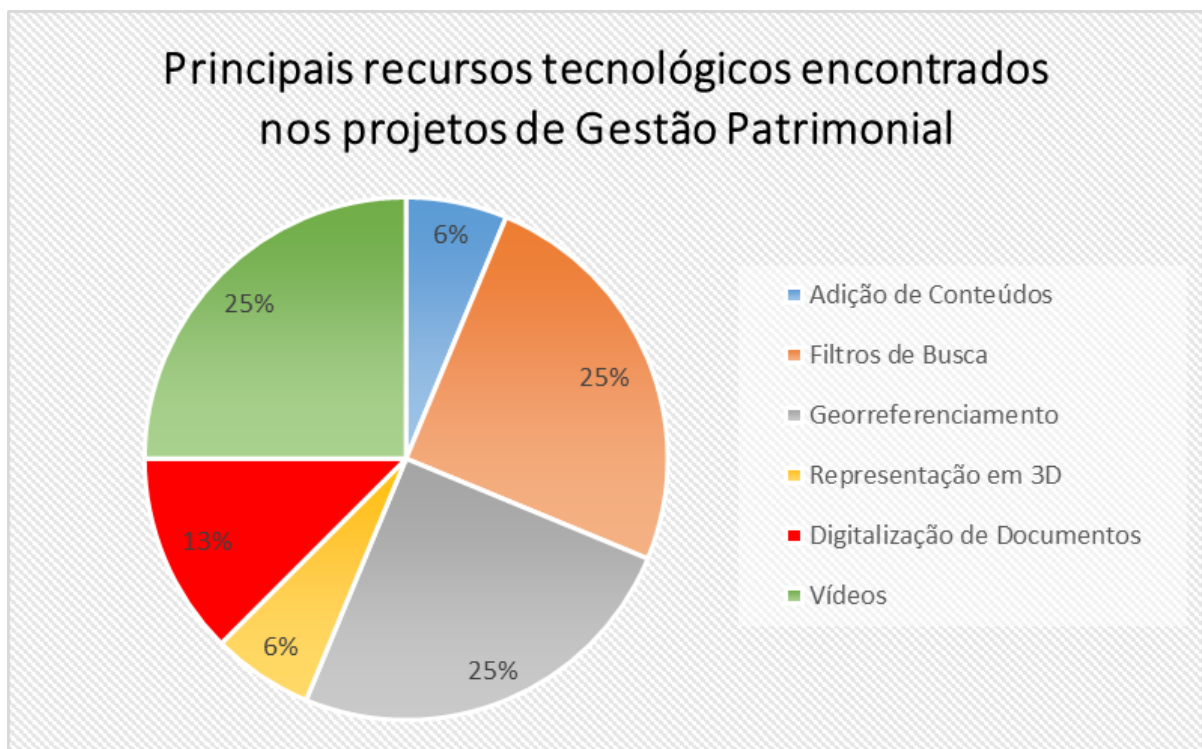
- ✓ Em sua maioria o uso de recursos tecnológicos são iniciativas realizadas por instituições de pesquisa ou governos;
- ✓ Todos os projetos estudados se apresentam apenas no meio digital;
- ✓ Todos os projetos fazem uso da tecnologia de georreferenciamento como principal recurso;
- ✓ Os projetos se utilizam de diversas tecnologias aplicadas, sendo que estas permitem buscas e pesquisas específicas a bens culturais e patrimoniais;
- ✓ Os projetos utilizam recursos que permitem o acesso livre e gratuito para a população;
- ✓ Em sua maioria, restringem a criação de conteúdos para os membros da equipe responsável;
- ✓ Existe a possibilidade de participação dos usuários de formas variadas, principalmente por meio de comentários, apesar da presença do mesmo só ser evidenciada no recurso EmocionaCR;
- ✓ Não ocorreu a colaboração da população no processo de desenvolvimento;
- ✓ Todos os projetos contribuem para o avanço nos estudos sobre o uso da tecnologia de georreferenciamento e da compilação de bases de bens tombados

existentes;

- ✓ As ações colaboram para a organização das informações existentes sobre os bens patrimoniais, sendo tais informações de grande importância para a estruturação de políticas que visam a preservação dos objetos e espaços.

Por essa análise as principais ferramentas e recursos disponíveis nos projetos estudados são voltadas para adição de conteúdos em plataformas virtuais, filtros de busca para pesquisa, aplicativos de georreferenciamento, bens e objetos representados em 3D, arquivos e documentos digitalizados e vídeos para consulta. Tais dados são apresentados pelo gráfico 1.

Gráfico 1. Principais recursos tecnológicos encontrados nos projetos de Gestão Patrimonial.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

De tal modo, entende-se que em todos os casos estudados a visualização geral do posicionamento dos bens em um mapa contribui para questionamentos sobre sua presença e sua distribuição, com áreas apresentando maior ou menor densidade de elementos. O projeto Emociona CR, em especial, traz uma proposta diferenciada para estabelecer o contato entre a população e os processos de preservação, sendo que tal forma de interação apresenta viável aplicabilidade, conquanto as plataformas colaborativas ainda são poucos usadas no processo de gestão patrimonial.

Quadro 3. Recursos tecnológicos para educação patrimonial.

DESCRIÇÃO			TECNOLOGIAS	ATORES		CONTRIBUIÇÕES		
NOME E AUTORES	BREVE DESCRIÇÃO	CONTEÚDO	TECNOLOGIAS E FUNCIONALIDADES	VISUALIZAÇÃO	CRIAÇÃO DE CONTEÚDO	PESQUISA	BRASIL	ÁREA DE CONHECIMENTO
<p>Plan de Alfabetización Tecnológica de Extremadura</p> <p>Sociedade da Informação da Junta de Extremadura (Juntaex) e Associação de Universidades Populares de Extremadura (Aupex)</p> <p>1999 – Atual Extremadura / Espanha</p>	<p>Política de implantação de Novos Centros do Conhecimento (NCC), centros tecnológicos públicos equipados com Internet banda larga gratuita e equipamentos (computadores, impressoras, câmeras fotográficas etc.), utilizados com o auxílio de dois técnicos especializados, cursos e apostilas.</p>	<p>Informações, cursos</p>	<p>Software livre Gnu / Linex, videoconferências, centros tecnológicos</p>	<p>Público em geral.</p>	<p>(Sem informação]</p>	<p>Forma de abordagem educacional.</p>	<p>Formas de transmitir conhecimentos para áreas mais afastadas dos centros urbanos por meio do uso de tecnologias acessíveis e conexão à internet.</p>	<p>Disseminação de conhecimentos para a população fazendo uso de recursos digitais. Variabilidade nas formas de abordagem por meio de diferentes maneiras de expor informações.</p>
<p>Semente Digital</p> <p>Laboratório de Convergência de Mídias (LABCOM), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)</p> <p>2011 – 2016 São Luís do Maranhão / Brasil</p>	<p>O projeto buscou proporcionar experiências lúdicas à população por meio do uso de tecnologias interativas, em especial para os estudantes, para que aprendessem mais sobre a necessidade de preservação dos casarões, sua importância cultural e sua relevância para o turismo da cidade.</p>	<p>Informações históricas sobre os casarões da cidade</p>	<p>Experiência de realidade aumentada, <i>leapmotion</i>, Photosynth, Kinect e QR Codes</p>	<p>Moradores da cidade de São Luís e turistas.</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto.</p>	<p>Utilidade de tecnologias interativas. Forma de abordagem educacional.</p>	<p>Abordagem educacional que pode ser aplicada como atividade nos meios escolares. Tecnologias de fácil acesso que podem dar suporte ao processo.</p>	<p>Enfoque para a educação de alunos do ensino fundamental, futuros responsáveis pela preservação dos bens da cidade. Uso de tecnologias interativas que buscam prender a atenção dos usuários.</p>
<p>Videoguía: Realidad Aumentada y. Virtual</p> <p>Grupo de pesquisa Artec, do Instituto de Robótica e Tecnologias de Informação e Comunicações de Valência</p> <p>2012 – Atual Barcelona / Espanha</p>	<p>O projeto foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar ao público uma visita diferenciada ao espaço de exposição, possibilitando a interatividade entre o visitante e o ambiente físico visando a construção de um processo educativo.</p>	<p>Elementos audiovisuais e objetos virtuais em 3D.</p>	<p>Dispositivos móveis, elementos audiovisuais, realidade aumentada com objetos virtuais em 3D.</p>	<p>Visitantes da Casa Batlló</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto.</p>	<p>Utilidade de tecnologias interativas. Forma de abordagem educacional. Aplicação de tridimensionalização virtual de objetos.</p>	<p>Uso de dispositivos móveis para guiar os visitantes de museus e outros locais com relevância histórica.</p>	<p>Aplicativos que fazem o papel de transmitir as informações aos visitantes. Uso de tecnologias interativas que buscam prender a atenção dos usuários.</p>
<p>História, Luz e Som: Memórias de um Velho Engenho</p> <p>Professora Vera Amaral Ferlini e Silvo Luiz Cordeiro</p> <p>Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos-SP/Brasil 2017 - Atual</p>	<p>O projeto Videomapping buscava retratar de forma lúdica, a história e memória das Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos por meio de projeção de imagens em sincronia com trilhas musicais, que cobririam as estruturas e alvenarias remanescentes.</p>	<p>Imagens e sons relacionados à História do Brasil e do Açúcar.</p>	<p>Software gratuito (VPT), tecnologias de escaneamento e virtualização.</p>	<p>Visitantes das Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos</p>	<p>Apenas pessoas da organização do projeto.</p>	<p>Forma de abordagem educacional. Aplicação de tecnologias de projeção</p>	<p>Formas de chamar a atenção para a história do país por meio de tecnologias de fácil acesso.</p>	<p>Exploração da imagem e do som como forma de transmitir informações educacionais sobre o espaço.</p>

Fonte: Arquivo da Pesquisa.

3.2 Contribuições dos recursos da área de educação patrimonial

Analisando o quadro 3 entende-se que as ações de educação patrimonial utilizam os recursos tecnológicos para possibilitar a interação entre os educandos e os bens culturais. Tais iniciativas são geralmente inseridas por instituições privadas, como museus e espaços culturais, ou no ensino formal, com escolas ou ambientes de aprendizagem. Nem todos os aplicativos apresentados pelos projetos são de acesso gratuito, porém seu uso é restritamente de caráter formador, provendo a divulgação da informação por meio de roteiros de ensino, que passam desde uso de vídeos e realidade virtual, até ações com produções fotográficas e videoconferências.

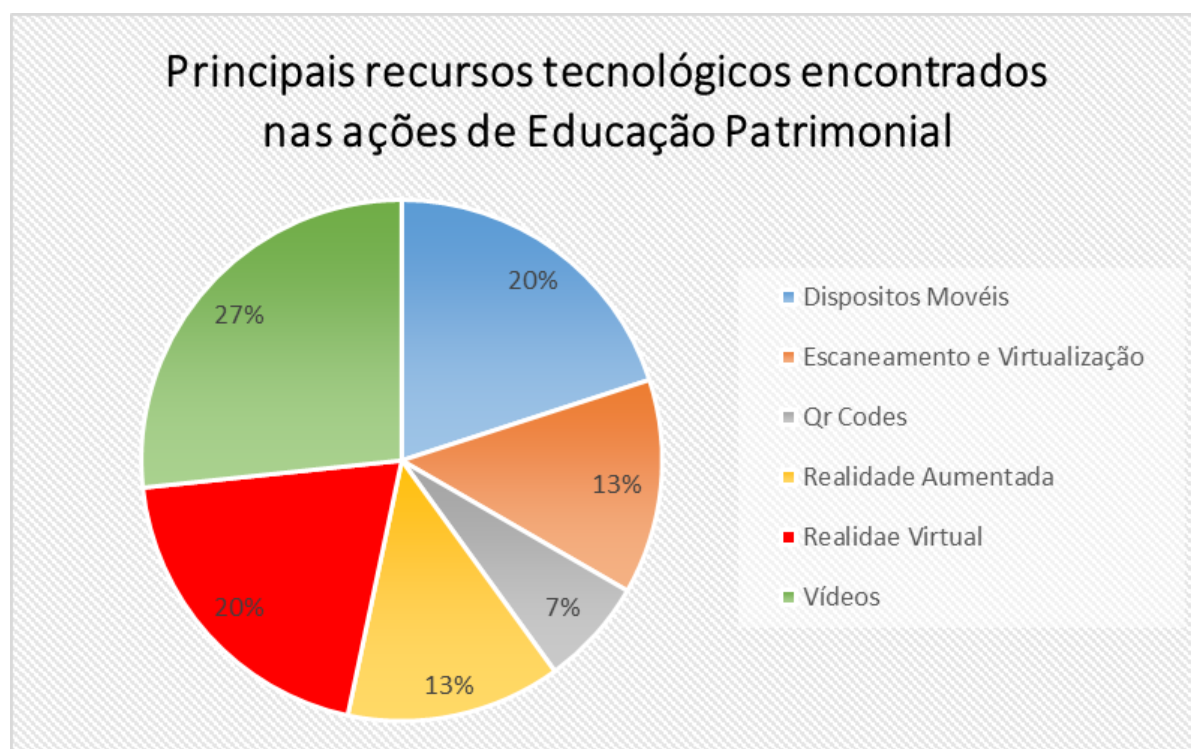
Os projetos ainda apresentam uma preocupação linear na formação para o uso das tecnologias, provendo não apenas a experiência de conhecer o patrimônio, mas também de fazer novos usos dos aplicativos, softwares e equipamentos multimídias. Em resumo, identificou-se os seguintes pontos:

- ✓ Todas as iniciativas realizadas por instituições de pesquisa ou governos;
- ✓ Todas se apresentam tanto no meio físico como no digital;
- ✓ Nenhum deles fazem uso da tecnologia de georreferenciamento como principal recurso;
- ✓ Apresentam diversidades de tecnologias aplicadas, contudo, quase todas com o objetivo de permitir a interatividade entre o usuário e o recurso;
- ✓ Não são todos que apresentam acesso totalmente gratuito, com alguns casos sendo necessário pagar uma taxa de visitação ao bem;
- ✓ Restringem a criação de conteúdos para os membros da equipe responsável;
- ✓ Existe a possibilidade de participação dos usuários de formas variadas, sendo o processo de interação a parte fundamental, na maioria dos casos, para garantir a transmissão de conteúdos e a aprendizagem;
- ✓ Não ocorreu a colaboração da população no processo de desenvolvimento;

- ✓ Trazem contribuições no estudo de aplicações de diferentes abordagens educacionais e no campo do uso de tecnologias interativas como apoio para as mesmas;

Nessa análise, entende-se que todas as ações educativas estudadas colaboram para o desenvolvimento de processos educativos que podem ser implementados nas redes de educação no país, ou mesmo como sugestões de programas que podem ser feitos com os alunos. Verifica-se que entre os principais recursos o uso de dispositivos móveis, escaneamento e virtualização, Qr Codes, realidade aumentada e realidade virtual, como ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2. Principais recursos encontrados nas ações de Educação Patrimonial.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Nota-se também que a forma de abordar o visitante nos espaços expositivos de museus e galerias tem se mostrado cada vez mais diferenciada, uma vez que os recursos audiovisuais vêm substituindo os painéis para leitura e as visitas guiadas. Dessa forma, com as novas tecnologias o usuário compreende o bem no seu próprio ritmo, ao mesmo tempo em que seu aprendizado é instigado por diferentes estímulos.

4 EXPERIÊNCIAS EM CAMPO

4.1 Workshop olhares de Brotas: oficina de fotocolagem digital

O Workshop faz parte das ações propostas pela tese de doutorado “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Desafios e Estratégias na Cultura Digital¹” da arquiteta e educadora Jessica Aline Tardivo, em andamento no Núcleo de Estudos de Habitares Interativos – Nomads.usp do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no campus de São Carlos. O trabalho de doutorado é motivado pelo anseio de propiciar atividades educativas mediadas por recursos e meios digitais que possam contribuir para valorização e reconhecimento do patrimônio cultural de uma cidade.

Neste contexto, propõe-se mapeamentos cognitivos compostos pela leitura visual dos diversos aspectos que compõem a arquitetura do lugar, registrados por meio da Fotocolagem Digital. Tendo como campo de experimentação a cidade de Brotas, procura aproximar a população dos bens culturais locais, propiciando diferentes percepções e a construção de novas paisagens culturais.

Para o desenvolvimento e avaliação da atividade, como aporte metodológico, faz-se uso das etapas de **observação, registro, exploração e apropriação**, propostas pela metodologia de Educação Patrimonial, sistematizada no ano de 1999 pela museóloga brasileira Maria de Lourdes Parreiras Horta (HORTA, 1999). Optou-se como suporte de intervenção o registro e manipulação fotográfica, seguindo as observações do fotógrafo e historiador brasileiro Boris Kossoy, o qual compreende o autor da imagem como um “**filtro cultural**” cuja seleção do que se registra resulta de sua sensibilidade e bagagem cultural (KOSSOY, 2012, p. 44).

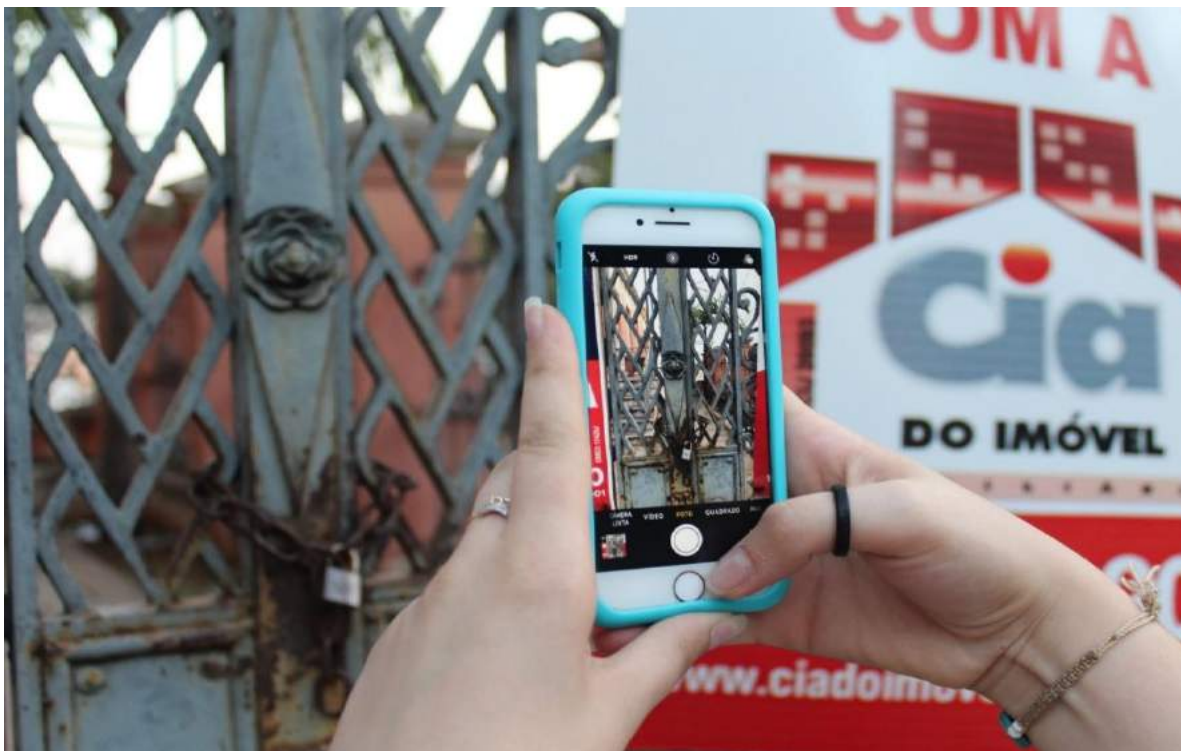
Levantamento de dados e teste de campo

Para abarcar os objetivos e a metodologia proposta pela pesquisa foi necessário testar as possibilidades do uso dos dispositivos móveis para registro fotográfico da arquitetura da cidade e planejar o tempo de cada etapa da ação. Para tal,

¹ Ver em: <http://www.nomads.usp.br/pesquisas/preservacaocomosistema/> Acesso em 18. Fev. 2018.

acompanhou-se a doutoranda pelo centro da cidade da cidade de São Carlos para avaliar os procedimentos que seriam empregados na ação. Inicialmente calculou-se o tempo para fotografar os detalhes de uma quadra da cidade, para assim definir o percurso que seria inserido na atividade na cidade de Brotas. Como visto pela Figura 1.

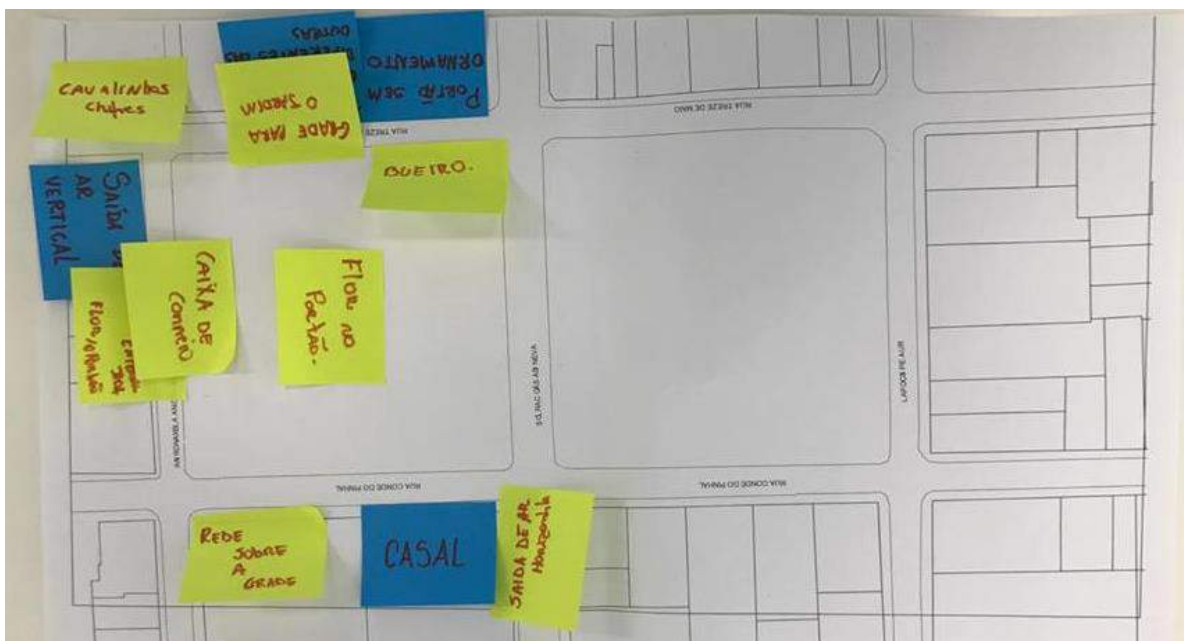
Figura 1. Teste de tempo de percurso fotográfico em São Carlos, 2017.



Fonte. Arquivo da pesquisa.

Após o teste fotográfico, foi necessário auxiliar a doutoranda na construção de um mapa mental, que tornava impresso a percepção que as pesquisadoras tiveram do lugar. Assim, sobre uma planta da cidade, anexou-se adesivos com textos que representavam as lembranças das imagens registradas, como exposto na Figura 2. A construção desse mapa norteou a produção da fotocolagem digital, uma vez que a pesquisadora foi selecionando as imagens conforme apareciam no mapa de suas lembranças.

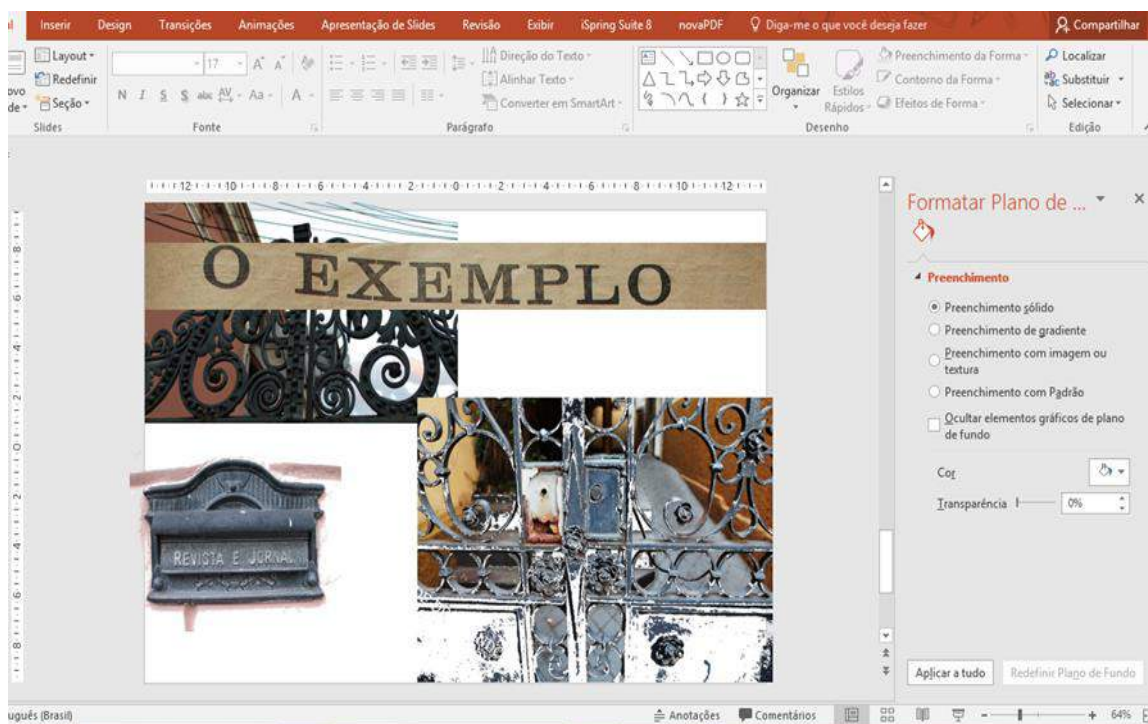
Figura 2. Produção do Mapa Mental. São Carlos, 2017.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Com essa base o trabalho se debruçou na busca de softwares de edição de imagem de fácil acesso, pensando em uma atividade que pudesse ser desenvolvida tanto no ensino formal como no ensino informal. Desse modo, foram realizados testes de edição no software Gimp e Power Point, como exposto na Figura 3

Figura 3. Teste de software. São Carlos, 2017.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Ressalva-se que o registro da percepção de cada pessoa é o que interessa nessa ação, de tal modo, em uma reprodução outros softwares podem ser utilizados. Nesse caso a pesquisadora optou pelo uso do PowerPoint, pois, após vários testes, o mesmo respondeu aos objetivos.

Baseando-se em obras artísticas sobre o registro da percepção da cidade, como os trabalhos da artista americana Hilary Williams e da arquiteta brasileira Virginia Dolabela, compreende-se com os testes que o trabalho final revelaria a impressão que o indivíduo teve ao percorrer a cidade, ainda que de forma subjetiva, como exposto pela Figura 4.

Figura 4. Teste Fotocolagem realizado na cidade de São Carlos, 2017.



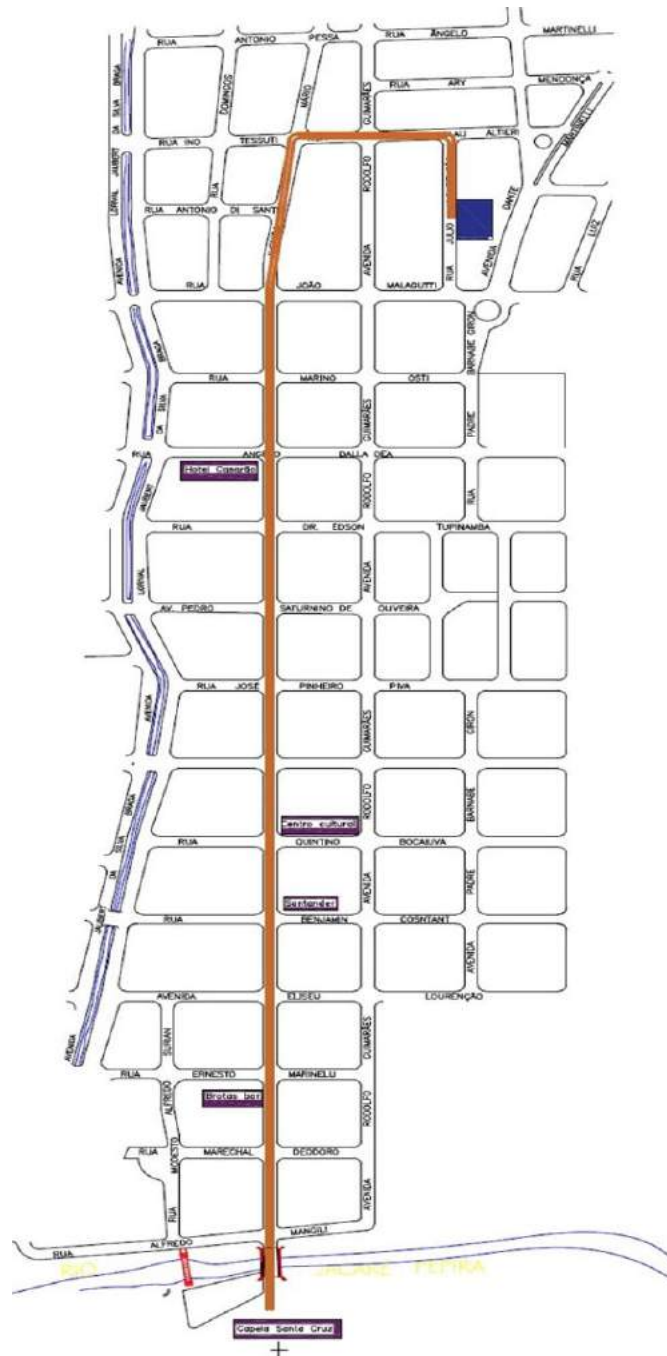
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Desenvolvimento da ação na cidade de Brotas

Após os testes, calculou-se um período de 3 dias para o desenvolvimento da ação, de tal modo foram agendados os dias 22, 23 e 24 de fevereiro do ano de 2018 para sua realização, o convite está no anexo 10. O projeto teve como suporte o espaço físico da escola municipal Álvaro Calado e convidou um grupo de 25, entre eles alunos

dos oitavos e nonos anos do município, alunos do curso de graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e outros moradores da cidade. O primeiro dia da atividade foi destinado à apresentação dos objetivos e cronograma de trabalho aos participantes, disponibilizando a todos o percurso que fariam para registro fotográfico, como ilustra o mapa da figura 5

Figura 5. Percurso. Brotas, 2018.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

No segundo dia, durante a manhã, o grupo se encontrou na escola Álvaro Callado e saíram junto aos monitores, sendo um desses monitores a pesquisadora dessa iniciação, para o centro da cidade de Brotas. O propósito da realização do trajeto era permitir a captura de imagens da arquitetura do lugar cujo registro foi feito com celulares próprios e *tablets* disponibilizados pelo projeto, como exposto pela figura 6. O uso da imagem dos menores foi previamente autorizado para exposição na pesquisa pelos responsáveis por meio da assinatura do termo que se encontra no anexo 11.

Figura 6. Percurso Fotográfico, Oficina Brotas, 2018.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Os alunos foram divididos em 4 grupos para registrar detalhes diferentes do lugar e o modo com o qual a comunidade se relaciona com a arquitetura. As temáticas selecionadas foram (1) Aberturas e Mobiliário Urbano, (2) Ornamentações, (3) Letreiros; Grafites; Desenhos e Paisagismo e (4) Grades e Ferragens. Todos os grupos caminharam juntos, conquanto cada um fotografando a sua temática, como ilustra a figura 7.

Figura 7. Percurso Fotográfico, Oficina Brotas, 2018.



Fonte Arquivo da pesquisa.

O percurso teve a duração de 4 horas de caminhada e registro fotográfico. Atividades de criatividade foram realizadas no período de 2 horas, nesta os participantes puderam conversar sobre suas impressões e construir um mapa mental coletivo. Sobre o mapa impresso do percurso cada aluno colocava anotações sobre os lugares que viram, e os principais detalhes que encontraram, objetos que já conheciam e outros que não haviam percebido.

Esse processo de construção coletivo foi realizado no espaço da antiga casa de máquinas da cidade, que está localizada no Parque dos Saltos, um dos principais atrativos turísticos do lugar, como ilustra as figuras 8 e 9.

Figura 8. Construção do Mapa Mental, Brotas, 2018



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 9. Construção do Mapa Mental, Brotas, 2018.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

No terceiro dia, todos os participantes realizaram a oficina de Fotocolagem no espaço físico da escola Álvaro Calado, utilizando os softwares escolhidos no teste, como ilustra a figura 10. A equipe de monitoria auxiliou no desenvolvimento da atividade.

Figura 10. Oficina de Fotocolagem Digital, Brotas, 2018



Fonte: Arquivo da pesquisa.

As fotocolagens prontas serão dispostas em uma exposição, durante duas semanas, visando aproximar a comunidade e o turismo aos registros do patrimônio local, trazendo à tona outra perspectiva e experiência de olhar a cidade, um exemplo do trabalho final pode ser observado por meio da figura 11. Durante a exposição será disponibilizado um mapa com os pontos da cidade que foram registrados pelos participantes, possibilitando que outras pessoas possam visitar e observar esses lugares. A exposição está prevista para os dias 26/27/28 e 29 de abril e 01/02/03 e 04 de maio de 2018, coincidindo com as datas comemorativas de aniversário da cidade, fato que contribuirá para o aumento do público visitante.

Figura 11. Fotocolagem da aluna Bianca de Oliveira dos Santos.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Os resultados desse projeto apontam que na sociedade atual, com os recursos tecnológicos disponíveis e a facilidade de acesso às redes de internet, as percepções sobre o lugar podem ser construídas de forma interativa e colaborativa, o que possibilita o surgimento de ressignificações sobre a identidade da cidade. Para o aluno Leonardo dos Santos Participante da Pesquisa:

A fotografia me possibilitou olhar com calma a cidade, a partir do momento que realmente olhei para as casas mais antigas e para os estabelecimentos por dentro percebi seus detalhes, como portões, janelas, paredes bem desenhadas e coisas que realmente marcam a cidade, se você realmente repensar. Antes do projeto não havia notado tanta beleza e coisas históricas, tudo isso passava despercebido (Leonardo dos Santos, 14 anos).

Com base nesse depoimento, percebe-se que nesta ação educativa foi possível contribuir para o reconhecimento da comunidade sobre o seu patrimônio, evocando sentimentos de pertença que potencializam pensamentos críticos em relação à preservação e cuidado do local.

4.2 Percursos virtuais: colaborações em narrativas do patrimônio cultural de São Carlos

O projeto “Percursos Virtuais: Colaborações em Narrativas do patrimônio Cultural de São Carlos” é fruto de uma parceria firmada no ano de 2017 pela Fundação Pró-Memória da cidade de São Carlos e o grupo de pesquisa Nomads.usp. A elaboração do trabalho se dá em torno do desenvolvimento de possibilidades que visam fomentar e proporcionar um maior contato entre a população e os bens patrimoniais da cidade de São Carlos.

Investigando viabilidades de usos de recursos digitais e suas aplicações em prol do patrimônio busca-se desenvolver atividades educativas e interativas que terão como meio de contato com o público interfaces acessadas por meio de dispositivos móveis.

Realizada a leitura dos QR Codes fixados em edificações de relevância histórica e cultural, os usuários irão se deparar com uma plataforma que lhes disponibiliza possibilidades de temas (por exemplo: arquitetura, curiosidades, gastronomia e paisagismo) para acessar perguntas que têm como objetivo transmitir informações sobre o bem correspondente ao código digital. Mediado por essas tecnologias, o projeto busca desenvolver um roteiro físico de aprendizagem que prevê a interatividade entre o prédio e o usuário.

Até a data da redação deste relatório, sob coordenação da orientadora Anja Pratschke, com auxílio das doutorandas Jessica Aline Tardivo e Sandra Schmitt Soster e das bolsistas Maria Clara Cardoso e Maria Vitória do Nascimento Inocêncio, estão sendo desenvolvidos materiais para a formulação da interface e do percurso.

Em um primeiro momento, foi acordada a realização do trajeto em uma menor escala, sendo o espaço escolhido a antiga Estação Ferroviária da cidade de São Carlos e atual sede da Fundação Pró-Memória. Deste local foram sugeridos quatorze pontos de interesse, sendo esses: fachada da Estação, relógio externo, bilheteria, portões de ferro, botequim, bitola estreita, Sociedade Protetora, cabine de rádio, cabine de sinalização, armazém, banheiro, maria fumaça, jardim e o Museu de São Carlos.

Figura 12. Proposta de capa para o folder de divulgação do projeto Percursos Virtuais



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Levantamento de dados

Como primeira parte do processo de desenvolvimento de conteúdo para a interface do projeto mostrou-se necessário o levantamento de dados para as ilustrações. Dessa forma, uma visita ao atual prédio da Fundação Pró-Memória foi realizada no dia 24 de outubro de 2017, com a colaboração dos pesquisadores Jessica Aline Tardivo e Lucas Edson de Chico, momento exposto pela figura 13.

Figura 13. Realização do trabalho de campo. São Carlos, 2017.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Um percurso pela área de estudo foi realizado de maneira a visualizar todos os pontos escolhidos para receberem um QR code correspondente, nesse momento verificou-se também as possíveis localizações para instalação das imagens com os Qrs, afim de facilitar a visualização e o uso dos dispositivos por todas as pessoas que permeiam pelo lugar.

Em cada ponto eram fotos eram tiradas, como ilustra as figuras 14 e 15, e recolhido informações que seriam posteriormente sintetizadas em conteúdo no espaço virtual do projeto. As fotos também facilitariam o desenho da interface, onde cada ponto seria ilustrado por um *sketch* representativo do lugar com os objetos e funções atribuídas a cada um deles.

Figura 14. Fotos sendo tirada de um dos pontos escolhidos. São Carlos, 2017.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 15. Frente do prédio sede da Fundação Pró-Memória. São Carlos, 2017.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Paralelamente ao recolhimento do material visual, foi realizado levantamento de

dados históricos recolhidos pelas pesquisadoras Jessica Aline Tardivo e Sandra Schmitt Soster, com a ajuda do educador e historiador da Fundação, Fábio Fontana de Souza. Por meio de documentos e conversas foi elaborado um primeiro texto para cada um dos pontos elencados como de interesse para a instalação dos QR Codes.

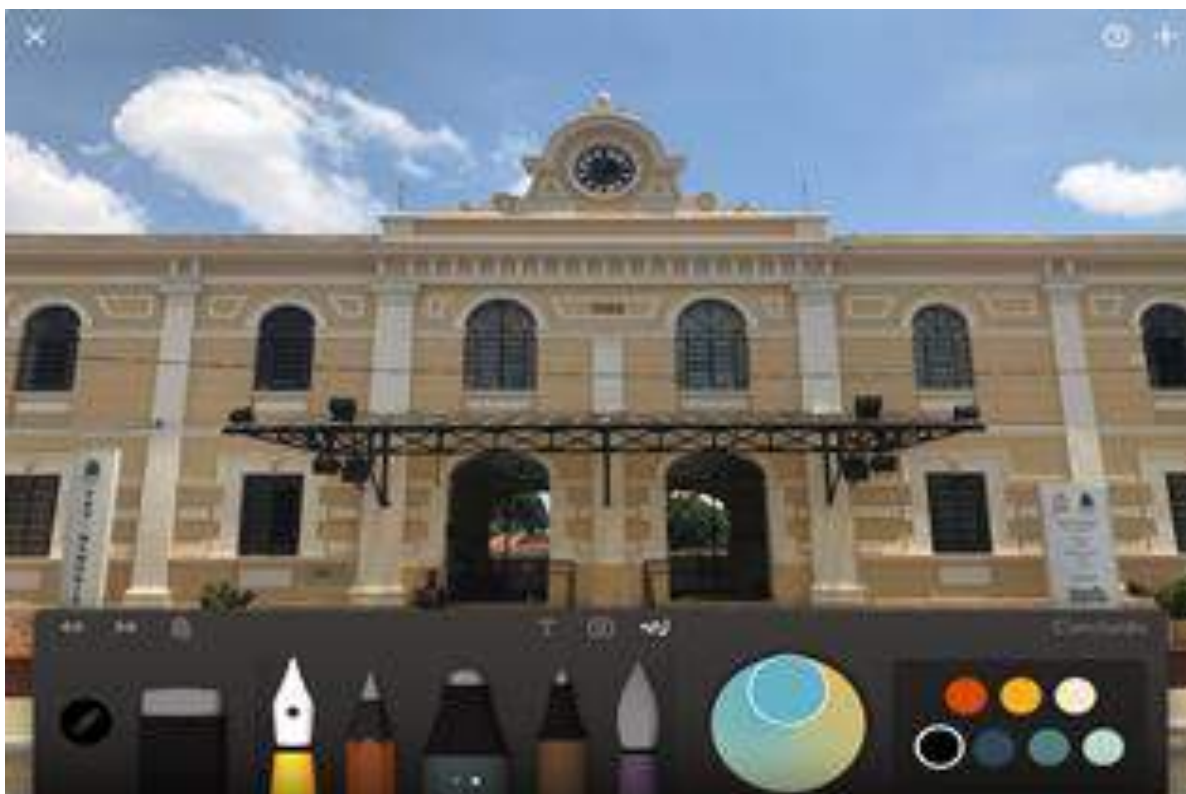
Organização de conteúdo

Após o levantamento de dados necessários por meio do trabalho de campo, as fotografias passaram por um processo de seleção a fim de determinar as que seriam mais adequadas para o conteúdo correspondente. Os dados históricos levantados foram sintetizados para a formulação das perguntas a serem inseridas na interface. Coube a pesquisado a tarefa de elaborar questões, seguidas de resposta, de forma didática e interativa para cada um dos temas anteriormente citados, as questões fariam parte do processo de transmissão de informações de relevância patrimonial e histórica do lugar para o usuário.

Construção da Interface

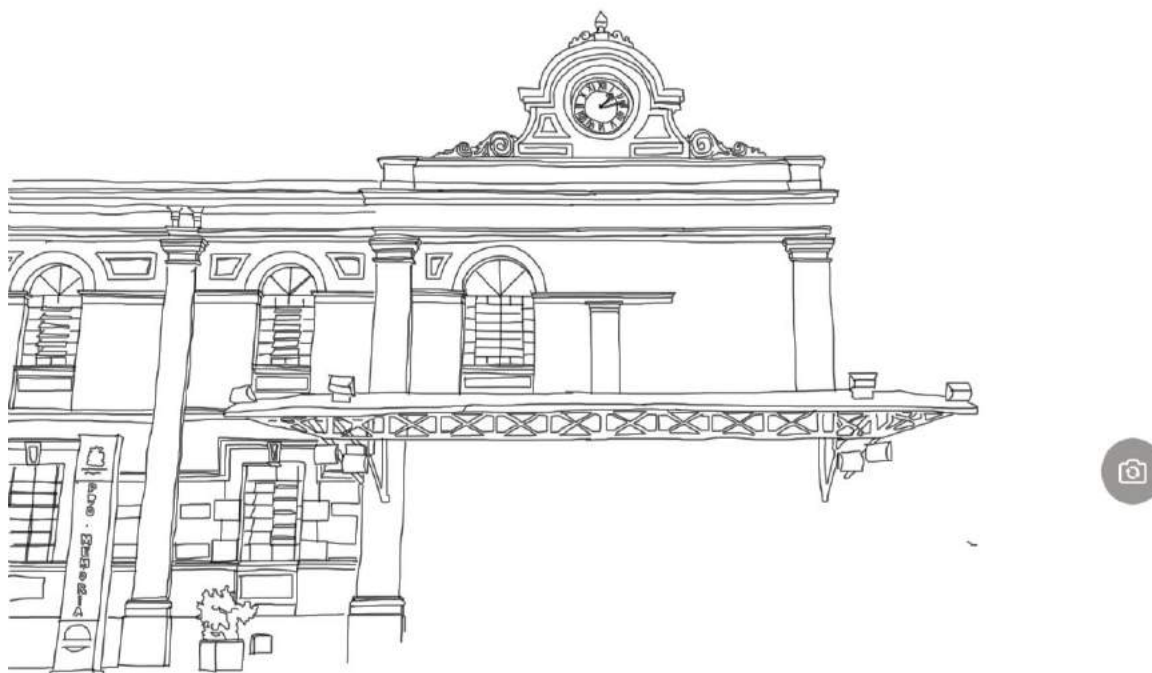
Concomitantemente ao processo de formulação das perguntas, a pesquisadora também realizou os sketches que foram utilizados como plano de fundo da interface do projeto, e do aplicativo que abrigaria as questões interativas. As ilustrações foram concretizadas tendo como base as fotografias selecionadas para cada ponto na primeira etapa desse trabalho. Os desenhos foram realizados digitalmente por meio do aplicativo Paper, fazendo uso de tablets cedidos pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa em Estudos de Linguagem em Arquitetura e Cidade (Nelac), do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, ilustrado pelas figuras 16, 17 e 18.

Figura 16. Interface do aplicativo Paper, Fachada principal da Estação Ferroviária. São Carlos, 2018



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 17. Desenvolvimento do desenho digital. São Carlos, 2018



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 18. Desenho digital finalizado. São Carlos, 2018



Fonte: Arquivo da pesquisa

Seguindo esse processo digital, foram produzidos quatorze desenhos, cada um correspondente a um dos pontos sugeridos para o QR Code. Após o processo de finalização dos desenhos, um exemplo de interface foi desenvolvido para o QR Code destinado ao ponto “Bitola Estreita”. A partir do design elaborado pela pesquisadora Sandra Schmitt Soster, a programação foi realizada pela bolsista Maria Vitória do Nascimento Inocêncio.

A interface conta com ícones que direcionam o usuário para diferentes perguntas relacionadas ao ponto de QR Code escolhido, como exposto na figura 19. A proposta busca fazer uso de perguntas básicas, mas essenciais para a formação do conhecimento, trazendo respostas objetivas e de rápida leitura.

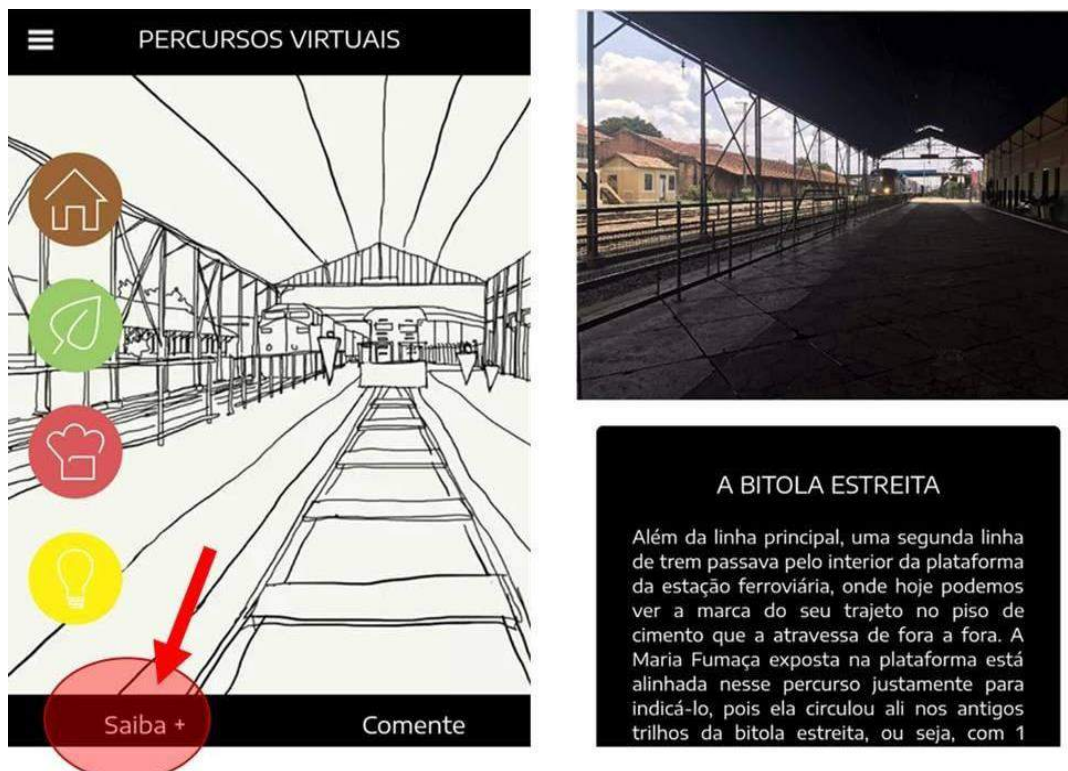
Figura 19. Interface do projeto. São Carlos, 2018



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Por meio da aba “Saiba +” a pessoa é direcionada para uma página na qual tem acesso a informações mais detalhadas sobre o objeto ou espaço, assim como uma imagem atual do mesmo, exposto na figura 20.

Figura 20. Interface do projeto. São Carlos, 2018.



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Fazendo uso da aba “Comente” o usuário pode deixar apontamentos e opiniões sobre os pontos existentes, colaborando, assim, com constates melhorias do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos feitos pelo parecerista desse trabalho, indicado pela agência de fomento, buscou-se aprofundar a análise das possíveis contribuições dos estudos de caso desta pesquisa (ações de gestão e educação) para o planejamento de políticas públicas e futuras pesquisas interessadas pelo uso da tecnologia para a preservação e a divulgação do patrimônio cultural. De tal modo, compreendeu-se que os recursos que facilitam as questões de gestão podem ser implementados como parte das políticas que analisam planos de desenvolvimento de cidades e as estratégias de preservação a serem realizadas.

Por meio de algumas plataformas pode-se compilar os bens registrados em um mesmo mapa, permitindo estudos de forma mais prática, minimizando o risco de algum bem passar despercebido. Enquanto isso, os exemplos analisados no campo da educação trazem bons exemplos de ações educacionais que podem ser utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de redes públicas e privadas, além de representarem sugestões de excursões para alunos e também em práticas de ensino informais.

Algumas tecnologias utilizadas são de fácil acesso; o que torna possível sua implementação em espaços de interesse histórico. Conquanto, no Brasil, especificamente, com a atual crise financeira e política, os recursos e investimentos para cultura estão cada vez mais escassos; o que dificulta a execução de atividades que envolvam a compra de equipamentos tecnológicos e a produção de material.

As atividades aqui apresentadas abrem um leque de alternativas nas formas como as visitas a espaços expositivos são realizadas, podendo servir de referência para o planejamento de ações e pesquisas sobre a temática, utilizando sempre suportes interativos que têm se mostrado um grande atrativo, principalmente para crianças e adolescentes, especialmente por fazerem uso de tecnologias com as quais os mesmos já estão acostumados, a exemplo dos jogos virtuais.

Para finalizar o processo de aprendizagem dessa pesquisa de iniciação,

apresentou-se aqui a participação da pesquisadora em ações efetivas para divulgação da história do patrimônio e aproximação da comunidade com a cidade, por meio dos estudos sobre a atividade de extensão “Percurso Virtuais”, realizada na cidade de São Carlos-SP, e o “Workshop de Fotocolagem Digital”, desenvolvido na cidade de Brotas-SP. No primeiro, tem-se a aplicação da tecnologia do QR Code no processo de educação patrimonial, auxiliada pelo uso dos dispositivos móveis dos próprios usuários.

O segundo apresenta a aplicação de dispositivos móveis como meio de registrar o patrimônio para a posterior realização de um mapa mental, tendo como recurso a fotocolagem digital. Em ambas as ações, o uso da tecnologia se mostra como estruturador do processo de transmissão do conhecimento e apresenta a viabilidade de realização de ideias similares em demais locais.

Após analisar diversos recursos, abriu-se um questionamento acerca de como tais processos influenciam na forma como as pessoas veem e entendem os bens culturais e o patrimônio histórico. A partir da bibliografia estudada, entende-se que cada pessoa tem uma percepção diferente da cidade, conquanto os recursos tecnológicos podem direcionar o que olhar em um determinado lugar ou a forma com a qual olhar. No entanto, alguns locais podem ser privilegiados com relação a outros, seja por aparecerem com maior destaque nas páginas no meio digital ou por serem beneficiados por recursos financeiros que permitem a instalação de tecnologias em seus espaços físicos, atraindo, assim, um maior número de visitantes.

Dessa forma, tais elementos patrimoniais teriam mais relevância para a população por serem mais enfatizados em detrimento de outros que apresentam importância para grupos menores, não recebendo o mesmo enfoque. Para análise desse fato e desenvolvimento da pesquisa foram buscadas referências que relatassem as relações estabelecidas entre o bem e os usuários após o uso desses recursos tecnológicos, contudo, tais informações não foram localizadas, indicando que essa é uma área de estudo que ainda precisa ser explorada pelos pesquisadores.

Ademais, entende-se que a aplicação das tecnologias vem fortalecendo os processos de preservação, os principais recursos aqui estudados (Quadro 4) são os processos que mais se destacam nas pesquisas contemporâneas, com realce para realidade virtual, realidade aumentada e inteligência virtual, que são discursos

relevantes para pesquisas futuras.

Quadro 4. Recursos tecnológicos utilizados em prol do patrimônio.

Projeto	Ano	Recursos tecnológicos	Tipo
<i>Plan de Alfabetización Tecnológica de Extremadura</i>	1999	Software livre Gnu / Linex; videoconferências; centros tecnológicos	Educação patrimonial
Semente Digital	2011	Dispositivos móveis; realidade aumentada; <i>leapmotion</i> (criação de jogo); 54inect (sensores para interatividade virtual); <i>QR Codes</i>	Educação patrimonial
Arquitectura	2011	Interface; mapas; georreferenciamento	Gestão do patrimônio
<i>Videoguía: Realidad Aumentada y Virtual</i>	2012	Dispositivos moveis; aplicativo de realidade aumentada; visualizador em 3D	Educação patrimonial
Andalucía Transversal	2013	Interface; mapas; georreferenciamento	Gestão do patrimônio
InfoPatrimônio	2014	Interface; mapas; representações 3D; georreferenciamento	Gestão do patrimônio
Emociona CR	2016	Aplicativo para dispositivo móveis; mapas; georreferenciamento	Gestão do patrimônio
História, Luz e Som: Memórias de um Velho Engenho	2017	Escaneamento e virtualização do patrimônio; VPT (software gratuito de animação digital)	Educação patrimonial

Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Por fim, ressalva-se como possível continuidade desse trabalho as possíveis temáticas:

- ✓ Inteligência artificial para aproximação com o patrimônio cultural;
- ✓ O uso da fotogrametria para registro e estudo sobre o patrimônio;
- ✓ Ações educativas colaborativas em rede para conhecimento do patrimônio;
- ✓ Aplicação de QR Codes em ações nacionais e internacionais de divulgação do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABATE, A.F.; ACAMPORA, G.; RICCIARDI, S.: **An Interactive Virtual Guide for the AR Based Visit of Archaeological**. In: Journal of Visual Languages & Computing, Dez. 2011, v. 22, p. 415-425
2. ANDREATTA, M. D. Engenho São Jorge dos Erasmos: Prospecção Arqueológica. Histórica e Industrial. **Revista da USP**, São Paulo, n. 41, p. 28-47, 1999.
3. AQUINO, A. C. G.; LOUHANNY, K.; NAHUZ, T. P.; SANTOS, M. C.; RIBEIRO, N. M. Projeto SEMENTE DIGITAL: Relato de um experimento de educação patrimonial mediado pela tecnologia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO, CULTURA E TURISMO, 1. 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: VNI Comunicação Estratégica, 2015. v. 1. p. 1-18.
4. ARAÚJO, R. B. **Especificação e análise de um sistema distribuído de realidade virtual**. 1996. Tese (Doutorado) - Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1996.
5. BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzein. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001.
6. BEDERSON, B.B.: Audio augmented reality: a prototype automated tour guide. In: Mack, R., Miller, J., Katz, I., Marks, L. (eds.) **ACM Conference on CHI'95**. Nova Iorque: ACM Press, 2003.
7. BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, cap.5, p. 91-113
8. BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, cap.6, p. 115-128
9. BRASIL. **Constituição de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 Jun. 2017.
10. BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 05 jun. 2017.
11. BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidades**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

Acesso em: 10 jul. 2017.

12. CASTELLS, M. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. **Revista Musas**, Brasília, ano 7, n. 5, 2011, p. 8-21.
13. CASTRO, S. R. **O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
14. CESAD. **Centro de Coleta, Sistematização, Armazenamento e Fornecimento de Dados**. s.d. [online]. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/apoio/cesad/>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
15. CIAM. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: jun. 2017.
16. CIUDAD Real Imaginaria. **Presentamos el mapa de Ciudad Real Imaginaria ante la prensa**. 9 de Março de 2016. [online] Disponível em: <<http://ciudadrealimaginaria.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 Maio 2017.
17. CONDEPHAAT. **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico**. s.d. [online]. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.3ece191cddb97673b47b5f57e2308ca0/?vgnnextoid=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>. Acesso em: 18 Mai. 2017.
18. CONGRESSO do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico** Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, Outubro de 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
19. CONSELHO da Europa. **Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico**. Estrasburgo: Conselho da Europa, 1975. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2107.
20. CORDEIRO, S. L. **A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista**. 2008. Tese (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2008.
21. ESCRITÓRIO Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de**

Atenas. Atenas: Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, outubro de 1931. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

22. GAIDEX, R. B.; SCHUSSEL, Z. Outorga onerosa do direito de construir e transferência do direito de construir: instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico cultural. **Risco - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo instituto de arquitetura e urbanismo iau-usp**, n. 21, p. 25-33, 2015.

23. GARCÍA, M. Á. P. **App para el Ayuntamiento de Ciudad Real: Emociona CR.** 3 de Novembro de 2016. [online] Disponível em: <<http://tuinbit.com/reivindica-valor-ciudad-esta-app/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

24. GIMENO, J.; OLANDA, R.; MARTINEZ, B.; SANCHEZ, F. M. ObservAR, sistema de realidade aumentada multiusuario para exposiciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE INTERACCIÓN PERSONA-ORDENADOR, 12., Lisboa, 2011.

Anais...

25. HATUKA, Tali. **A obsessão com a memória: O que faz conosco e com as nossas cidades** (Pág. 47-60). In: Patrimônio Cultural Memória e intervenções urbanas. Org(s). CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah e KUHL, Beatriz. [1ªEd]. São Paulo: Núcleo de Apoio e pesquisa de São Paulo, 2017

26. HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

27. INFOPATRIMÔNIO. **Histórico.** São Paulo: InfoPatrimônio, s.d.a [Wordpress]. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/?page_id=1823>. Acesso em: Jun. 2017.

28. INFOPATRIMÔNIO. **Página inicial.** São Paulo: InfoPatrimônio, s.d.b [Wordpress]. Disponível em: <<http://www.infopatrimonio.org/>>. Acesso em: Jun. 2017.

29. IPHAN. **Patrimônio Arqueológico.** Brasília: IPHAN, s.d.a Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>>. Acesso em: 10 mai 2017.

30. IPHAN. **Patrimônio Imaterial.** Brasília: IPHAN, s.d.b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 10 mai 2017.

31. IPHAN. **Patrimônio Material.** Brasília: IPHAN, s.d.c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 10 mai 2017.

32. JANSEN II, W. H. **Cultural Heritage in the Global Policy Arena: Issues,**

Institutions, and Resources in the Policy Mix. In: MESSENGER, P. M.; SMITH, G. S. (Org.). **Cultural Heritage Management.** Gainesville, Florida: University Press Of Florida, 2010. cap. 17, p. 230-242.

33. LÉVY, P. **Cibercultura.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

34. LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência.** O futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

35. LÓPEZ, E. L.; SIMAL, J. S.; RAYA, M. V. S.; RODRÍGUEZ, C. G.; VILLEGAS, J. J. G.; PEIRÓ, D. H.; BEY, P. B.; BAENA, A. L.; GUIRAUM, M. D. M. **ANDALUCÍA Transversal: Sistema de información activa del Espacio Público en Andalucía.** Andalucía (España): Laboratorio de Entrenamiento Multidisciplinario para la Investigación Tecnológica (LEMIT), p. 136-145, 2015. Disponível em: <<http://digital.cic.gba.gob.ar/bitstream/handle/11746/1310/T1-23.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

36. MASE, K., KADOBAYASHI, R., NAKATSU, R. Meta-Museum: A supportive Augmented-Reality Environment for Knowledge Sharing. In: CONFERENCE VSMM'96, 1996. **Proceedings...** IEEE Computer Society Press, 1996. p. 107-110.

37. MASE, K., KADOBAYASHI, R., NAKATSU, R.: Meta-Museum: **A supportive Augmented-Reality Environment for Knowledge Sharing.** In Conference VSMM'96, pp. 107-110. IEEE Computer Society Press (1996)

38. MENESES, U. T. B. Os museus na era do virtual. In: BITTENCOURT, J. N.; GRANATO, M.; BENCHETRIT, S. F. (Orgs.). **Museus, ciência e tecnologia.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007. p. 48-70.

39. MICIUDADREAL. **Una aplicación móvil para dibujar el 'mapa emocional' de Ciudad Real.** 18 de Outubro de 2016. [Online] Disponível em: <<http://www.miciudadreal.es/2016/10/18/una-aplicacion-movil-para-dibujar-el-mapa-emocional-de-ciudad-real/>>. Acesso em: 10 Maio 2017.

40. MOREIRA, M. C.; ROCHA, J., MARTINS J. História e tecnologia: preservação do património estatutário como identidade cultural luso-brasileira. **Projeto História,** São Paulo, 2007.

41. NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção,** Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/NASCIMENTO_FlaviaeSCIFONI_Simone-O-tombamento-de-Iguape-como-patrimonio-nacional.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

42. NETTO, A.; MACHADO, L.; OLIVEIRA, M. Realidade Virtual: Definições, Dispositivos e Aplicações. [Tutorial. Simpósio de Realidade Virtual] **Revista Eletrônica de Iniciação Científica - Sociedade Brasileira de Computação**, Brasil, ano 2, v. 2, n. 1, mar. 2002.

43. NUNES, J.F. I.; OLIVEIRA, P. C. Interfaces da Memória Social na Cultura Digital: análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do Acervo Digital Bar Ocidente no Facebook. **Rev. Comunidade Midiática**, Bauru, 2016. [online]

44. OJEDA, I. **Internet**: um caso de sucesso e liberdade. 2 de Abril de 2012. [Online] Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/uncategorized/uma-historia-de-sucesso-liberdade/>>. Acesso em: 05 Mai 2017

45. O'KEEFE, P. J. **Internacional Laws, Treaties, and Organizations**. In: MESSENGER, Phyllis Mauch; SMITH, George S. (Org.). **Cultural Heritage Management**. Gainesville, Florida: University Press Of Florida, 2010. cap. 19, p. 251-260.

46. PACIENTE, M. **Surfs Up**: Museums and the World Wide Web. [MA Research Paper - Museum Studies Program]. Toronto: University of Toronto, 1996.

47. PIMENTEL, K.; TEIXEIRA, K. **Virtual reality**: through the new looking glass. 2a ed. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1995.

48. RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

49. ROJAS, E. The Sustainable Conservation of Urban Heritage: A concern of all social actors. In: LABADI, S.; LOGAN, W. (Org.). **Urban Heritage, Development and Sustainability: Internacional Frameworks, National and Local Governance**. New York: Routledge, 2016. Cap. 13, p. 235-255.

50. SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory: Past and present in contemporary culture** (Teatros de memória: passado e presente na cultura contemporânea). Original 1996. London: Editora Verso, 2012.

51. SANT'ANNA, M. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A.

(Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Termo chave Preservação).

52. SMITH. Laurajane. **Uses of Heritage**. London and New York: Routledge, 2006

53. UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

SITES

54. **Andalucía transversal**. Andalucía: Feder / Junta de Andalucía / Universidad de Sevilla, s.d. [online]. Disponível em: <<http://blog.andaluciatransversal.com>>. Acesso em: 07 Jun. 2017.

55. **Arquitectura**. s.d. [online]. Disponível em: <<http://www.arquitectura.fau.usp.br>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

56. **Casa Batlló**. s.d. [online] Disponível em: <<http://www.uv.es/uvweb/instituto-universitario-investigacion-robotica-tecnologias-informacion-comunicacion-IRTIC/es/grupos-investigacion/artec/proyectos-finalizados/audio-guia-ar-casa-batllo-1285897853180/ProjecteInves.html?id=1285898683499>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

57. CASA Batlló. **Videoguía**: Realidad aumentada y virtual. [s.d.] [online]. Disponível em: <<https://www.casabatllo.es/visita/videoguia/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

58. COMUNICAÇÃO Institucional – PRCEU. **Videomapping**: sítio histórico e arqueológico reconstrói história de 500 anos em espetáculo tecnológico. 17 abril 2017. [online]. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/noticia/engenho-dos-erasmos-videomapping/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

59. EMPLASA. **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano AS**. s.d. [online]. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/Institucional/Detalhe/A-empresa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

60. MUZA-CHAN'S Gate to Japan. **Kidai Shoran**: A Glimpse of Life in Japan 200 years ago. 29 setembro 2010. [online] Disponível em: <<http://muza-chan.net/japan/index.php/blog/kidai-shoran>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

61. **Prefeitura de Cidade Real**. 18 de outubro de 2016. [online] Disponível em: <<http://www.ciudadreal.es/noticias/atención-al-ciudadano/10647-la-app-“emocional-cr”-busca-realizar-el-mapa-emocional-de-ciudad-real.html>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

62. UPPH. **Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico**. s.d. [online]. Disponível em:

<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.3ece191cddb97673b47b5f57e2308ca0/?vgnextoid=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&vgnnextchannel=84fc343c80f37210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

VÍDEO

63. **PRESENTACIÓN app sobre patrimonio participativo.** Realização: micidadreal. Ciudad Real: Miciudadreal, 18 de Outubro de 2016. (14min 21seg), widescreen, color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=41zeZYJGr04>>. Acesso em: 07 Jun. 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

65. AUKSTAKALNIS, S.; BLATNER, D. **Silicon mirage**: the art and science of virtual reality. Berkeley: [s.n.], 1992.
66. CALVINO, Í. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 2a ed. 2003.
67. COIMBRA, C. A. **A Arte da Memória e o Método Científico**: da memória artificial à inteligência artificial Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.
68. COMUNICAÇÃO Institucional – PRCEU. **Videomapping**: sítio histórico e arqueológico reconstrói história de 500 anos em espetáculo tecnológico. 17 Abril 2017. [online] Disponível em: <<http://prceu.usp.br/noticia/engenho-dos-erasmos-videomapping/>>. Acesso em: 21 Jun. 2017.
69. CSIKSZENTMIHALYI, M. **The meaning of things**: domestic symbols and the self. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
70. FRAUCHES, A. P. Fazenda do Centro: lugar e memória. In: SEMINÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010, São Carlos-SP, **Anais...** São Carlos: EdUSP, 2010.
71. GUARNIERI, W. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: IBICT, 1989.
72. LEMOS, A. **Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
73. MAROT, S. **Sub-urbanism and the art of memory**. Londres: AA Publications, 2003.
74. MORIN, E. **O método I**: a natureza da natureza. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005. 1ª ed. 1970.
75. NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan. /mar. 2015.
76. NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.
77. PESAVENTO, S. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan.-jun. 2007.

78. PICKERING, Andrew. Capítulo 7: Gordon Pask: From Chemical Computers to Adaptive Architecture. In: **The Cibernética Brain: Sketches of Another Future**. Londres: The University of Chicago Press, 2010. p. 309-377.
79. PINHEIRO, Maria Lúcia B. Preservação de sítios urbanos tombados: a atuação do CONDEPHAAT em Cananéia e Iguape, no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA, 4. 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2013.
80. PRATSCHKE, A. Arquitetura para Memória. In: MATUCK, A.; ANTONIO, J. L. (Org.). **Artemidia e Cultura Digital**. v. 1. São Paulo: Musa editora, 2009. p. 203-218.
81. RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
82. RIBEIRO, S B. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.
83. THOMAZ, K. P. A preservação digital e o modelo de referência: open archival information system. **Data Grama Zero – Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_01.htm>. Acesso em: ago. 2014.
84. TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **FENIX - Revista de História e Estudos Culturais**, v.7, n. 2, 2010.
85. TORELLY, L. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.
86. VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10a ed. São Paulo: Atlas, 2009.
87. YATES, F. A. **The Art of Memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

Anexos

Anexo 1 – FICHAMENTO 05

DATA: 04 de janeiro de 2018

Título do texto: As políticas patrimoniais

BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, cap.5, p. 91-113

Resumo:

O Estado é responsável pela definição do campo do patrimônio, financiamento e cumprimento das normas, mas é o economista que justifica tais ações baseados nas externalidades relacionadas ao bem e que podem afetar aqueles que de alguma forma estão relacionados a ele. Dessa forma, o texto comenta sobre as responsabilidades de preservação do bem tanto pelo Estado quanto pelo proprietário, a forma como sua presença afeta a vizinhança e como uma divisão mais igualitária de responsabilidades financeiras pode ser favorável. Estratégias que tomam como base incentivos fiscais e a ação de mecenas também são abordadas como pontos a serem analisados.

A decisão de preservar

A definição do perímetro da preservação

O pedido de proteção pode partir da sociedade civil e o campo de preservação definido por administradores. Segundo os economistas, os cidadãos não são suficientemente esclarecidos para entender a utilidade apresentada pelo bem, assim, para evitar que o mesmo receba pouca manutenção e importância o Estado intervém compensando essa insuficiência.

Krupka e Noonan (2010) apresentam maneiras de se determinar um bem a ser tombado ao se levar em consideração as características do bem, a situação econômica do local, variáveis demográficas e geográficas. Apresentam contrastes de interesse entre os proprietários do edifício tombado e os vizinhos. Os primeiros não se interessam pelo tombamento por diminuir a possibilidade de alteração do imóvel e o segundo veem no tombamento uma forma de preservação do entorno urbano de sua propriedade. Os autores também comentam que bens modificados são mais facilmente tombados por já se mostrarem em risco. Assim, como apresentado por

eles:

A rotulagem “monumento histórico” resulta então de três forças em tensão: a resistência dos proprietários às obrigações que pesam sobre os edifícios protegidos, a demanda de conservação que emana da vizinhança e o comportamento do regulador. (KRUPKA e NOONAN, 2010, apud BENHAMOU, 2016, p. 93)

Para Hutter e Rizzo (1997) a maior problemática está na agência que busca regulamentar tendo como principal objetivo estender seu domínio de intervenção. Peacock (1998) recomenda maior participação dos indivíduos nas decisões pois acredita que várias delas sejam discutíveis, como as que proíbem transformações nos edifícios e sítios. Para ele o principal indicador da eficiência das normas são as visitas culturais. Frey (1997) destaca a eficácia do referendo que transfere decisões aos cidadãos em idade de votar.

O nível correto da decisão. Financiamentos centrais ou locais?

Ao considerar o patrimônio como parte do domínio dos bens e serviços públicos locais o financiamento do mesmo deve ser realizado no plano local. Tiebout (1956) define bens locais como os produzidos pela coletividade local e que pode ser usufruído tanto pelos moradores locais quanto os das vizinhanças, dessa forma, para que seja realizada uma taxaçaõ junta entre os locais que arcam com os custos e os visitantes de fora recomenda uma taxaçaõ diferenciada dependendo do local de moradia do consumidor.

A descentralização das decisões públicas pode trazer inconvenientes com as pressões dos empreendedores e dos habitantes. Rizzo (2003) faz uma análise inspirada em teoria liberais, tendo como base a Itália, com grande autonomia das regiões, nota-se que o eleito local sofre grandes pressões para se realizar construções e demolições, acabando por negligenciar os pequenos patrimônios de vizinhança em comparação aos sítios e monumentos dotados de valor simbólico. Devido a esse fato a lei concedeu à coletividade a possibilidade de transferir a propriedade de bens do Estado para garantir sua preservação.

A inalienabilidade do domínio publico

Temos na França, e em muitos outros países, o principio de inalienabilidade das coleções públicas. Um grande número de obras entra nas coleções públicas por meio de doações ou de legado, caso o principio seja revogado poderia acabar por

desmotivar os doadores e herdeiros. Contudo, apesar desses bens se mostrarem inalienáveis os economistas se mantêm cautelosos diante dos princípios que impedem a valorização dos bens.

Peacock (1998) aponta para os custos dessas reservas de obras inacessíveis devido a uma tendência de conservação. Aconselha a retirada da inalienabilidade e a aplicação de um processo do qual a obra pode ser retirada do acervo.

O debate sobre a inalienabilidade ilustra o conflito típico da economia de patrimônio dividida entre o anseio de preservar e evitar desfazer-se de fundos ou obras dos quais o decorrer do tempo pode vir a comprovar a importância e a vontade de aplicar maior racionalidade econômica, de autorizar o “arejamento” das coleções, de corrigir os erros passados, de se desfazer de obras em proveito de outras aquisições que contribuiriam mais para a coerência dos fundos. (BENHAMOU, 2016, p. 98)

Formas e montantes da intervenção pública

Apesar de se associar a preservação do bem ao serviço público não significa que este depende somente do Estado. Autores preconizam que pode haver a ajuda de agentes externos que por meio de doações podem colaborar com a preservação do bem que lhe veio a trazer benefícios, por exemplo.

O problema do “passageiro clandestino”

“Pode-se excluir da fruição do patrimônio aquele que não deseja pagar por ela?” Peacock e Rizzo (2008) apontam o fato que poucas pessoas contribuem esperando que outras a façam, apesar daquelas que doam façam de forma altruísta ou indiferente de pagar pelos outros, na maioria dos casos o arrecadado não é suficiente para a manutenção do patrimônio.

Se mostra preciso incentivar o agente a financiar o bem pelo imposto, assim Benhamou e Thesmar (2011) sugerem que se cobre taxas maiores de estadia nos hotéis de modo que contribuía para a manutenção e valorização do bem, aliviando o encargo sobre a população.

A despesa pública patrimonial. O montante do empenho público na França

Na França a preservação é assegurada pelo respaldo dado aos proprietários privados por meio de subsídios e vantagens fiscais. Os subsídios podem representar até 50% das despesas de restauração e serem completadas pela ajuda das coletividades locais.

A produção de normas e de padrões de preservação

Para qualquer local tombado e protegido o legislador impõe normas de preservação. Para o proprietário essas normas podem acarretar custos ao limitar as possibilidades de valorização comercial, modernização e desenvolvimento.

Os incentivos fiscais aos particulares

Além dos subsídios, também são concedidas aos proprietários vantagens fiscais que variam de acordo com a possibilidade ou não de visitas e do número de dias fixados durante o ano. Há também a dedução fiscal de gastos realizados com restauros do bem.

Análise econômica dos dispositivos de auxílio e proteção

Risco moral, efeito de vantagem e efeitos sobre a distribuição dos patrimônios

Segundo o autor as isenções fiscais possuem efeito sobre a repartição de renda, pois os mais abastados acabam por ser os que tem maior chance de se aproveitar delas.

Não se leva em consideração o quanto o edifício é aberto ao público e o efeito de vantagem que ocorre quando "(...) um agente econômico beneficia-se em relação à determinada ação quando ele já havia decidido agir no sentido pretendido sem contar com a vantagem concedida." A esse se acrescenta o risco moral a partir do qual o direito a subsidio criaria um incentivo à demanda de proteção. Isso ocorre, pois, caso os custos de manutenção e restauração seja inferior aos dos benefícios recebidos o proprietário se vê motivado a pedir a proteção do seu edifício.

Avaliação do efeito do tombamento sobre o preço dos bens como legitimação econômica do subsidio

O tombamento afeta o valor dos bens patrimoniais. Creigh-Tyte (2000) estuda esses valores, segundo ele o tombamento é vantajoso para imóveis mais antigos (construídos antes de 1945), tendo pouco efeito nos mais recentes. Os imóveis vizinhos se beneficiam com a revitalização do bairro e a estabilização da vizinhança.

O diferencial de preço entre os edifícios tombado e os localizados em sua vizinhança em relação aos não tombados se dá como a tradução pelo mercado do valor do rótulo que se dá pelo acréscimo graças as melhorias realizadas no quadro

urbano e as reduções das obrigações e custos de manutenção relacionados à proteção.

Avaliação do esforço desenvolvido

“A análise custo benefício diz respeito a uma hipótese muito simples: um auxílio é justificado se o bem-estar coletivo cresce em razão de sua existência.” P.106 Para tal análise François Mairesse (2004) sugere, no caso de museus, que sejam realizados testes de indicadores de eficiência. No que se refere as leis de finanças (LOLF) são elaborados indicadores de desempenho que devem ser analisados com prudência.

Não só tais esforços de análise, mas também o estado do bem deve ser levado em consideração, distinguindo aqueles que precisam de manutenção fixa e os que precisam de planos de gestão. Para a preservação e administração desses cuidados Throsby (1997) defende que se devem realizar avaliações a longo prazo que levem em consideração a atuação das gerações futuras assumindo o projeto patrimonial.

O mecenato e a loteria, subsídios do empenho público?

Devido as limitadas verbas de financiamento público, os apelos ao financiamento privado variam de publicidade, mecenato, patrocínio e subscrições.

No caso da participação dos mecenatos, Paul Veyne (1995) os descreve no ato do “evergetismo”, que seria o ato de praticar o bem ao beneficiar a coletividade com suas riquezas. O mecenato pode ser realizado de três formas: em espécie, em bens e em competência (empréstimo de mão de obra).

Nota-se em diversos países que o mecenato individual se transformou num meio de financiamento e enriquecimento do patrimônio. No Reino Unido, as contribuições constituem um substituto aos auxílios, completadas pela atribuição de partes das receitas da loteria para o patrimônio.

O mecenato recebe importantes vantagens fiscais, tanto as empresas como as pessoas físicas recebem reduções fiscais com base no valor doado entre outros benefícios.

Bastante solicitado em período de restrição orçamentaria, o mecenato constitui em boa medida um subsidio disfarçado, pois que compensado em mais de dois terços pelo poder público; a destinação do que é oferecido pelo mecenas não é decidida pelas administrações

ou pelas instâncias culturais e políticas, mas por agentes privados. Não pode ser considerado um substituto do dinheiro público, constitui antes uma forma complementar do esforço coletivo cujo desencadeamento escapa à iniciativa pública. (BENHAMOU, 2016, p. 110)

A diferença entre mecenato e patrocínio não é sempre muito clara, com o primeiro sendo entendido como uma doação desinteressada. Para manter-se dessa forma a compensação concedida ao mecenas na redução do imposto deve se marcar em proporção marcante em relação ao valor doado.

Referências:

BENHAMOU, F.; THESMAR, D. **Valoriser le patrimoine culturel de la France**. Relatório ao Conselho de Análise Econômica. Paris: La Documentation française, 2011.

CREIGH-TYTE, S. W. "The built heritage: some British experience". **Recherches économiques de Louvain**, n. 66, 2000, pp. 213-230.

FREY, B. "**The evaluation of cultural heritage: some critical issues**". In: HUTTER, M.; RIZZO, I. (orgs.) **Economic Perspectives on Cultural Heritage**. Nova York: Macmillan, 1997, pp. 31-49.

HUTTER, M.; RIZZO, I. (orgs.). **Economic Perspective on Cultural Heritage**. Nova York: Macmillan, 1997.

KRUPKA, D.J.; NOONAN, D.S. "Determinations of historic and cultural landmark designation: why we preserve what we preserve": **Journal of Cultural Economics**, v. 34, 2010, pp. 1-26

MAIRESSE, F. **Missions et évaluation des musées. Une enquête à Bruxelles et en Wallonie**. Paris: L' Harmattan, 2004

PEACOCK, A. (org.). **Does the Past Have a Future? The Political Economy of Heritage**. London: Institute of Economic Affairs

PEACOCK, A.; RIZZO, I. **The Heritage Game. Economics, Policy, and Practice**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RIZZO, A. "**The relationship between regional and national policies in the arts**". In: GINSBURGH, V. (org.). **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Amsterdam: North-Holland, 2003, pp. 203-219

THROSBY, D. "Seven questions in the economics of cultural heritage". In: HUTTER, M.; RIZZO, I. (orgs.). **Economic Perspectives on Cultural Heritage**. Nova York: Macmillan, 1997, pp. 13-30.

TIEBOUT, C. M. "A pure theory of local expenditures". *Journal of Political Economy*, v.64, n.5, 1956, pp. 416-424.

VEYNE, P. **Le Pain et le cirque**. Paris: Seuil, 1995.

Anexo 2 – FICHAMENTO 06

DATA: 04 de janeiro de 2018

Título do texto: O patrimônio, bem público global.

BENHAMOU, F. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016, cap.6, p. 115-128

Resumo:

O autor discorre sobre a noção de pertença global do patrimônio, sendo esse tanto de direito de todos como da população do local no qual se encontra. O contexto no qual se insere é parte importante para seu entendimento, criando assim uma discussão a respeito do bem poder ou não ser levado para outros lugares.

Como parte do patrimônio mundial, os bens são inseridos na lista de patrimônios da Unesco, gerando consequências econômicas na região, não apenas com relação ao turismo, que pode ser incentivado, mas com os processos de restauração que se dá no espaço. Contudo, devido a essas melhorias, cabe aos envolvidos tomarem medidas para que não ocorram efeitos negativos, como a gentrificação, prejudicando a população já estabelecida.

Também se é comentado a respeito da mudança da visão sobre a realocação dos bens de seu país de origem tendo como justificativa a maior ou menor capacidade de preservação. Atualmente se tem pensado em formas de retornar os objetos de valor patrimonial para os países dos quais são originários. Como forma de proteger aqueles que se encontram em situações de risco a Unesco criou uma lista para identifica-los e tomar as medidas possíveis.

A noção recente de bem público global

“Um bem é globalmente público para o consumo quando seus benefícios ou seus custos se estendem a mais de um grupo de países e não se pratica discriminação entre grupos de população ou entre gerações.” Kaul, Grunberg e Stern, 1999, p. 46.

Esses bens constituem uma fonte de benefícios para humanidade, podendo ser bens ambientais, sanitários e educativos de nível nacional, geralmente não incluindo os bens patrimoniais. A lista do patrimônio mundial da Unesco configura uma herança

comum nos quais se detecta externalidades positivas para numerosos países, legado para as gerações futuras.

Por esse caráter global, apresenta uma necessidade especial de ser preservado pois seu desaparecimento ou degradação seria uma perda para todos os povos do mundo. O seu valor universal não diz respeito apenas ao patrimônio tangível, mas também ao patrimônio imaterial que apresenta a diversidade cultural.

O que a noção de patrimônio cultural engloba

A lista do patrimônio mundial da Unesco é composta por elementos variados, seus critérios de inclusão dizem respeito a associar a preservação do bem ou sítio à preservação do patrimônio imaterial relacionado a ele.

Essa dinâmica de universalização do patrimonial não se traduz apenas na constituição da lista que configura, por toques sucessivos, um conjunto de referências; ela conduz ao mesmo tempo a certa forma de uniformização dos modos de valorização e de preservação. (BENHAMOU, 2016, p. 117)

Uma vontade política

Por se caracterizarem como bens mundiais e estarem à disposição de todos, tais bens não precisam necessariamente permanecer nos locais ou nos países nos quais foram criados. Contudo aqui temos uma inversão do que foi falado para o Quatrem`ere de Quincy no qual afirma que a obra não deve ser separada do contexto para o qual foi concebida.

Assim temos em jogo duas categorias de propriedade, a primeira simbólica e a segunda real, a primeira transnacional e a segunda presa ao seu território. Assim tem-se de um lado de preservar a dimensão mundial do bem e por outro preservar a diversidade cultural e as identidades nacionais.

A dimensão econômica da rotulação

Impactos econômicos decorrem do rótulo “patrimônio mundial” devido a notoriedade do sítio e da garantia de qualidade que a Unesco pretende oferecer. O pedido do tombamento é uma forma voluntária de valorização do patrimônio, contudo seu efeito vem em maioria do esforço empreendido para obter a inscrição na lista com a produção de informação e investimentos patrimoniais. O tombamento em si produz poucos efeitos, mas conduz a investimentos musicográficos

Segundo estudos realizados por Prud'homme (2008) sobre sítios tombados na França, o fato de constar na lista da Unesco não contribuiu para aumentar nem a parte do turismo nem o emprego local durante o período em que foi analisado. Assim comprova-se que o efeito do rótulo não deve ser avaliado apenas com relação a seus impactos econômicos.

Patrimônio e desenvolvimento. Esperanças ou desilusões?

A valorização do patrimônio gera rendimentos, mas a polarização sobre o turismo pode resultar desfavorável para os locais: além da alta do preço da propriedade fundiária e a gentrificação assinaladas anteriormente, pode alimentar o circuito da corrupção, aumentar as desigualdades, ser sequestrada por indivíduos ou empresas que procuram mais obter benefícios próprios do que contribuir para as atividades locais, e apresentar custos de oportunidade elevados. (BENHAMOU, 2016, p. 121)

Em casos de países emergentes, como alguns sítios turcos, apesar de não ter ocorrido uma dinâmica de desenvolvimento, teve um efeito positivo na preservação do patrimônio.

Os critérios de preservação aplicados em países desenvolvidos são inadequados para os em desenvolvimento tanto do ponto de vista cultural como do econômico. Isso mostra uma discrepância entre as visões de operações estabelecidas por organismos internacionais e os nacionais ou locais. Assim, na questão da reabilitação do patrimônio se deve estabelecer uma cooperação internacional e se distanciar de qualquer demanda social local. Logo se mostra todo um ecossistema que ultrapassa o campo das atividades patrimoniais.

Circulação do patrimônio e restituição

É preciso restituir as obras de arte?

A maioria dos processos de restituição se dá sobre bens patrimoniais que por diversos motivos foram retirados de seus países ao longo do tempo. Contudo cada caso é muito particular, o que dificulta as restituições mediante diplomacias comerciais. Há discussões que separam questões sobre a memória de uma nação não poder ser conservada em outro país contrastada com a legitimidade também fundada na história na constituição de coleções que se teme pelo desmantelamento.

Há entre os dois sentimentos um muro de incompreensão nutrido por séculos de colonialismo e de dominação, e eis que o mundo se tornou multipolar e os argumentos de ontem, como o da melhor qualidade da

conservação, perdem boa parte do seu significado. (BENHAMOU, 2016, p. 124)

O patrimônio ameaçado

A lógica da emergência

Três fontes de destruição se apresentam em nível mundial: as catástrofes naturais, a pobreza e a negligência, a violência e a guerra. Frente a tais ameaças a Unesco elabora uma lista do “patrimônio mundial em perigo” para informar das condições que ameaçam o patrimônio e suas características para serem inseridos na lista do patrimônio mundial. Tal lista teria valor informativo para incentivar a preservação, contudo a Unesco não dispõe de verba nem de meios para impor sanções às infrações contra o patrimônio.

Em direção a um “direito de ingerência” patrimonial?

Em 2003 a Unesco lança uma declaração sobre a destruição intencional do patrimônio cultural e estipula que os Estados membros devem combater tais destruições. Contudo, a Unesco não conta com qualquer meio de prevenção e sua ingerência não é necessariamente bem acolhida

Alguns elementos atestam a possibilidade de intervenção em caso de emergência, com a ONU convocando membros a assumir a proteção de patrimônios em perigo em consequência de guerras. Nesses casos a ingerência pode surgir como um mal necessário.

Referências:

KAUL, I.; GRUNBERG, I.; STERN, M. **Global Public Goods. Internacional Cooperation in the 21^o Century**. Nova York: Oxford University Press, 1999.

PRUD'HOMME, R. **Les Impact socioéconomiques de l'inscription d'un site sur la liste du patrimoine mondial: trois études**. Paris: Unesco, 2008

Anexo 3 – FICHAMENTO 07

DATA: 06-de janeiro de 2018

Título do texto: Cultural Heritage in the Global Policy Arena: Issues, Institutions, and Resources in the Policy Mix

JANSEN II, W. H. **Cultural Heritage in the Global Policy Arena: Issues,**

Institutions, and Resources in the Policy Mix. In: MESSENGER, P. M.; SMITH, G. S. (Org.). **Cultural Heritage Management.** Gainesville, Florida: University Press Of Florida, 2010. cap. 17, p. 230-242.

Resumo:

O autor aponta a necessidade de se considerar as questões arqueológicas atuais em um cenário global para se entender os fatores que afetam o sucesso da preservação do patrimônio mundial frente as pressões, sendo a política global uma parte crucial do processo.

Até o momento, o foco internacional sobre a preservação do patrimônio está sobre uma área relativamente limitada influenciada pela Unesco. Segundo o autor, apesar de em um primeiro momento o patrimônio não dever ocupar a maior parte da atenção nas discussões internacionais, aponta que as questões que são discutidas em detrimento dessa são em grande parte aqueles de interesse das grandes organizações multinacionais, com os recursos financeiros como indicador da gravidade com que as mesmas devem ser abordadas. Como mostra, historicamente as questões do patrimônio não possuem recursos financeiros.

Contudo, a atenção sobre as questões do patrimônio tem crescido em nível internacional. As políticas que se remetem a questão da preservação e gestão do patrimônio cultural se enquadram em duas categorias gerais: preservação ou proteção do sítio contra danos e combinação do patrimônio cultural a interesses econômicos.

Exemples of Major Policy Institutions and Current Policy Themes: Institutions Focused Specifically on Cultural Heritage

O autor aponta a Unesco como a força mais consistente na política internacional para a proteção do patrimônio cultural ao relacionar conceitos e orientar diálogos sobre a questão. Em 1992 a Unesco cria o Centro do Patrimônio Cultural que, com a realização de sessões anuais, desempenha um papel principal na definição de questões políticas relacionadas à preservação. O Centro também mante a Lista do Patrimônio Mundial com os bens que são considerados mais destacados e necessitam de atenção especial de preservação.

General Internacional Institutions Relevant to the Policy Arena

No cenário da política internacional as organizações intencionais são as responsáveis por identificar as questões e prioridades do desenvolvimento global. Tais agencias incluem o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agencia para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Segundo o autor, devido a grande quantidade de recursos que detém elas têm impactos importantes nas atividades governamentais e raramente possuem uma grande agenda de políticas que identificam especificamente a preservação do patrimônio como objetivo ou prioridade política.

Contudo, apesar do patrimônio não ser enumerado como um objetivo específico para essas agencias, tais organizações ainda podem atuar na área com o patrimônio como o objetivo político de crescimento econômico ou redução da pobreza na área do desenvolvimento internacional.

Resources and Funding Levels as na Expression of Policy Imperatives

Quando se analisa os líderes dos diálogos internacionais sobre o patrimônio é rapidamente evidente que o montante financeiro controlado pelas principais agencias de políticas é relativamente modesto. Segundo dados da Unesco apresentados pelo autor, de todos os recursos disponibilizados para a Unesco, aproximadamente 87.3 milhões de dólares, 11% do total, é destinado para apoiar esforços culturais ou o patrimônio cultural.

O Fundo do Patrimônio Mundial concentra todos os seus recursos nas questões patrimoniais, entretanto, seu orçamento anual varia entorno de 4 e 8 milhões de dólares, distribuindo seus recursos em uma serie de regiões do mundo. Segundo dados apresentados, os investimentos realizados pelo Banco Mundial nas atividades de patrimônio cultural representam uma parcela mínima do total de investimentos realizados por ele, mas essa pequena quantia representa mais que os recursos do Fundo do Patrimônio Mundial e do que o programa da Unesco. Nota-se diferenças nas quantias que são destinadas a cada região do mundo, que, como colocado pelo autor, podem estar relacionadas a importância dos governos nacionais sobre o turismo e seus potenciais de desenvolvimento na área.

Emerging Policy Themes for Cultural Heritage Preservation and Management

O Centro do Patrimônio Mundial e a Unesco tem sido bem-sucedido em conscientizar o mundo sobre o patrimônio cultural. Contudo, com a crescente

demanda dos países por assistência em novos sítios excedia os recursos disponíveis, mostrando uma queda na capacidade de responder as demandas nos anos de 1992 para 2002.

Ao reconhecer esse fato iniciaram-se questões de como melhorar os recursos disponíveis para as organizações. Em 2002, a conferência do Centro do Patrimônio Mundial ajudou a identificar parcerias com sociedades civis e empresas para melhorar os esforços na área do patrimônio. Foram feitas sugestões de parceria público privada e integra o patrimônio aos processos de desenvolvimento do Banco Mundial e das Nações Unidas.

Cada vez mais o patrimônio se torna parte de estratégias e interesses econômicos. Yang e Phares acreditam na inseparabilidade da preservação do patrimônio e do desenvolvimento econômico e criam protocolos para incluir a gestão do patrimônio dentro dos esforços para a redução da pobreza, por exemplo.

Como o desenvolvimento econômico e do patrimônio está associado a questões políticas são definidos de acordo com as perspectivas dos governos nacionais, Sharon Sullivan defende as vantagens de capacitar as comunidades locais no processo de gestão do patrimônio.

Para fortalecer o ambiente político para a preservação do patrimônio, ela defende o envolvimento de todas as partes interessadas e aborda ativamente os interesses econômicos e sociais das comunidades locais. (Sullivan, 2004, apud JANSEN, s.d. p. 237, tradução nossa²)

A partir disso tem-se discutido programas de gestão de recursos culturais poderiam ser um investimento de crescimento econômico qualificado, e caso esse pensamento progrida nesse sentido os novos recursos poderiam esta disponíveis para o trabalho do patrimônio cultural.

Realizing Policy Opportunites and Implications for the future

Com as novas discussões a política de preservação do patrimônio passam a ser relacionadas como a preservação cultural, a criação de empregos e os benefícios econômicos da gestão de recursos naturais. No nível dos países, serão necessárias

² Do original em inglês: "To strengthen the policy environment for heritage preservation, she advocates involving all stakeholders and actively addressing economic and social interests of local communities"

políticas que articulem a preservação dentro das estratégias de crescimento e desenvolvimento. Tais medidas podem exigir refinar políticas de turismo e o papel da gestão para longo prazo.

Para aplicação dessas novas políticas e a realização de financiamentos as organizações de desenvolvimento irão precisar da ajuda de especialista em gestão patrimonial que ajudarão também na criação de políticas de recursos culturais atrelados ao crescimento econômico ou prioridades de redução da pobreza.

Novas oportunidades para o intercâmbio técnico na gestão de recursos culturais emergirão em qual agências com um foco historicamente doméstico (como o Serviço de Parque Nacional dos EUA) podem fornecer conhecimentos comprovados de gerenciamento de recursos culturais e gerenciamento de ativos para a comunidade global. (JANSEN, s.d., p. 239, tradução nossa³)

Outra área de necessidades será o desenvolvimento de indicadores que ajudem o governo e as agências a saber se os investimentos estão tendo o impacto desejado tanto na conservação do patrimônio como na economia.

Conclusão

A perspectiva mais emocionante se mostra a continuação do crescimento da conservação do patrimônio em um cenário global e uma maior aplicação de recursos financeiros disponíveis para o trabalho da preservação. Para a realização de tal se mostra necessário uma advocacia efetiva na opinião mundial.

O desenvolvimento de patrimônios novos e evoluídos será necessário para atrair ao gerenciamento a atenção merecida. Os defensores das políticas para o patrimônio andam se mostram necessários nas políticas globais e os líderes políticos terão que disputar de forma convincente usando argumentos que vinculem os objetivos econômicos e outros de preocupação global.

Segundo o autor, até o momento de redação do artigo os profissionais de recursos culturais não apresentaram presença significativa na formação de políticas de organizações que possuem recursos financeiros substanciais. Talvez os defensores mais eficazes das políticas serão os leigos com informações de gestão de

³ Do original em inglês: New opportunities for technical Exchange in cultural resource management will emerge in which agencies with a historically domestic focus (such as the U.S. National Park Service) can provide proven cultural resource management and asset management expertise to the global community.

recursos culturais que experimentaram com o processo de diálogo político global e que vão defender as questões do patrimônio. Assim, os futuros avanços na área provavelmente serão baseados em colaborações ativas entre o patrimônio e o desenvolvimento e outros profissionais de organizações financeiras.

Referências:

SULLIVAN, S. Local Involvement and Traditional Practices in the World Heritage System. In **Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage**, edited by E. Merode, R. Smeets, and C. Westrik, p. 49 – 55. Word Heritage Papers 13. UNESCO World Heritage Centre, Paris.

YANG; MINJA; PHARES, J. Safeguarding and Development of World Heritage Cities. In **Partnerships for World Heritage Cities: Culture as a Vector for Sustainable Urban Development**, 2003, p. 10-14. Word Heritage Papers 9. UNESCO World Heritage Centre, Paris.

Anexo 4 – FICHAMENTO 08

DATA: 06 de janeiro de 2018

Título do texto: International Laws, Treaties, and Organizations

O'KEEFE, P. J. Internacional Laws, Treaties, and Organizations. In: MESSENGER, Phyllis Mauch; SMITH, George S. (Org.). **Cultural Heritage Management**. Gainesville, Florida: University Press Of Florida, 2010. cap. 19, p. 251-260.

Resumo:

Nos últimos 50 anos tem estado em andamento a construção de um quadro legal para a preservação do patrimônio. Segundo o autor, a concentração dessa preservação se deu em maioria com relação aos bens materiais, sendo imateriais em grande parte ignorados. Além disso, a construção do quadro se mostraria desigual, com uns recebendo mais atenção que outros. Os Estados, os principais responsáveis pela preservação, preferem fazer o mínimo possível para cumprir suas obrigações.

Organizações

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é o principal órgão preocupado com a preservação de recursos culturais no mundo. No funcionamento geral a cultura ocupa a menor divisão da verba, no entanto deve-se entender que essa é uma decisão dos Estados, o secretario propõe o programa, mas são eles quem decidem quais os fundos serão alocados para a realização.

O quadro da Unesco para a preservação dos recursos culturais consiste em convenções e recomendações normativas. Os primeiros são instrumentos jurídicos com direitos e obrigações para que os Estados se tornarem integrantes, já o segundo tem pouco peso legal, com os Estados apenas observando seus requisitos e informando a Unesco.

Já em casos regionais, a organização mais importante na questão de preservação de recursos é o Conselho da Europa. É o organismo responsável por promover o desenvolvimento cultural da Europa, juntamente com o progresso econômico e social, além de produzir algumas convenções e recomendações no

campo da preservação dos recursos culturais.

Shaping Cultural Resource Preservation

Archaeology Underwater and in the Development Process

As duas convenções mais importantes para a arqueologia são a Convenção Revisada Europeia e a Convenção Subaquática, com a última estabelecendo regras para as atividades relativas ao patrimônio cultural subaquático.

Os Estados participantes da Convenção Revisada Europeia devem prever medidas para conservação e manutenção do patrimônio arqueológico, de preferência no sítio. Também são responsáveis por garantir que arqueólogos e planejadores municipais e regionais trabalhem juntos para modificar planos de desenvolvimento quando necessário para que haja tempo e recurso para o estudo do sítio e a publicação dos resultados. No caso dos participantes da Convenção Subaquática, lhes é de responsabilidade garantir que o trabalho arqueológico não afete negativamente o patrimônio. Em ambos é colocada a necessidade da realização das pesquisas sobre os patrimônios encontrados e sua posterior publicação para o público.

Archaeology in Occupied Territory

No caso de um Estado que foi ocupado pelas forças armadas de outro, o mesmo deve se abster de qualquer escavação e qualquer bem deve ser entregue às autoridades do território na terminação das hostilidades, salvo apenas quando a escavação é necessária para salvaguardar, registrar ou preservar a cultura. Tal política pública é claramente para impedir que os Estados que estão ocupando realizem escavações arqueológicas.

Site Preservation

A conservação de sítios arqueológicos também se mostra como os objetivos da Convenção do Patrimônio Mundial. Os Estados membros têm, em termos gerais, o dever de assegurar a identificação, proteção, conservação, apresentação e transmissão para futuras gerações do patrimônio cultural e natural.

A Convenção entende como sítio obras combinadas da natureza e do homem, que acabaram por evoluir para o conceito de paisagem cultural, que de acordo com as diretrizes correspondem a três categorias: as definidas e criadas intencionalmente

pelo homem, as que evoluíram organicamente e as que possuem uma natureza associativa. A intensão assim colocada é preservar áreas significativas envolvendo recursos culturais.

Llicit Traffic

O roubo e o contrabando de itens do patrimônio acabam por prejudica-lo e a seus registros. O contrabando, na maioria dos casos, flui de escavações clandestinas que acabam por destruir o contexto e o próprio objeto. A Unesco tentou combater o tráfico ilícito na Convenção de 1970, contudo a sua aceitação pelos Estados do mercado da arte tem sido lenta.

Intangible Heritage

A Unesco tentou lidar com a importância e a preservação do patrimônio imaterial na Convenção Intangível, mas na opinião de algumas pessoas essa se mostra falha por conter poucas formas de deveres e obrigações por parte dos Estados. Em nível mundial, a Organização da Propriedade Intelectual pode ter um resultado mais bem-sucedido, contudo tal instituição é limitada. Na Convenção foi exigida uma Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, tal lista tem o objetivo de garantir uma melhor visibilidade ao patrimônio cultural imaterial e conscientizar sobre sua significância, além de incentivar o diálogo sobre o respeito à diversidade cultural.

Historic Complexes

O Conselho da Europa é o único que tenta lidar especificamente com a relação entre uma estrutura e seu conteúdo, o objeto e seu contexto, no qual existe valor patrimonial no relacionamento que excede os valores individuais. Por exemplo, no campo industrial, as maquinarias podem ter seu valor aprimorado se o local onde se nela trabalhou ainda existe e a conexão pode ser mantida. O Conselho encoraja os proprietários a manter essas relações por meio de incentivos e até isenções fiscais.

Conclusão

O autor conclui destacando o fato que convenções, recomendações e resoluções sobre o patrimônio não são assuntos apenas para os advogados. Todos os documentos representam tempo e dinheiro investidos pelos Estados, muitas vezes resultados de longos debates e compromissos. Fornecem informações de como os

Estados veem tais questões e como essas propostas serão realizadas. Logo, a política pública deve ser extraída dos textos, o processo para lidar com elas e o que acontece a partir de tal.

Considerações:

Por meio do texto fica possível perceber a importância que as convenções apresentam para os processos de preservação dos patrimônios mundiais, contudo, também fica evidente a dificuldade para que as mesmas sejam totalmente seguidas e implantadas e que os países se conscientizem sobre sua importância. Dessa forma, mostra-se necessário o desenvolvimento de meios que facilitem a articulação das informações e que causem a conscientização da população.

Ferramentas eficientes para tais tarefas podem ser os recursos tecnológicos de gestão e educação que vem sendo difundidos, mas ainda como pouco alcance. Um maior investimento na área pode revelar inúmeras formas de aplicação de tais tecnologias e por meio delas desenvolver um processo de identificação da população tanto com o bem quanto de suas responsabilidades para com eles.

Anexo 5 – FICHAMENTO 09

DATA: 16 de janeiro de 2018

Título do texto: The Sustainable Conservation of Urban Heritage: A concern of all social actors

ROJAS, E. The Sustainable Conservation of Urban Heritage: A concern of all social actors. In: LABADI, S.; LOGAN, W. (Org.). **Urban Heritage, Development and Sustainability:** Internacional Frameworks, National and Local Governance. New York: Routledge, 2016. cap. 13, p. 235-255.

Resumo:

A conservação do patrimônio urbano está ganhando relevância na gestão das cidades, com governos preocupados com a perda de bens significativos para a história dos lugares. As sociedades de muitas regiões vêm se mobilizando para evitar a perda de sua herança material devido ao desenvolvimento imobiliário.

Os profissionais da preservação se aperfeiçoaram em proteger o patrimônio por meio de pesquisas, avaliações e acordos internacionais sobre boas práticas. No entanto, menos atenção é dada para as questões de governanças do processo de conservação que aumentaram nos últimos anos devido ao aumento dos atores envolvidos. Além disso, há uma crescente aceitação da adaptação de propriedades patrimoniais a usos contemporâneos do que a preservação completa de suas características físicas e de uso da propriedade nas práticas tradicionais.

Social actors concerned for the urban heritage

Actors in the censervation od the urban heritage

Segundo o autor as pessoas se preocupam com o que as trazem benefícios, logo o modo como os indivíduos e as comunidades se movem para conservar o patrimônio urbano material está relacionado a esses interesses. O valor de tais patrimônios na sociedade agora é compreendido graças aos estudos na economia do patrimônio cultural que caracteriza o patrimônio como capital.

O capital cultural fornece serviços sócio culturais para a sociedade, fundamentais para a formação do capital humano e social. Já o capital físico apoia as atividades sociais capazes de produzir benefícios econômicos. Ambos estão ligados, uma vez que o capital físico presta apoio a muitas das expressões urbanas do capital cultural (Bandarin and van Oers, 2012)

O significado da herança urbana para o desenvolvimento social e econômico das comunidades aparece sob a forma de fluxos de benefícios socioculturais e econômicos recebidos por diferentes atores sociais individualmente ou como membros de uma comunidade. (ROJAS, 2016, p. 236, tradução nossa⁴)

Uma das consequências dessa visão é que a preservação do patrimônio não é mais apenas da elite cultural e de filantropos, na maioria dos países os governos também estão envolvidos. Isso se mostra consequência de múltiplos processos, como uma consciência mais ampla da sociedade sobre os valores socioculturais e econômicos do patrimônio urbano. Baseado nesses valores, grupos, empresários e empresas estão achando conveniente comercializar áreas de herança cultural, criando uma demanda que apoia os negócios imobiliários centrado na adaptação das propriedades patrimoniais para usos contemporâneos.

Assim como há atores sociais ativos para a conservação, há outros que se opõe a conservação de alguns bens, em especial edifícios privados, argumentando que sua conservação impede ou retarda o desenvolvimento das cidades. É argumentado que a cidade deve usar o terreno para suprir demandas do mercado. Paralelamente há uma reação contrarias ao desenvolvimento imobiliário nas comunidades que querem a preservação do patrimônio para defenderem seu estilo de vida.

Stakeholders in the evolution of the concern for the urban heritage

Em países mais ativamente empenhados na conservação do patrimônio outros agentes sociais podem surgir, como proprietários, investidores imobiliários, produtores informais e usuários que podem se colocar tanto a favor como contra a preservação.

No que diz respeito as abordagens da prática de conservação do patrimônio urbano, Roja e de Moura Castro (1999) classificam em uma evolução de três etapas:

⁴ **Do original em inglês:** “The significance of the urban heritage for the social and economic development of the communities appears in the form of flows of socio-cultural and economic benefits received by different social actors individually or as members of a community. ”

a primeira é quando a conservação é preocupação das elites, nessa fase a maioria das cidades não tem estrutura de autoridade e recursos para lidar com os problemas que afetam as áreas patrimoniais. As intervenções resultantes são ações isoladas. Na segunda etapa os governos intervêm para garantir que o patrimônio seja preservado, nessa fase há uma maior consciência dos valores econômicos do bem. O terceiro estágio se apresenta quando a herança urbana se torna a preocupação dos autores sociais envolvendo interesses e recursos de amplas partes.

Mapping stakeholder's interactions

A maior quantidade de parte envolvidas na terceira etapa torna a governança do processo mais complexa devido a maior oportunidade de surgimento de conflitos. Tais conflitos se iniciam principalmente pelas posturas das partes interessadas, de um lado temos os indivíduos comprometidos com o desenvolvimento da cultura, sendo esses estudiosos, membros da elite cultural e instituições, no extremo oposto temos aqueles que se opõe a conservação, representados por proprietários de terra e investidores imobiliários que querem maximizar os lucros a curto prazo.

Casos de conflito no qual esses agentes aparecem são em locais de vizinhança a patrimônios. Uma das estratégias para tentar amenizar os conflitos são permitir que algumas mudanças possam ser realizadas no bem para a adapta-lo a programas modernos.

Rojas (2012) argumenta que a sustentabilidade do processo de conservação aumenta quando há ampla presença de atores principais e comprometidos que desempenham simultaneamente papéis de promotores, financiadores e beneficiários. Uma grande vantagem da terceira etapa é que há uma variedade de atores sociais envolvidos no processo, já que os atores fundamentais ou comprometidos atuam como promotores e financiadores e recebem diretamente o benefício (ROJAS, 2016, p. 240, tradução nossa⁵)

The pre-eminence of local actors

Os interessados locais e aqueles que se sentem atraídos em investir nas áreas

⁵ **Do original em inglês:** “Rojas (2012) argues that the sustainability of the conservation process increases when there is ample presence of core and committed stakeholders who simultaneously play roles of promoters, financiers and beneficiaries. A major advantage of the third stage is that there are a variety of social actors engaged in the process as either core or committed stakeholders acting as promoters and financiers and directly receiving the benefits.”

patrimoniais são os que fornecem em partes os recursos que se destinam a reabilitação adaptativa sobre o patrimônio. Os governos não possuem recursos para reabilitar e conservar uma área inteira de patrimônio. Os moradores locais também são os que arcam com as restrições geradas pela presença do bem e os efeitos negativos da conservação na sua qualidade de vida (falta de amenidades urbanas modernas).

As organizações comunitárias são muitas vezes a força motriz de preservação do patrimônio na vizinhança na qual se encontra, mesmo em casos nos quais outras partes liderem o processo, como o governo ou organizações. Há necessidade de trabalhar em estreita consulta com os moradores, incorporando seus pontos de vista no planejamento e implementação das intervenções.

What to conserve and why: the foundation of the structures of authority to guide the conservation process

Identifying the values of the urban heritage

O que conservar em uma área urbana depende dos valores patrimoniais, pois sítios de patrimônios podem conter uma multiplicidade deles. Um edifício, por exemplo, pode ter valor histórico para a cidade pelos eventos que nele ocorriam, assim como valor científico para os historiadores e valor estético para os pesquisadores da arte, além de diversos outros.

Dois processos relacionados realçam os valores socioculturais do patrimônio: a pesquisa acadêmica sob a forma de estudo de historiadores e a disseminação desses conhecimentos através do sistema educacional e sua discussão em comunidades.

O conhecimento bem avaliado sobre o significado dos valores socioculturais contribui para a construção do acordo entre os membros da comunidade sobre a necessidade de conservar o patrimônio urbano e, por sua vez, a motivação para a preocupação do governo com o não-uso econômico dos valores de existência e legado. (ROJAS, 2016, p. 242, tradução nossa⁶)

⁶ **Do original em inglês:** “Well-grounded knowledge on the significance of the socio-cultural values contributes to building the agreement among members of the community on the need to conserve the urban heritage and, in turn, the motivation for the government’s concern for the economic non-use values of existence and bequest.”

Quando se tratar do seu valor econômico e sua importância haverá naturalmente discordâncias entre as partes interessadas, fator que pode não ser muito prejudicial desde que não resulte em conflitos insuperáveis.

O reconhecimento dos múltiplos valores reforça a unidade dos atores sociais favorecendo sua conservação e colocando as propriedades patrimoniais em usos contemporâneos, oferecendo vias para as partes interessadas pró-desenvolvimento obter retornos de suas propriedades no momento em que cumprem os regulamentos de conservação. (ROJAS, 2016, p. 242, tradução nossa⁷)

The urban heritage: a liability or a development asset?

Em muitos países em desenvolvimento ainda se encontram na primeira fase de preservação do patrimônio, contudo, nas últimas décadas tem-se aumentado o número deles que evoluem para a segunda fase. Na segunda etapa o governo cria instituições especializadas para identificar monumentos a lista-los para serem preservados. A responsabilidade de sua preservação é deixada para o proprietário e regulamentos exigem que o governo preserve os bens de caráter público. Esta abordagem transforma o patrimônio urbano em uma responsabilidade urbana e financeira para os proprietários e comunidades.

Na terceira etapa aumenta-se a estabilidade e os recursos dedicados a conservação do patrimônio urbano com a diversificação dos atores sociais interessados na conservação dos variados valores do patrimônio urbano, principalmente pela materialização dos valores econômicos que surgem a partir da permissão da adaptação desses espaços para o uso contemporâneo. Assim o patrimônio se torna um ativo no desenvolvimento social e econômico da comunidade.

The shared vision for the urban heritage area

Uma condição importante para coordenar as atividades de uma comunidade com relação a preservação é que os membros concordem em o que é importante e porquê. A visão acordada permite as bases para a formulação de um plano de conservação.

⁷ **Do original em inglês:** “The recognition of the multiple values strengthens the unity of the social actors favouring its conservation and putting the heritage properties to contemporary uses provides avenues for the pro-development stakeholders to obtain returns from their properties at the time they comply with the conservation regulations.”

Structures of authority for conserving the urban heritage

The city development plan and the conservation of the urban heritage

Para lidar com a visão compartilhada é necessário desenvolver uma estrutura de autoridade para controlar e coordenar as ações. Segundo o autor existem estruturas de autoridade suaves (não vinculativas) e rígidas (obrigatórias). Na prática da conservação há muitas estruturas suaves sob a forma de conhecimento acumulado que oferecem orientações, mas que não são juridicamente vinculativos para os atores.

A forma mais comum de estrutura rígida é a regulamentação da conservação do patrimônio aplicadas as suas áreas que estão sob a proteção do conselho ou de outras agências governamentais. Essas são ferramentas do segundo estágio do processo de conservação, na maioria dos casos as partes interessadas do local não são consultadas no processo de regulamentação permitindo pouco espaço para as adaptações contemporâneas, além de serem pouco coordenados com o projeto de regulamentação da cidade.

No terceiro estágio se exige estrutura rígida, um contrato social no qual todos os atores aceitam a de bom grado a autoridade que controla e coordena suas atividades. Tais planos são mais aceitos pelos envolvidos quando são projetados e aprovados com seu envolvimento.

The urban heritage conservation componente of the city development plan

Os componentes de conservação patrimonial de uma cidade definem os limites físicos nos quais se encontram os bens patrimoniais e os regulamentos e os níveis de proteção dos espaços. Também estabelece os planos de conservação a elas destinadas e os incentivos a serem oferecidos para que as partes interessadas cumpram com os regulamentos

Quando o patrimônio sofre com o abandono o plano também deve prever medidas de revitalização, incluindo melhorias na infraestrutura e espaços públicos, acessibilidade e melhorias no serviço urbano. Quando a deterioração se dá pelo uso do espaço o plano também deve conter alternativas de revitalização que busquem o equilíbrio entre o uso e a preservação. Assim, o autor acredita que o planejamento e implementação desses processos deve combinar conceitos e métodos de conservação histórica com a reabilitação urbana.

Gentrification: the displacement of vulnerable groups and the loss of diversity

Segundo o autor, áreas patrimoniais urbanas tendem a serem atrativas para novos usos e usuários, dessa forma a gentrificação (a expulsão de habitantes atuais e usuários, sendo esses mais vulneráveis, por recém-chegados) é algo comum e difícil de prevenir, talvez podendo ser mitigada com intervenções do governo. Famílias e artesões que alugam casas a baixo custo na região e negociantes informais de rua são os mais afetados e acabam ficando sem espaço devido a revitalização. O plano de conservação da cidade deve conter medidas para mitigar esse processo, provendo provisões acessíveis para aqueles que são prejudicados para que possam continuar no espaço público revitalizado.

Outro problema decorrente é a perda da variedade de usos, aqueles que são mais rentáveis tendem a tirar o lugar dos demais, esse processo ocorre quando:

O vencedor na competição pelo espaço representará apenas um dos segmentos estreitos dos muitos usos que juntos criaram o sucesso. Qualquer um dos vários usos que surgiram como os mais rentáveis na localidade serão repetidos e repetidos, excluindo e abrandando as formas menos lucrativas de uso. (Jacobs, 1961, apud. ROJAS, 2016, p. 243, tradução nossa⁸)

Os componentes do plano de conservação precisam reconhecer essa tendência e mitigar tais efeitos. Algumas medidas que podem ser tomadas incluem definir espaços para usos específicos, como restaurantes e bares ou medidas de proteção, como redução de taxas, para usos de necessidade da comunidade para prevenir que saiam da área.

Heritage conservation regulations in the city development plan

Os regulamentos de conservação também são importantes para determinar a capacidade do patrimônio de comportar atividades contemporâneas. O nível de proteção atribuído ao bem irá determinar a sua capacidade de uso. Uma prática comum de países no segundo estágio é atribuir o mesmo grau de conservação para edifícios na mesma área, reduzindo as possibilidades de adaptações. Na terceira

⁸ **Do original em inglês:** “the winner in the competition for space will represent only a narrow segment of the many uses that together created success. Whichever one or few uses have emerged as the most profitable in the locality will be repeated and repeated, crowding out and overwhelming the less profitable forms of use.”

etapa os regulamentos discriminam individualmente cada edifício sendo classificados em cinco níveis de conservação que vão de completa conservação a novas construções dentro do contexto.

Institutional arrangements for implementing the conservation component of the city plan

Controlling and coordinating the activities of stakeholders

Para a implementação do plano se torna necessária uma instituição capaz de controlar as atividades das partes interessadas com uma visão a longo prazo com propostas adaptativas e uma outra instituição com estrutura para promover a cooperação entre as partes para que essas compartilhem seus recursos se tornando parceiros.

O controle do desenvolvimento em uma área de proteção, como sugerido pelo autor, requer delicadas negociações com os desenvolvedores sobre as questões técnicas, esse fato faz com que várias cidades dediquem seções em seu escritório de planejamento para gerenciar as áreas patrimoniais. Cidades que não possuem uma estrutura institucional sólida podem adotar estratégias como designar o espaço de preservação, como um distrito especial, e dedicar administradores para eles.

Uma revisão de casos bem sucedidos mostrou que a estrutura de uma instituição capaz de promover a cooperação entre as partes interessadas deve satisfazer as seguintes condições: garantir que os acordos entre público e privado aconteçam como planejado; abrir caminho para as ações das partes interessadas sobre as atividades que trarão maiores vantagens; atribuir risco inerentes à conservação e a forma mais adequada de lidar com eles e quem tem interesse em assumi-los em vista dos benefícios que podem gerar.

Financing the conservation of the urban heritage

O plano de conservação do patrimônio da cidade deve especificar os recursos para diversas intervenções. Os fundos devem ser capazes de compensar as pessoas e grupos que forem negativamente afetadas pelas intervenções.

Referências:

BANDARIN, F.; OERS, R. **The Historic Landscape. Managing Heritage in an Urban Century.** Chichester, Wiley-Blackwell, 2012

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities.** Nova Iorque, Vintage Books, 1961.

ROJAS, E. Governance in historic city core regeneration projects. In: LICCIARDI, G.; AMIRTAHMASEBI, R. (org.), **The Economics of Uniqueness; Investing in Historic Cores and Cultural Heritage Assets for Sustainable Development.** Washington, D.C.: The World Bank, p. 143-181, 2012.

Anexo 6 – FICHAMENTO 10

DATA: 20 de janeiro de 2018

Título do texto: A obsessão com a memória: O que faz conosco e com as nossas cidades

HATUKA, Tali. **A obsessão com a memória: O que faz conosco e com as nossas cidades** (Pág. 47-60). In: Patrimônio Cultural Memória e intervenções urbanas. Org(s). CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah e KUHL, Beatriz. [1ªEd]. São Paulo: Núcleo de Apoio e pesquisa de São Paulo, 2017

Resumo:

No presente capítulo a arquiteta israelense Tali Hatuka, especialista em história da cidade contemporânea, abre uma visão ainda complexa sobre a preservação da memória na cidade contemporânea. Faz uma análise sobre os mapas mentais que configuram de forma diferente a cidade e a forma como eles vão se alternando e até desaparecendo.

Inicialmente a autora questiona sobre a forma com a qual os momentos e celebrações podem construir as narrativas na cidade, para em seguida indagar a decisão de construir e modificar a arquitetura do lugar. Tomando como base a ideia de que cada pessoa vai lembrar ou esquecer aspectos diferentes da história de um lugar, de tal modo que a memória vai sendo construída junto aos aspectos políticos, sociais e as diferentes manifestações culturais que mesclam elementos tradicionais a desejos e intercessões contemporâneas. Refletindo que a representação da cidade se dá a partir de uma cartográfica complexa, para ela:

Múltiplos mapas sincrônicos sobrepostos uns sobre os outros estão sendo criados na cidade de hoje, em um processo interminável. De fato, alguns desses mapas de memória não durarão por muito tempo. Não há muitos agentes ativos para mantê-los ou conservá-los nas mentes das pessoas nem capital significativo para manter sua existência no espaço físico (HATUKA, 2017, p.51).

Após essa reflexão Hatuka (2017, p.51) leva o leitor a questionar o que será esquecido e o que será preservado em relação a cultura da cidade hoje. Observando, especificamente o final da citação de Hatuka, nota-se ainda um olhar crítico em relação a visão dos bens e manifestações culturais como um produto de mercado,

quando a arquiteta reforça a inexistência do “capital” para preservação da memória.

Desse modo, afirma que grande parte do que se preserva na cidade são bens ou objetos que podem gerar atrativos para o turismo ou eventos culturais. Sendo que as manifestações pontuais e locais são vivenciadas por um grupo pequeno e, se não divulgadas ou lançadas pelas mídias, com o tempo enfraquecem e acabam por vezes esquecidas.

Dando continuidade ao estudo a autora aponta a importância que se deu no início do século XX a discursos sobre a memória coletiva, para entender e definir os aspectos de uma cidade. Enfatizando que ao determinar manifestos e bens como parte de um coletivo, ignora-se estilos de vidas diferentes, de tal modo, para a autora, a cidade não é entendida por uma memória única, mas por meio de uma malha de memórias que se tramam umas às outras (Hatuka, 2017, p.50).

Para finalizar o trabalho a arquiteta apresenta como alguns locais vem tentando lidar com o regaste das memórias de espaços, manifestos e cidades destruídas com o tempo, como exemplo o memorial “refletindo a ausência” que recorda os ataques ao World Trade Center em 11 de setembro e a reconstrução da cidade de Dresden, abalada durante a Segunda Guerra Mundial. Traz, dessa forma, a percepções de que as cidades não devem ser ocupadas pelos vazios, mesmos aquelas que passam por situações traumáticas como guerras e destruições naturais.

O que de fato a autora conclui, é que precisamos do passado resgatado por meio das diferentes memórias e experiências em conjunto com as ações do presente para construir e dar significados aos lugares no futuro.

Anexo 7 – FICHAMENTO 11

DATA: 22 de janeiro de 2018

Título do texto: Uses of Heritage

SMITH. Laurajane. **Uses of Heritage**. London and New York: Routledge, 2006.

Resumo:

O livro de Smith aborda definições de como a ideia de memória e herança cultural se conecta ao patrimônio material e imaterial. A fim de abordar os aspectos que interessa a essa pesquisa, trata-se aqui especificamente as relações e considerações apontadas no livro sobre o entendimento da memória e sua importância social no uso e preservação de bens patrimoniais.

Na abertura do livro a autora aponta como a narrativa sobre o patrimônio, os monumentos e edificações arquitetônicas, contribuíram para a formação da identidade nacional, sobretudo na antiguidade clássica e no início da idade moderna. Em seguida passa a pontar que a noção de identidade se modifica na sociedade contemporânea devido às experiências pelas quais cada comunidade vivencia. Para Smith (2006, p.5) “a identidade nacional foi desafiada pela diversidade da experiência da comunidade e reivindicações de identidade”. Os debates e discursos sobre a herança cultural passaram a reconhecer que a formação da identidade de um país, estado ou cidade, não podia ser marcada por um registro único, pois dependia da memória e tradição de cada local.

A autora ainda faz críticas à função comercial que é dada aos bens patrimoniais, que em algumas localidades passam a ser reconhecidos como patrimônio apenas por atrair turistas. Muitos desses bens podem não conter a história e registros de seu povo, conquanto Smith sustenta que os visitantes se tornaram mais conscientes com relação ao fato.

Para Smith (2006, p.56), “os turistas de patrimônio e outros visitantes da herança

são muito mais ativos e críticos - ou conscientes”, ou seja, os visitantes passam a perceber que nem sempre o atrativo exposto como patrimônio carrega significações sobre a tradição do lugar.

Para a autora, as representações materiais e imateriais do patrimônio e da identidade devem resgar um conjunto de valores e significados que incluam: “elementos como emoção, memória e conhecimento cultural e experiências”. Assim, Smith (2006, p.56), compreende que a cidade atual “pode ser remapeada através da pesquisa e envolvimento da comunidade para nutrir memória coletiva e sentimentos de pertença e identidade”. A partir da leitura sobre as vivências das diversas comunidades que compõe a cidade, tornar-se-ia possível compreender a identidade cultural, que não é única.

Logo, compreende-se que não é possível registrar e salvaguardar todas as manifestações contemporâneas, mas os administradores do patrimônio, ou os órgãos de poder que consolidam ações de preservação deveriam colocar a memória coletiva em estudo, antes de determinar quais bens representarão a história de um povo. Segundo Smith (2006, p.57), os bens patrimoniais devem “invocar emoção, memória e pertença” para que possa representar o passado e presente.

Voltando a questionar o valor do patrimônio, a autora coloca que os historiadores “desde a década de 1980, identificaram e criticaram o desenvolvimento de uma indústria da memória”, ato que se dava principalmente no ocidente pela criação de diversas datas comemorativas. O que Barbara Misztal (2003: 2) identifica como uma “febre comemorativa” (SMITH, 2006, p. 57). Essas datas criadas serviam como processo mnemônico, resgatando a lembrança do dia em que aconteciam fatos históricos ou pessoais importantes, no entanto a sociedade capitalista beneficiou-se dessa febre, uma vez que os indivíduos são tomados por incentivo de consumo para presentear ou comemorar de maneira diferenciada cada data festiva.

Não obstante, a literatura passou a abordar diferentes tipos de memória, os quais Smith (2006, p. 50) identificou como:

[..] memória processual - memória do fato - memória autobiográfica, cognitiva, memória flashbulb- memória de eventos importantes ou carregados emocionalmente - memória habitual e memória coletiva ou

social (ver Casey 2000; Myszta 2003).

Dentre essas, as formas mais utilizadas para lembrar são memória coletiva ou social e memória habitual, as quais representam de fato as experiências do indivíduo. O livro discorre muitas vezes pela palavra experiência de modo a enfatizar que a memória que se constrói individualmente em conjunto com a comunidade é “um elemento constitutivo na formação da identidade”. (SMITH, 2006, p.60). De tal forma, os aspectos culturais, políticos e econômicos que cada indivíduo convive e o que vai influenciar na leitura e percepção que ele tem do mundo.

Assim a memória “se enraíza no concreto” e as formas de representação da identidade se modifica de acordo com o ponto de vista e tradição de cada lugar da cidade. Para Smith (2006, p.66):

[...] a memória coletiva e habitual nos permitem reconhecer que compartilhar memórias, e talvez mais importante se envolver coletivamente no ato ou performances de lembrança, ajuda a vincular grupos ou populações em conjunto.

Nesse embasamento, conclui-se que a representação cultural de uma sociedade é múltipla, e vai sendo descoberta em cada lugar da cidade, pelos hábitos e modos de vida de cada comunidade.

A cultura já não habita exclusivamente o templo orgulhoso que as civilizações europeias haviam levantado: teatros, óperas, museus e bibliotecas. Em todo o mundo, mudou-se para as cidades[...] endossando tradições, costumes e know-how, englobando a tradição oral, bem como a palavra escrita na expressão da memória e da criatividade, reunindo o objeto funcional e o trabalho de arte, e relativizando as distâncias que costumavam situar entre as atuais experiência e criação. (Director-General of UNESCO in UNESCO 2003a: 1 in SMITH, 2006, p.110)

De tal modo, os lugares de memória que se davam nos museus e nas edificações grandiosas e monumentos, hoje é a cidade como um todo, com suas manifestações em espaços, convivendo entre os bens preservados e os percursos em transformação. Por fim, a autora conclui como desfecho que espera por essa análise oferecer um ponto de partida para reflexão sobre o lugar do patrimônio na formação social, a importância da memória e as influências do poder e dos governantes na representação da identidade cultural de uma comunidade, cidade e país. Concluindo ainda que pesquisas futuras precisam investigar como os processos de patrimônio e da memória são colocados no presente (SMITH, 2006, p.308).

Anexo 8 – FICHAMENTO 12

DATA: 16 de janeiro de 2018

Título do texto: Theatres of memory: Past and present in contemporary culture

SAMUEL, Raphael. **Theatres of memory: Past and present in contemporary culture** (Teatros de memória: passado e presente na cultura contemporânea). Original 1996. London: Editora Verso, 2012.

Resumo:

O livro do historiador inglês Raphael Samuel aponta o modo com o qual o passado inspira e se faz presente na vida contemporânea e como historiadores podem estudar e investigar esse fator para compreender a memória popular da sociedade. Abordando conhecimento extracurriculares, parte da concepção da arte da memória nas sociedades e civilizações antigas, até a influência do patrimônio na vida do homem de hoje, partindo da concepção que os teatros de memória seriam estruturas que configuram o conhecimento e a formação cultural do homem, reflete sobre as mídias, os museus, filmes, a música popular e a arquitetura.

Esta resenha concentra-se no capítulo 4, Herança do patrimônio, o qual serviu de referência para o entendimento ampliado sobre o patrimônio nessa pesquisa de iniciação científica.

O autor inicia o capítulo com um pensamento crítico sobre o termo Patrimônio, ou a forma com a qual é usado pelas políticas públicas, de acordo com o autor:

“Patrimônio” é um termo que foi útil para as autoridades locais, que o usaram para promover esquemas de melhoria da cidade e extrair dinheiro do governo para o o emprego de serviços setoriais” (SAMUEL, 2012, p.259, tradução nossa⁹).

⁹ **Do original em inglês:** 'Heritage' is a term which has been serviceable to the local authorities, who have used it to promote town improvement schemes and to extract government money for service sector jobs.

No entanto o autor também aponta que a população em geral acolheu o termo patrimônio, referenciando suas memórias culturais e vivências na cidade aos bens atrativos e monumentos. Assim, vemos o caso das cidades históricas ou cidades museus, que carregam um símbolo de afetividade atraindo inúmeras pessoas em busca de registro da memória de seu passado e para o autor essa afetividade vai desabrochando para outras partes da cidade.

Nas férias de verão, as "trilhas misteriosas" da natureza e as caminhadas "históricas" ajudam ao romance do lugar; os museus de história viva e os parques temáticos oferecem um encontro vívido com o passado - para algumas crianças, pode ser o primeiro; enquanto as ferrovias a vapor oferecem uma volta no tempo [...] (SAMUEL, 2012, p.259, tradução nossa10).

Diferente do patrimônio, o termo herança na visão do Samuel (2012,259) não é “tão bem visto”, uma vez que as mídias utilizam o termo como “forma de comercializar o passado e transforma-lo em um apelo turístico”. De acordo com o autor:

As políticas sociais, tanto Direita como Esquerda, embora especialmente talvez a última, tenha achado ofensivo, acusando-o de empacotar o passado e apresentando uma versão "Disneyfied" da história no lugar do real (SAMUEL, 2012, p.260, tradução nossa11).

Ainda diferenciando o uso do termo patrimônio de herança, Samuel (2012, p.260), abarca que o “patrimônio surgiu como um dos principais objetos de estudos culturais” enquanto a herança esteve ligada a ‘economia e meio de consumo da sociedade’. Conquanto, uma vez que o patrimônio e a herança em tese permeiam o mesmo caminho, para o autor:

O patrimônio, de acordo com os críticos, tornou-se a marca de uma sociedade doente, que, desesperando de o futuro, tornou-se "dominado" ou "obcecado" com uma versão idealizada de seu passado (SAMUEL, 2012, p.261, tradução nossa12).

¹⁰ **Do original em inglês:** On summer holidays, nature 'mystery trails' and 'historic' walks minister to the romance of place; living history museums and theme parks offer a vivid encounter with the past -for some children it may be a first one; while steam railways offer a journey back in time.

¹¹ **Do original em inglês:** Aesthetes of both Right and Left, though especially perhaps the latter, have found it offensive, accusing it of packaging the past, and presenting a 'Disneyfied' version of history in place of the real thing.

¹² **Do original em inglês:** Heritage, according to the critics, is the mark of a sick society, one which, despairing of the future, had become 'besotted' or 'obsessed' with an idealized version of its past.

Porém essa visão radicalista, não atravessa todas as correntes de pensamento, o autor coloca que em cada época, e por meio das fases econômicas e estruturais, as diversas nações abordam o patrimônio de forma diferente. De tal modo enquanto vários países da Europa abriga a ideia de herança e patrimônio, como sustento cultural e econômico, a cultura dos países Norte Americanos entende que manter o patrimônio é “aprisionar o país no tempo” (SAMUEL, 2012, p.261).

Por essa narrativa o autor apresenta diversas críticas feitas por diferentes historiadores sobre o uso do patrimônio, como mercado, consumo e fortificação de estruturas de poder na sociedade contemporânea, compreendendo ser esse um dos motivos para não valorização da memória cultural, da história e das raízes reais da cidade.

O sistema em que as políticas encaixam o patrimônio perdem sua potencialização para construção de narrativas de conhecimento, de tal modo, o texto deixa uma abertura para o leitor interpretar se esse modo de vida político e capitalista é o teatro da memória contemporânea. Não obstante, para Samuel (2012, p.268) o patrimônio é imposto, assim torna-se “um mecanismo de depravação cultural. Não deixa espaço para o contemplativo ou o solitário”. Ou seja, o indivíduo é estimulado a acreditar que apenas os bens e culturas escolhidos como patrimônio são as impressões de sua identidade. Para o autor “isso traz “poluição da multidão”, na forma de turismo de massa[...]”.

O autor finaliza o capítulo, enfatizando que o entendimento de patrimônio e herança para cada indivíduo é diferente, dependendo do sentido que a ele é atribuído e o meio em qual ele é discutido, podendo se dar como conhecimento através da educação ou lazer do ponto de vista do entretenimento.

Para Samuel (2012, p.271):

Não há motivo para pensar que as pessoas são mais passivas quando olham para fotografias antigas ou filmagens, manipulação de uma exposição no museu, seguindo uma história local, ou mesmo quando compram uma lembrança histórica, do que ao ler um livro. As pessoas não simplesmente “consomem” imagens do mesmo modo como, digamos, eles compram uma barra de chocolate. Como em qualquer leitura, eles assimilam o melhor que podem para imagens e narrativas pré-existentes. Os prazeres do olhar escopofilia, como é respectivamente chamado, são diferentes em espécie daqueles da

palavra escrita, mas não necessariamente menos impostos sobre o pensamento e a reflexão histórica (tradução nossa¹³).

Por esse entendimento, o autor aponta que existem maneiras diferenciadas dos indivíduos se aproximarem do patrimônio e da herança, embora os críticos apontem o forte apelo econômico em cima de bens culturais, o conhecimento e a memória também podem ser resgatadas por meio do entretenimento assim como se faz na educação. O autor, não aponta uma visão como a dos radicalistas, porém não tece uma expectativa romântica sobre o uso dos termos e colocações sobre o patrimônio e herança. Cabe aqui compreender, que as mudanças, principalmente, políticas de cada nação vai determinando usos diferenciados aos termos, e a cultura popular e as memórias históricas vão se tramando e se transformando em cada tempo.

¹³ **Do original em inglês:** The perceived opposition between 'education' and 'entertainment', and the unspoken and unargued-for assumption that pleasure is almost by definition mindless, ought not to go unchallenged. There is no reason to think that people are more passive when looking at old photographs or film footage, handling a museum exhibit, following a local history trail, or even buying a historical souvenir, than when reading a book. People do not imply 'consume' images in the way in which, say, they buy a bar of chocolate. As in any reading, they assimilate them as best they can to pre-existing images and narratives. The pleasures of the gaze scopophilia as it is disparagingly called -are different in kind from those of the written word but not necessarily less taxing on historical reflection and thought

Anexo 9 – CERTIFICADOS

25º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo

Declaração de Participação nº 2336

Declaro para os devidos fins que **Maria Clara Cardoso** apresentou o trabalho **Levantamentos e leituras de estudos de casos sobre a inserção de recursos digitais na gestão e preservação do patrimônio na área de Ciências Sociais Aplicadas** no 25º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP, sob a orientação de **Anja Pratschke**, em 2017.



Prof. Dr. José Eduardo Krieger
Pró Reitor de Pesquisa
Universidade de São Paulo

Documento emitido às 16:52:37 horas do dia 05/10/2017 (hora e data de Brasília).

Código de controle: 56Q9-RF31-V6Z1-BGQQ

A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo

<http://uspdigital.usp.br/webdoc>

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE MARIA CLARA CARDOSO PARTICIPOU COMO MONITORA NO WORKSHOP DE FOTOCOLAGEM DIGITAL “OLHARES DE BROTAS”, REALIZADO NOS DIAS 22, 23 E 24 DE FEVEREIRO DE 2018 NA ESCOLA MUNICIPAL ÁLVARO CALLADO, COMO PARTE DO PROCESSO METODOLÓGICO DA TESE DE DOUTORADO “EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: POSSIBILIDADES E EXPERIÊNCIAS DIGITAIS”, QUE ESTA SENDO DESENVOLVIDA NO INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, TOTALIZANDO 20 HORAS DE ATIVIDADES.



Realização Nomads.Usp

Msc. Jessica Aline Tardivo

Dra. Anja Pratschke



Anexo 10 – CONVITE

WORKSHOP OLHARES DE BROTAS

A pesquisadora Jessica Aline Tardivo e a professora Dra. Anja Pratschke, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, responsáveis pela pesquisa "Educação Patrimonial: Possibilidades e Experiências Digitais", estão te convidando para participar do Workshop Olhares de Brotas durante os dias 22, 23 e 24 de fevereiro. O objetivo do Workshop é aproximar os alunos do patrimônio cultural da cidade, reconhecendo detalhes do lugar que por vezes passam despercebidos, por meio de atividades criativas que envolvem o uso de recursos digitais para captação e edição de imagens. Caso tenha celular, ele será bem-vindo para facilitar o registro fotográfico.

CRONOGRAMA DO EVENTO

DATA	HORÁRIO	LOCAL
22/02 Abertura do evento e apresentação da atividade	14:00 às 16:00 horas	Sala de Informática da escola Álvaro Callado
23/02 Atividade em campo	08:00 às 17:00 horas	Saída da escola Álvaro Callado para percurso fotográfico no centro da cidade
24/02 Oficina de Fotocolagem Digital	08:00 às 17:00 horas	Sala de Informática da escola Álvaro Callado

Observação:

- ❖ Em todos os dias será oferecido lanche, suco e água. Para os dias 23 e 24 também estará disponível o almoço.
- ❖ No dia 23/02 é conveniente estar usando sapatos confortáveis, pois faremos um percurso fotográfico caminhando pela cidade.



Anexo 11 – AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM WORKSHOP OLHARES DE BROTAS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE MENOR DE IDADE NO WORKSHOP OLHARES DE BROTAS

Eu _____
portador do RG nº _____, CPF nº _____,
residente à Av/Rua _____
nº _____, município de _____/ São Paulo. AUTORIZO o uso da
imagem do menor _____

e qualquer material entre fotos e documentos produzidos no workshop de Fotocolagem Digital, para ser utilizado na tese de doutorado da pesquisadora Msc. Jessica Aline Tardivo. A presente autorização é concedida de forma gratuita, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: livros, catálogos, revista, jornal, entre propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes e documentários, desde que sejam para fins educativos. Ficando vedada o uso da imagem para propaganda e publicidade.

Assino a presente autorização, com vistas da pesquisadora em 02 vias de igual teor e forma.

Assinatura do Responsável

Visto da Pesquisadora Jessica Aline Tardivo

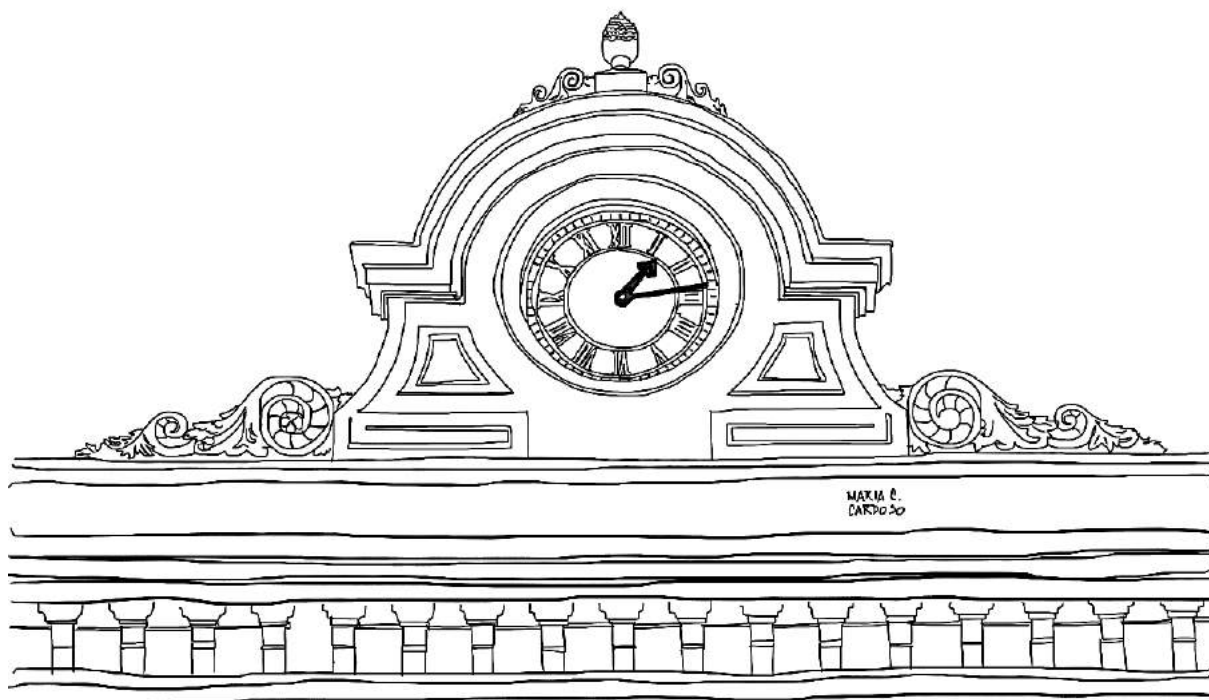
Brotas, dia _____ de Fevereiro de 2018.

Nomads.usp, localizado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, na Av. Trab. São-Carlense, 400 - Parque Arnold Schmidt, São Carlos – SP. Contato com o pesquisador pelo número (16) 98153-6710 e e-mail jessica.tardivo@usp.br



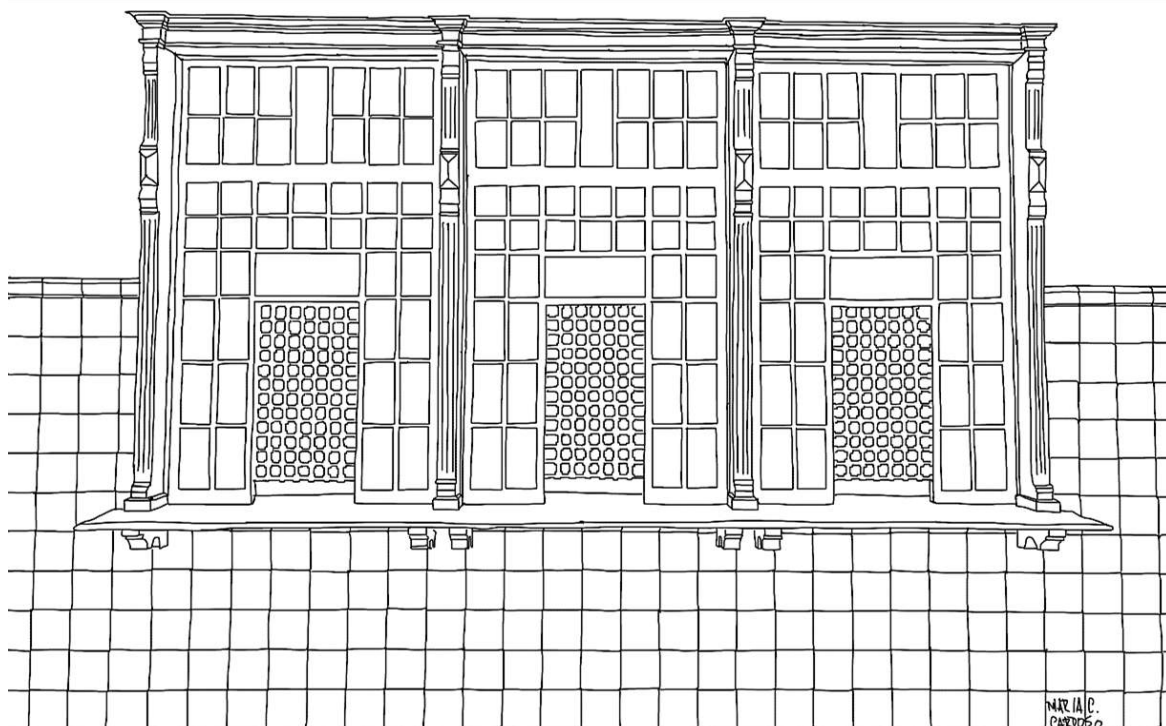
Apêndice – SKETCHS REALIZADOS PARA O PROJETO PERCURSOS VIRTUAIS

Figura 21. Relógio externo estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



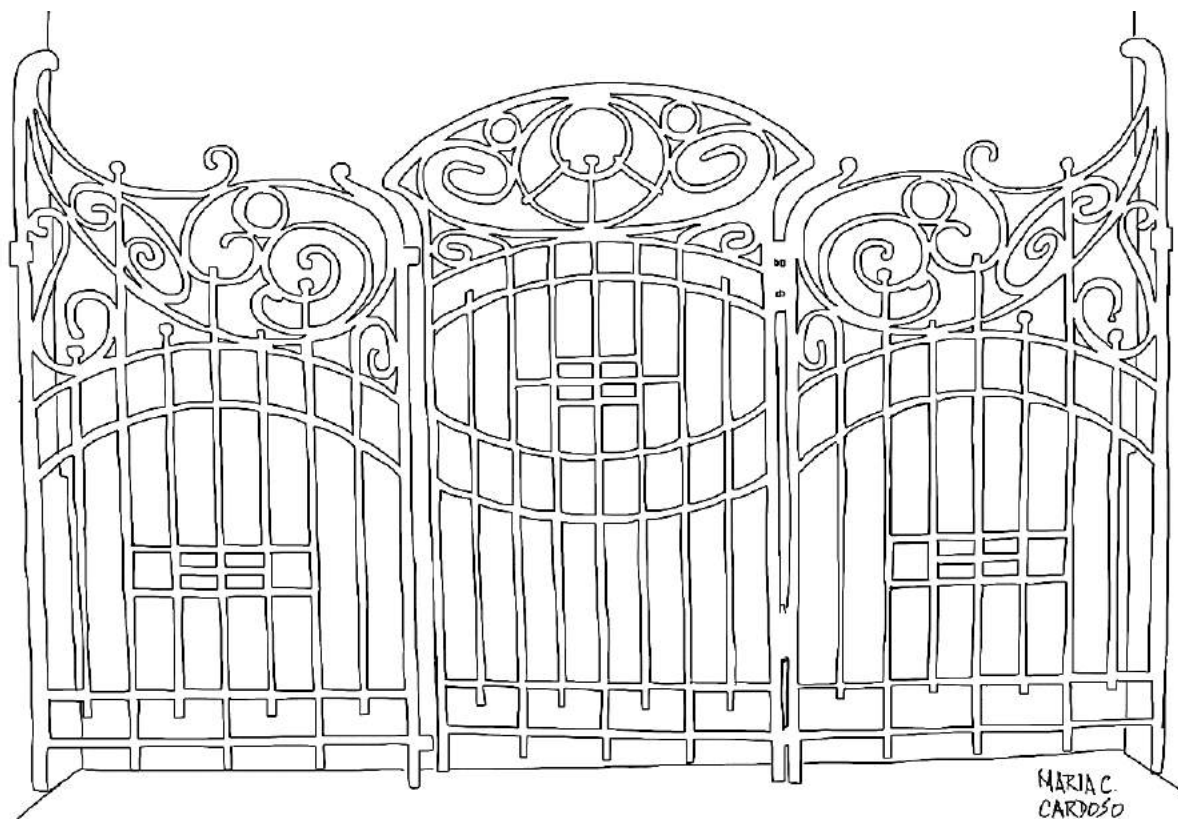
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 22. Bilheteria da estação pró-memória Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



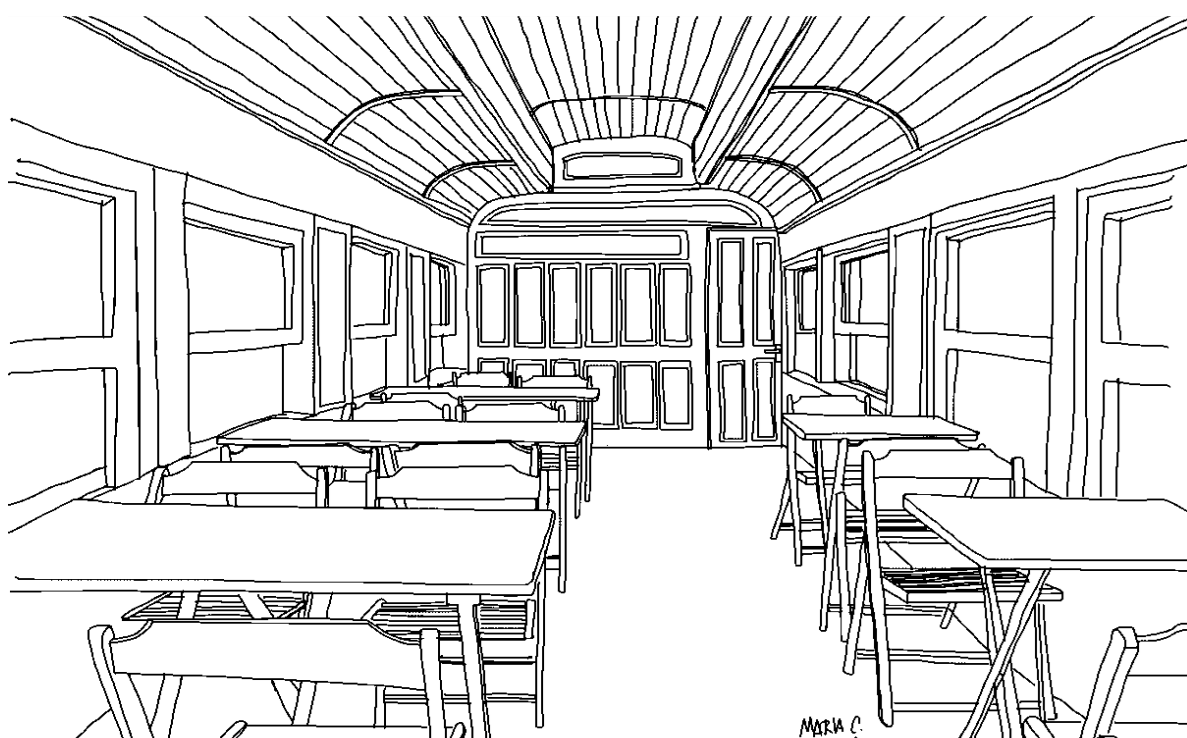
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 23. Portões de Ferro entrada da estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



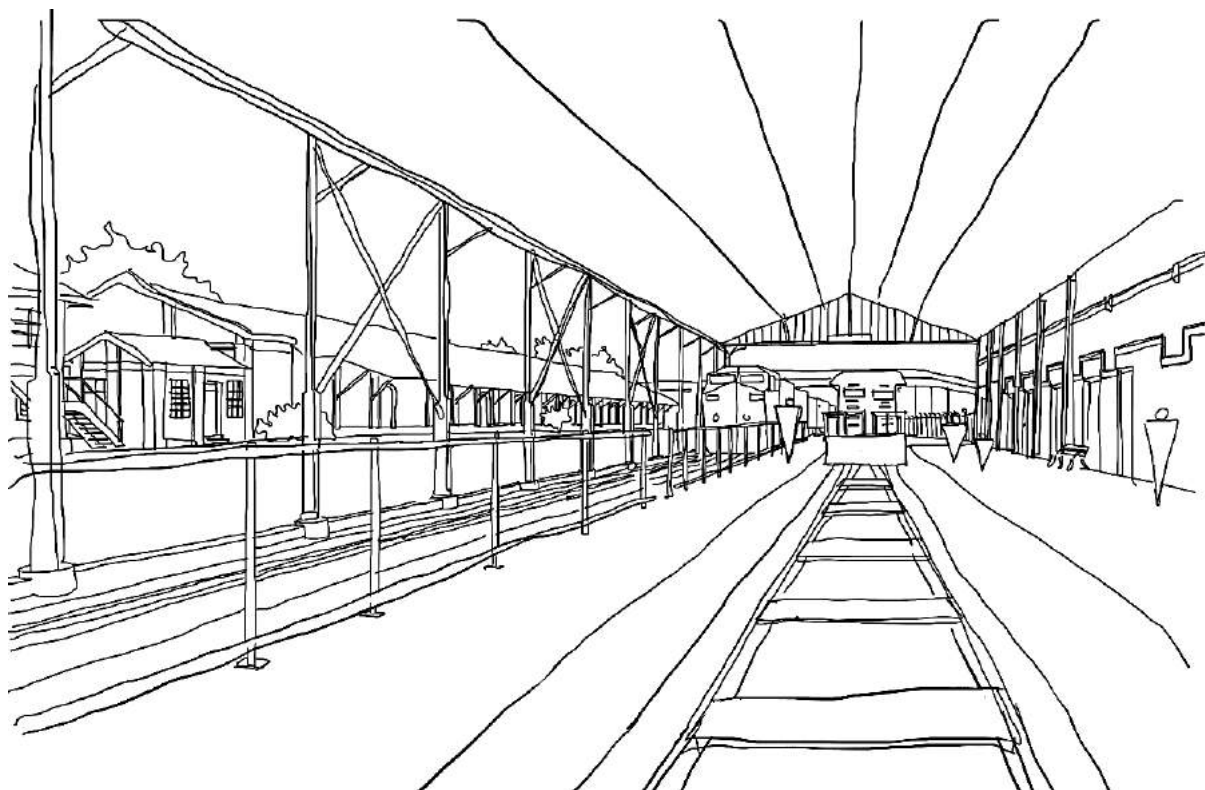
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 24. Botequim (desenho imaginação) pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



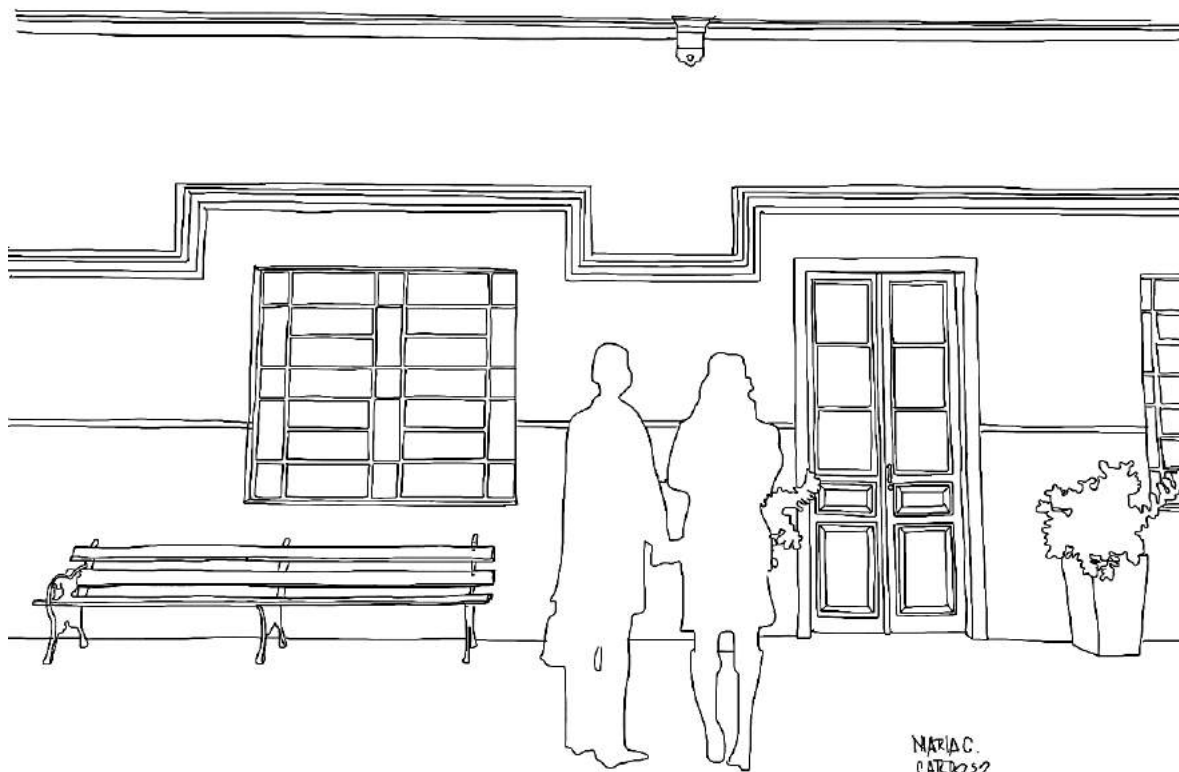
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 25. Bitola estreita (desenho imaginação) pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



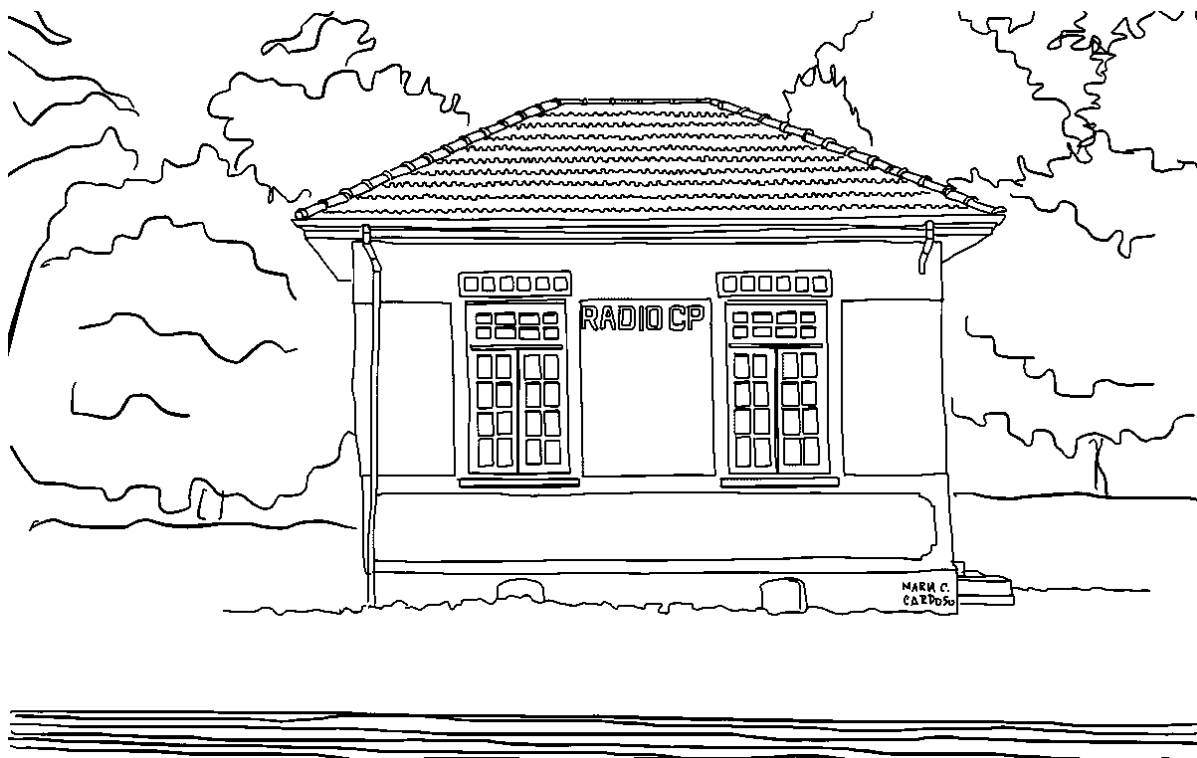
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 26. Sociedade Protetora estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



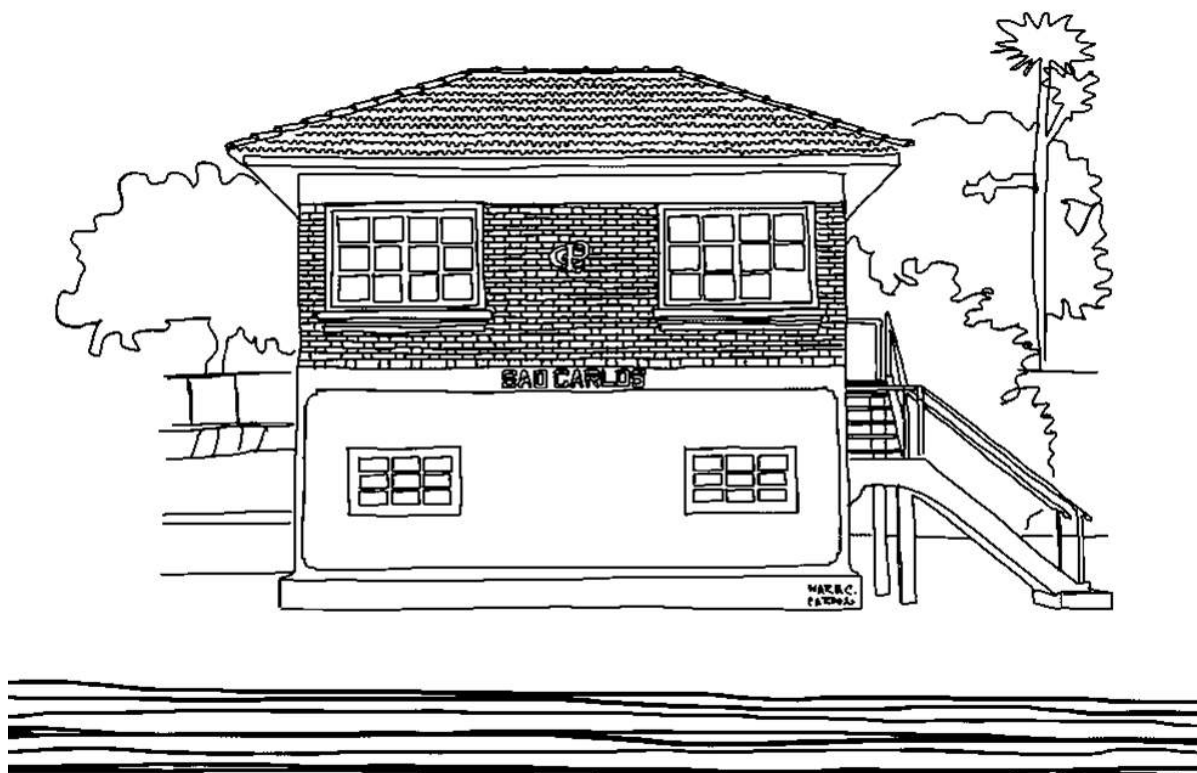
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 27. Cabine de Rádio estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



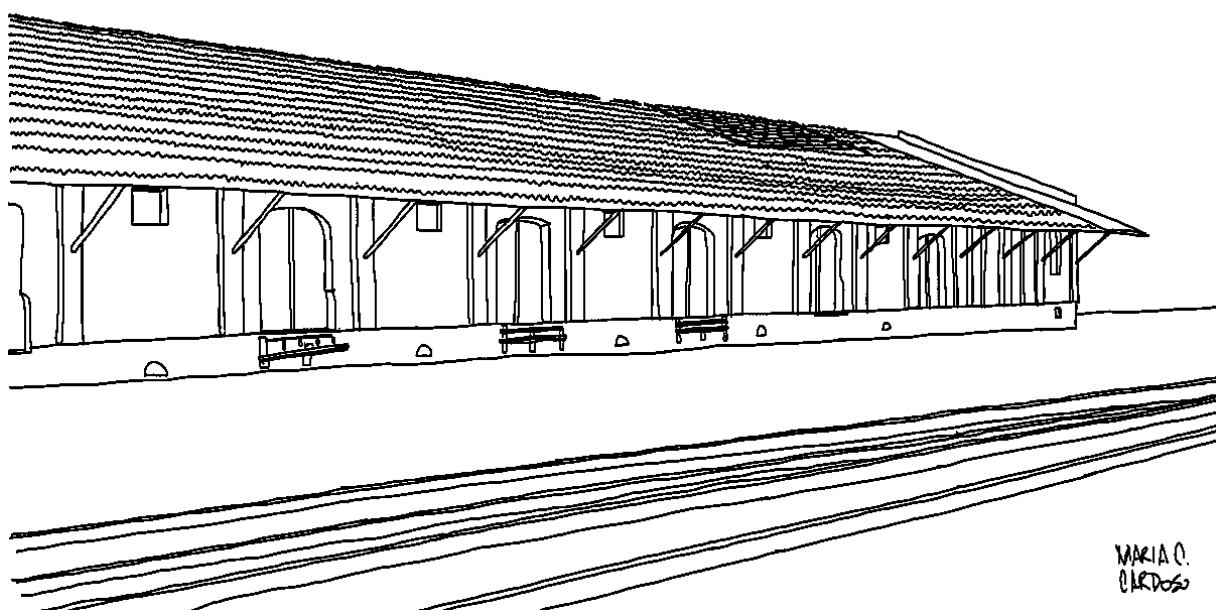
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 28. Cabine de Sinalização estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



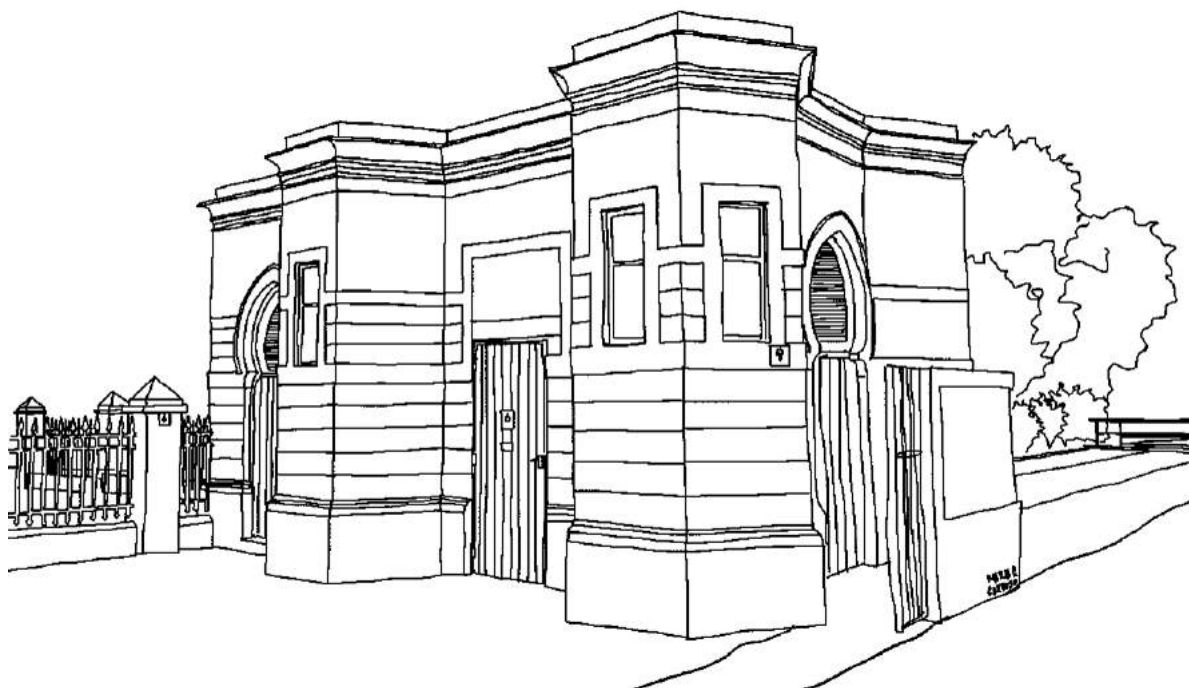
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 29. Armazém estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



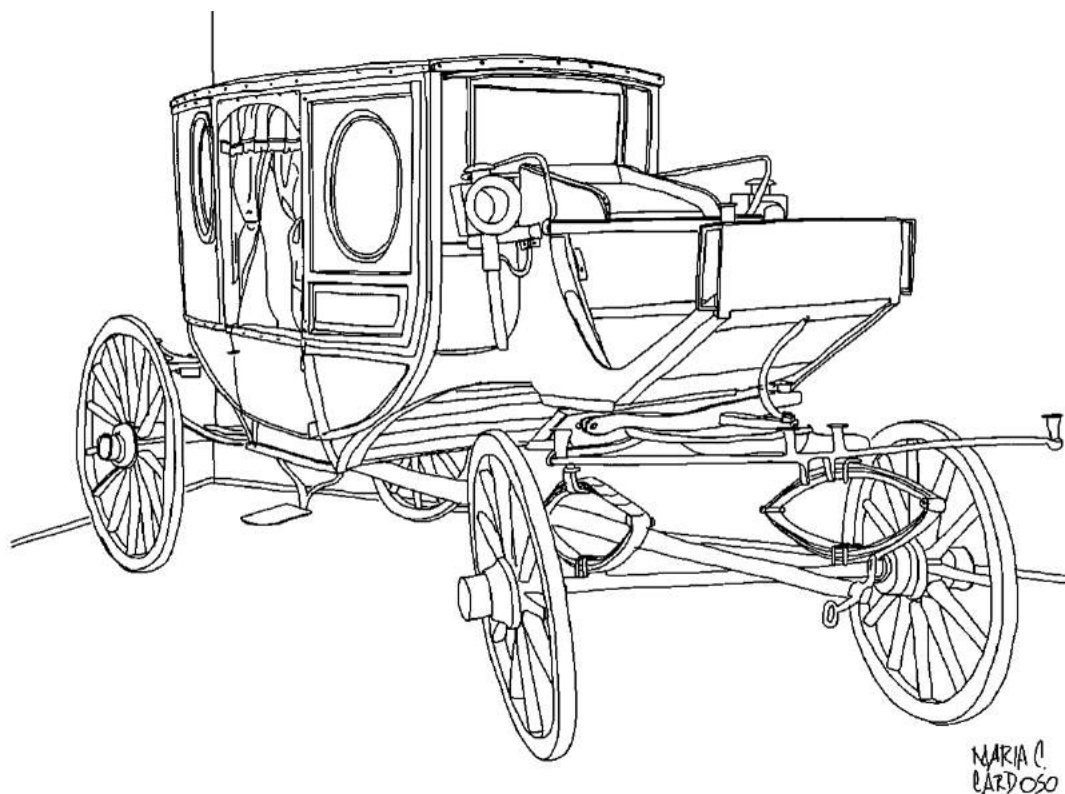
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 30. Banheiros estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



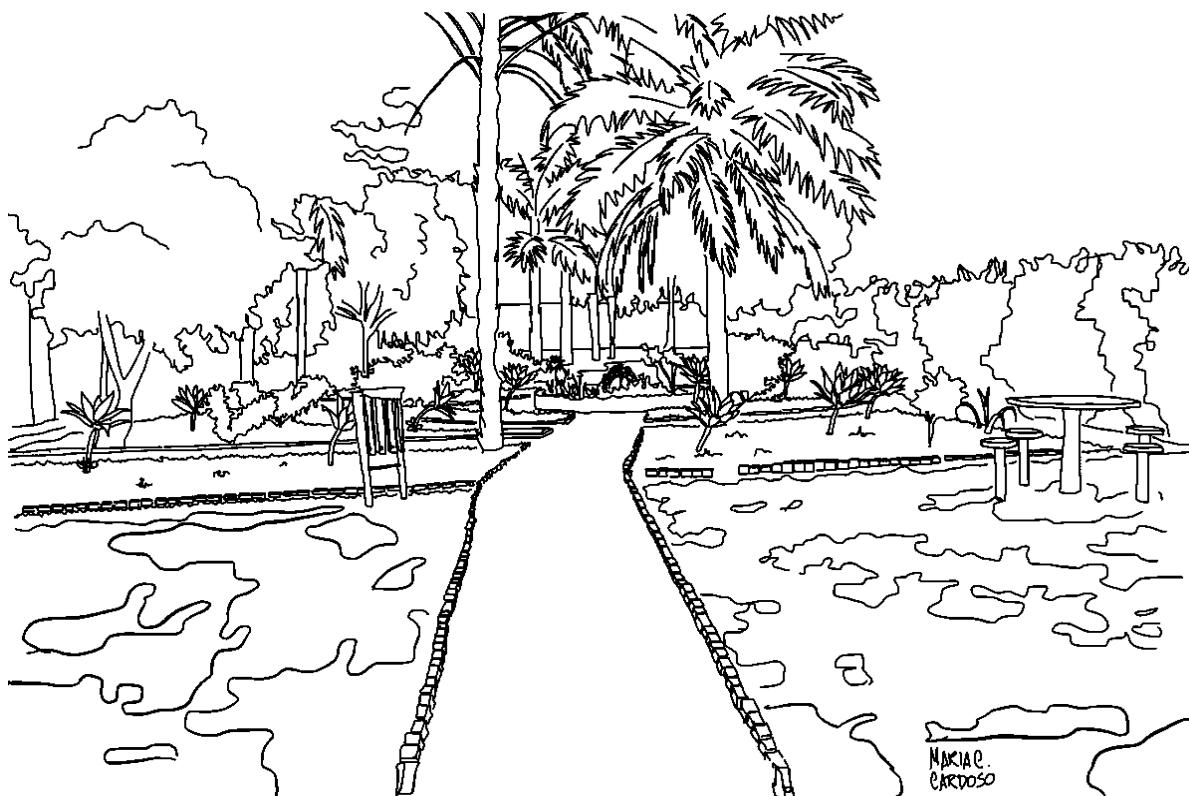
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 31. Museu São Carlos estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



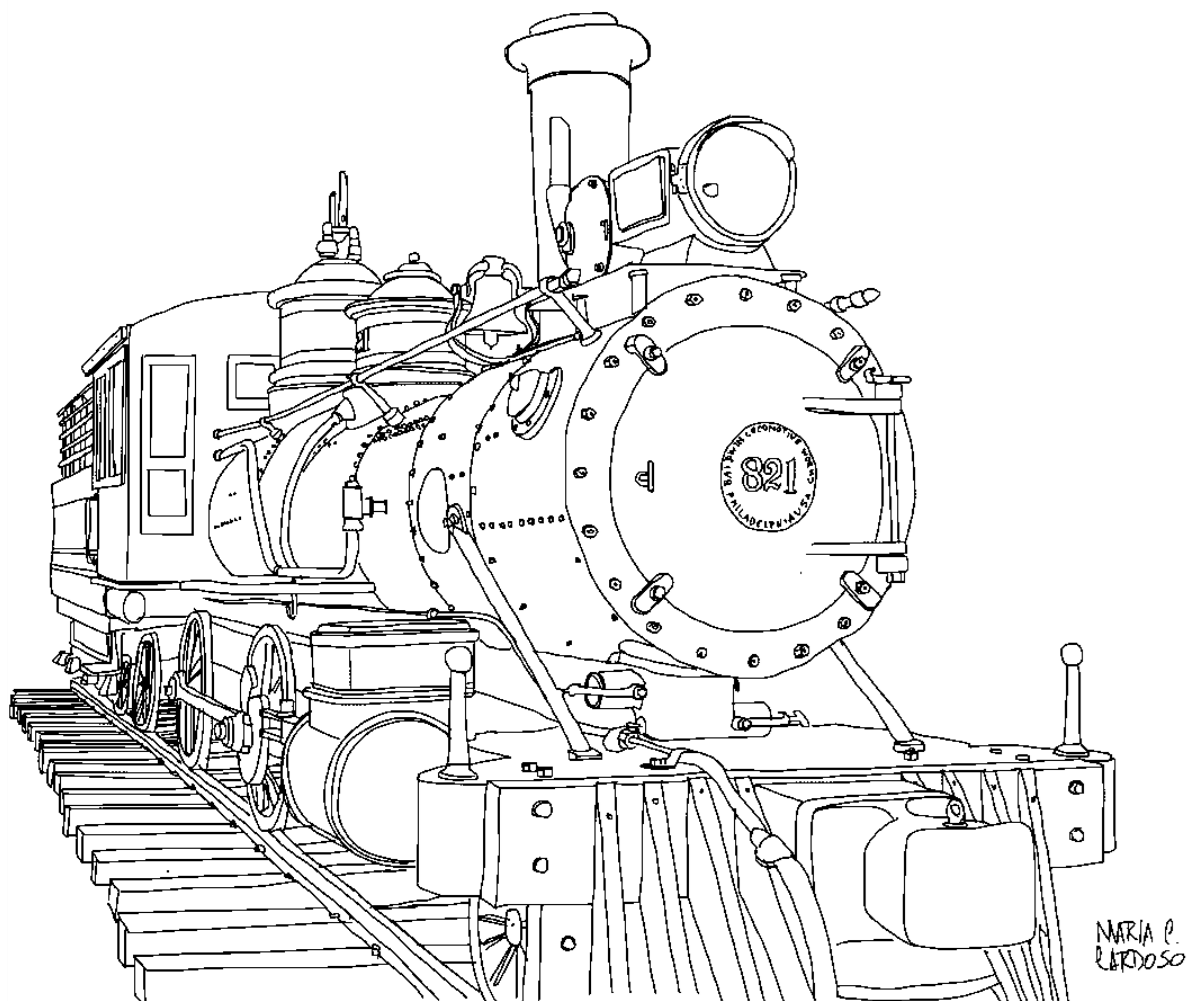
Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 32. Jardim estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Figura 33. Maria Fumaça, exposta na estação pró-memória. Desenho Maria Clara Cardoso, São Carlos, 2018.



Fonte: Arquivo da pesquisa.

